



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

LAIS AMANDA RIBEIRO PIMENTEL

**Aquilombamento caiçara:
as marisqueiras do Saco do Céu (Ilha Grande, RJ) e a plantation à beira-mar**

Orientação: Prof^a Antonádia Borges (UFRRJ)

Coorientação: Prof^a Dibe Ayoub (UFF)

RIO DE JANEIRO (RJ)
2026



LAIS AMANDA RIBEIRO PIMENTEL

AQUILOMBAMENTO CAIÇARA: AS MARISQUEIRAS
DO SACO DO CÉU (ILHA GRANDE, RJ) E A
PLANTATION À BEIRA-MAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Área de concentração: Estudos de Cultura e Mundo Rural

Orientador(a): Prof^a Dr^a Antonádia Borges (CPDA/UFRRJ)

Coorientador(a): Prof^a Dr^a Dibe Ayoub (IEAR/UFF)

RIO DE JANEIRO, RJ
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P644a Pimentel, Lais Amanda Ribeiro, 1991-
Aquilombamento caiçara: as marisqueiras do Saco do
Céu (Ilha Grande, RJ) e a plantation à beira-mar /
Lais Amanda Ribeiro Pimentel. - Rio de Janeiro, RJ,
2026.
164 f.: il.

Orientadora: Antonádia Monteiro Borges.
Coorientadora: Dibe Salua Ayoub.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2026.

1. Mulheres. 2. Mariscagem. 3. Plantation. 4.
Turismo extrativista e especulação imobiliária. 5.
Ilha Grande (RJ). I. Borges, Antonádia Monteiro,
1973-, orient. II. Ayoub, Dibe Salua, 1985-, coorient.
III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta TFC/Dissertação/Tese, desde que seja citada a fonte

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

LAIS AMANDA RIBEIRO PIMENTEL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 02/02/2026.

Documento assinado digitalmente
 **ANTONÁDIA MONTEIRO BORGES**
Data: 05/03/2026 09:00:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **ANTONÁDIA MONTEIRO BORGES (CPDA/UFRRJ)**
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **DIBE SALUA AYOUB**
Data: 05/03/2026 13:19:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **DIBE AYOUB (IEAR/UFF)**
(Co-orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ROSANE MANHAES PRADO**
Data: 09/03/2026 22:09:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **ROSANE MANHÃES PRADO (UERJ)**

Documento assinado digitalmente
 **RENATA FREITAS MACHADO**
Data: 16/03/2026 11:43:40-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr.^a **RENATA FREITAS MACHADO (IFRIS/ MNHN)**



À minha avó Leozina Ribeiro, que não pude conhecer, mas me deixou seu sobrenome por escolha de sua filha, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

É um pouco incomum, mas eu gostaria de começar agradecendo a mim. Pela coragem de abrir caminhos para o novo; ao mesmo tempo, por reencontrar uma antiga Lais que escreve. Agradeço-me por encarar o medo e ouvir meu coração.

Agora, sim, agradeço a toda a rede que fez essa dissertação acontecer junto comigo.

À minha mãe Maria José e meu pai Francisco, que sempre acreditaram na minha formação e mais uma vez disseram: “vai e conta com a gente”. Ao meu irmão Rafael, que faz jus ao papel de irmão mais velho, sempre cuidando de mim.

Às minhas amigas Nathalia Lacerda e Dibe Ayoub e meu amigo João Vitor Novaes que me acolheram em suas casas no Rio de Janeiro durante o cursar das disciplinas. Vou ser sempre muito grata a vocês por isso.

Aos colegas da turma 2024 do Mestrado no CPDA/UFRRJ, por todas as angústias e referências compartilhadas, especialmente Bianca Alves, João Gabriel Reis, Débora Xavier e Luiza Rodrigues.

Aos professores e professoras que me formaram no CPDA/UFRRJ, especialmente Fabrina Furtado, Antonádia Borges e Igor Rolemborg. Vocês me fazem acreditar que uma outra universidade é possível.

À minha orientadora Antonádia Borges pela parceria mesmo separadas (ou unidas?) por um oceano. Suas provocações e ensinamentos estarão sempre comigo. Também agradeço a todos os membros e membras do nosso grupo de orientação pela leitura mútua e cuidadosa de nossos textos.

À minha co-orientadora Dibe Ayoub que tenho a sorte de ser também minha amiga. Obrigada por caminhar lado a lado comigo e acreditar na minha trajetória acadêmica. Agradeço também ao Grupo de Estudos de Políticas da Terra - Juçara (IEAR/UFF) pelos debates e comentários generosos ao meu texto de qualificação.

À Rosane Manhães Prado e Renata Freitas Machado, pelas preciosas sugestões na banca de qualificação e por serem minhas companhias na pesquisa e na escrita da dissertação.

Aos amigos e amigas do Saco do Céu pela confiança e por todos os aprendizados. Especialmente minhas orientadoras de campo Queila Lara, Jaisa Assis e Andreia Assis; as marisqueiras do Saco do Céu, sobretudo Maria de Fátima (Fatinha), Rosemary Leonardo (Toca) e Rosilene Leonardo (Rosi), assim como mais uma vez Queila, por abrirem as portas de suas casas, me oferecendo teto e alimento para o estômago e para a alma; às crianças por me apresentarem seu universo e me mostrarem que também é possível fazer pesquisa brincando.

À Eduardo Napoli, por me apoiar e acompanhar a maior parte deste processo. Obrigada por todas as conversas e vivências junto às comunidades que acreditamos ser o futuro.

Aos seres não humanos que também me guiaram e me protegeram ao longo desta jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) pelo auxílio financeiro ao longo destes dois anos, fundamental para cobrir meus custos pessoais, de estudo e de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

“Uma pessoa sabe que está morta quando não consegue mais escutar a voz dos animais, dos espíritos, das árvores, dos rios. (...) Só quem está vivo consegue escutar a voz do mundo, entender sua linguagem, seu rumor, os ermos e luminescências de suas palavras, e por estar vivo é que consegue responder.”

(Micheline Verunschik)

AQUILOMBAMENTO CAIÇARA: AS MARISQUEIRAS DO SACO DO CÉU (ILHA GRANDE, RJ) E A PLANTATION À BEIRA-MAR

RESUMO

Esta etnografia trata das ameaças à mariscagem e à pesca artesanal na Baía da Ilha Grande levadas a cabo pela plantation à beira-mar: destacadamente o turismo extrativista (de massa e de luxo), a pesca industrial, a exploração de petróleo, a especulação imobiliária e o conservacionismo seletivo. Em interlocução com as marisqueiras do Saco do Céu, com atenção aos seus modos de ser e de viver, que abrangem vínculos com a terra, o mar, a lama, suas crianças e outras mulheres, busca-se contribuir para uma narrativa contraplantation e a favor da vida do aquilombamento caiçara.

Palavras-chave: mulheres; mariscagem; plantation; turismo extrativista; especulação imobiliária; Ilha Grande (RJ).

CAIÇARA QUILOMBOS: THE WOMEN SHELLFISH GATHERERS OF SACO DO CÉU (ILHA GRANDE, RJ) AND AGAINST SEASIDE PLANTATIONS

ABSTRACT

This ethnography examines the threats to shellfish gathering and artisanal fishing in Ilha Grande Bay posed by the seaside plantation. These threats include extractive tourism (both mass and luxury), industrial fishing, oil exploration, property speculation, and selective conservationism. In dialogue with the women shellfish gatherers of Saco do Céu, with attention to their ways of being and living, which encompass ties to the land, the sea, the mud, their children, and other women, it seeks to contribute to a counterplanation narrative and in favour of the caiçara families and their quilombo life.

Keywords: women; shellfish gathering; plantation; extractive tourism; real estate speculation; Ilha Grande (RJ).

LISTA DE BOXES

Box 1 - Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas (AMPEE)

Box 2 - Enseada das Estrelas e Suas Raízes

Box 3 - Projeto Redes

Box 4 - Despejo Buiú e Tereza

Box 5 - Projeto Povos

Box 6 - Processo de Regularização Fundiária (INCRA)

Box 7 - Festa de Natal Solidário das Crianças

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartografia Social da Enseada das Estrelas

Figura 2 – Barco da Comunidade .

Figura 3 – *Forno*

Figura 4 - Unidades de Conservação da Ilha Grande

Figura 5 - Alta temporada na Vila do Abraão

Figura 6 - Bicão

Figura 7 - Gruta das Estrelas e Coqueiro Verde

Figura 8 - Almirantado e Club MV

Figura 9 - Propriedade de “Beira”

Figura 10 - Morro cortado

Figura 11 - Empreendimentos turísticos e grandes propriedades

Figura 12 - Projeto de tratamento de esgoto abandonado pela prefeitura

Figura 13 - Árvore Genealógica de Fatinha

Figura 14 - Pedro Lau e Almerinda

Figura 15 - Toca mariscando

Figura 16 – *Macaquinho*

Figura 17 - Francisco e Alicia no manguezal

Figura 18 - Gerações de marisqueiras

Figura 19 - Eliza brincando de mariscar

Figura 20 - Anna Liz brincando com os mariscos

- Figura 21** - Mariscos no quintal
- Figura 22** - Toca e Fatinha tirando marisco
- Figura 23** - Macarrão com marisco
- Figura 24** - Madeira sinalizando buraco
- Figura 25** - Poluição luminosa
- Figura 26** - Fatinha e o fogão a lenha
- Figura 27** - Alicia e os siris
- Figura 28** - Vista do quintal de Mané
- Figura 29** - *Guaiá e santola*
- Figura 30** - *Chave*
- Figura 31** – Parte do *caracol*
- Figura 32** - Joana Ignez
- Figura 33** - Camarão frito na farinha “panko”
- Figura 34** - Mané e os mariscos
- Figura 35** - Mariscos sendo fervidos
- Figura 36** - Carne dos mariscos e frutos do quintal
- Figura 37** - Fornos da casa de farinha
- Figura 38** - Variações de maré associadas ao ciclo lunar
- Figura 39** - Roteiro de mariscagem da AMPEE

LISTA DE SIGLAS

- AMPEE** - Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas
- APA** - Área de Proteção Ambiental
- AVC** - Acidente Vascular Cerebral
- CEBN** - Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega
- CETI** - Centro de Ensino de Tempo Integral
- CCDRU** - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
- CNAAA** - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
- CONFREM** - Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
- CPDA** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DETRAN RJ - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

EMBR - Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

GEBIG - Grupo de Estudos da Baía da Ilha Grande

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEAR - Instituto de Educação de Angra dos Reis

IMAAR - Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MuMA - Museu do Meio Ambiente

MUPAAP - Cooperativa de Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OTSS - Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PEIG - Parque Estadual da Ilha Grande

PGM - Procuradoria Geral do Município

PME – Plano Municipal de Educação

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

REBIO - Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RGP – Registro Geral de Pesca

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

SAPÊ – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

TBC - Turismo de Base Comunitária

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

TEBIG - Terminal de Angra dos Reis

TURIS - Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos

UC – Unidade de Conservação

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UV – Ultravioleta

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participantes da pesquisa

Tabela 2 - Moluscos e crustáceos coletados no Saco do Céu

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Abrindo os mariscos.....	18
Enseada das Estrelas e Saco do Céu.....	21
Caminhada etnográfica / Construindo relações.....	28
Guia da dissertação.....	36
 Parte I: Metamorfoses da plantation e aquilombamentos caiçaras.....	38
Seção 1: Povos originários e cercamentos coloniais.....	41
Seção 2: Aquilombamentos caiçaras e cercamentos modernos.....	45
As roças e o conservacionismo seletivo.....	47
A “economia da dádiva” e as caravelas da modernidade.....	52
Luxo e concreto sobre o manguezal.....	57
Seção 3: “Terra Sonâmbula”.....	71
 Parte II: Quintais e Composição-lama das mulheres marisqueiras.....	80
Seção 1: Quintal de Fatinha.....	83
Casas, famílias, cultivos e criações.....	83
Dinâmica das crianças.....	93
<i>Pegando</i> marisco e brincando de mariscar.....	97
<i>Tirando</i> marisco.....	109
“Pegar siri é comigo mesmo!”.....	114
Seção 2: Quintais de Joana e Mané.....	119
2.2 Visitando as marisqueiras de <i>lá adiante</i>	119
2.3 Mariscando com Mané.....	128
Seção 3: Outros Quintais / Sobre luas e marés.....	135
Seção 4: Composição-lama.....	142
 Considerações Finais.....	151
 Referências.....	155
 Anexos.....	162

Introdução

Abrindo os mariscos

Os *mariscos* são moluscos bivalves que vivem em regiões estuarinas, ou seja, no encontro entre as águas doce e salgada, também chamado no Saco do Céu de *barra*. Falo aqui especificamente do molusco conhecido como vôngole ou berbigão, identificado pela Ciência Biológica como Anomalocardia brasiliana.¹ Submersos na lama, estes pequenos animais são acostumados com a salinidade das águas do mar, o movimento das marés e a temperaturas amenas. Quando expostos ao calor intenso, seja por meio da radiação solar ou do fogo, abrem-se naturalmente. Quero começar esta dissertação com esta imagem do calor que abre os mariscos e nos mostra seu conteúdo, sua textura, seu cheiro, sua coloração. É o que pretendo devolver neste e nos seguintes itens introdutórios: apresentar o lugar que esta pesquisa ocupa, como cheguei até ela, quem dela participa e quais são seus objetivos, bem como os desafios que encontrei pela frente.

Esta pesquisa etnográfica foi realizada no Saco do Céu, comunidade pesqueira e caiçara localizada na face do norte da Ilha Grande, distrito do município de Angra dos Reis (RJ). Minhas principais anfitriãs são as mulheres marisqueiras que mantêm a prática da coleta de moluscos e crustáceos seja para consumo de suas famílias e/ou como fonte de renda, atividade chamada por elas de mariscagem. Convivi, conversei e aprendi com mulheres de diferentes faixas etárias (jovens, adultas e idosas) e também com suas crianças que através da própria prática, aprendem, aperfeiçoam e mantêm o ofício que tem seus corpos como principal instrumento de trabalho. O molusco mais abundante e mais coletado no Saco do Céu é aquele chamado pelas marisqueiras de *marisco* e, por esse motivo, ele ganhará maior centralidade neste trabalho. No entanto, inúmeras outras espécies são coletadas por estas mulheres e em alguns casos, também por homens, os quais tive conhecimento apenas aqueles que estão apresentados na **Tabela 2** (p. 141).

É comum que nas regiões estuarinas, embora não seja uma regra, exista um tipo de vegetação específica: o mangue. Assim como os mariscos, o mangue é habituado a águas salobras, ao movimento das marés e ao solo lodoso. A junção do mangue, o estuário e as diversas espécies que neste ambiente vivem constitui o ecossistema do manguezal que é encontrado em toda a costa brasileira, com exceção do Rio Grande do Sul (Altas

¹ Ao longo do texto, usarei os nomes científicos dos moluscos e crustáceos sublinhados para não confundir com as expressões locais, deixadas em itálico. Já os conceitos e citações no corpo do texto serão colocadas entre aspas.

dos Manguezais do Brasil, 2018). No entanto, este ecossistema vem sendo aniquilado desde a colonização, cobrindo hoje apenas 0,16% do território nacional (Escobar, 2023). O mangue resiste e com ele também resistem as marisqueiras que com este ecossistema se relacionam, pois é nele que diversos moluscos e crustáceos são coletados.

Assim como em várias outras partes do Brasil², a mariscagem e a pesca artesanal como um todo também estão ameaçados na Baía da Ilha Grande por diversas iniciativas do capital e do colonialismo que, juntos, constituem o que aqui chamo de plantation. Embora seja um sistema do período colonial, o que argumento aqui, inspirada em Antonádia Borges (2020), é que sua lógica de expropriação, cercamento e exploração de corpos considerados indesejáveis se perpetua no contexto pós colonização, não se limitando à plantação de monoculturas. Embora esta última também tenha existido na Ilha Grande e em Angra dos Reis, como veremos, a feição da plantation neste território hoje é outra, pois ela invade o mar e as áreas à beira dele para extrair petróleo e pescado, por um lado, e fomentar o turismo extrativista³ e a especulação imobiliária, de outro. Ela também atravessa as instituições ambientais do Estado, promovendo o que chamo de conservacionismo seletivo - quando a política e a fiscalização ambiental operam por critérios de raça e classe social.

No continente, em Angra dos Reis, o marisco não é mais encontrado, conforme discutido por Jaqueline Máximo (2023). Até onde consegui apurar, o Saco do Céu é a única comunidade da Ilha Grande onde os mariscos e a mariscagem ainda existe, mesmo que a extensão do manguezal venha sendo reduzida por empreendimentos turísticos e grandes propriedades privadas. É comum ouvir das marisqueiras que “não tem mais marisco como antigamente”, assim como a diminuição de peixes no mar, denunciada por pescadores e pescadoras locais. Afinal, é no manguezal onde ocorre a reprodução das espécies marinhas e com o soterramento daquele, consequentemente, os animais e quem vive com e deles também é afetada. É na lama que a vida é mantida, muito embora ela tenha sido historicamente “demonizada” pela literatura, conforme discutido por Lucas Coelho Pereira (2021).

² O documentário Mulheres das Águas (2016) traz entrevistas com mulheres marisqueiras e pescadoras de diversos estados do Brasil que tiveram suas vidas e suas práticas atravessadas por grandes empreendimentos. O trabalho de Patrícia Rodin (2021) também discute o tema especificamente na Ilha de Maré, no estado da Bahia.

³ Utilizo “turismo extrativista” como sinônimo de “turismo predatório”.

Além de pesquisadora, também sou educadora. Há sete anos atuo como professora de Sociologia no colégio estadual da Vila do Abraão, comunidade vizinha ao Saco do Céu e considerada a “metrópole” da Ilha Grande, pois é a mais povoada de toda a ilha e onde o fluxo de turistas é maior. As salas de aula do colégio são divididas por adolescentes oriundos de diferentes praias do norte da Ilha, incluindo o Saco do Céu. Foram inúmeras as vezes em que estudantes de outras praias associaram esta comunidade a um lugar que “não tem nada” ou “feio” devido ao mangue e à lama e, por extensão, essa associação também chegava aos estudantes oriundos de lá, promovendo preconceito e discriminações.⁴ Escolher fazer esta pesquisa na comunidade do Saco do Céu é também virar essa construção imagética de cabeça para baixo, evidenciando aquilo que a localidade é de verdade: berço de vida e resistência ontológica.

Isto porque o modo de ser e de viver das marisqueiras do Saco do Céu carregam outra lógica. Regidas pelas marés e por relações de parentesco, a ocupação do espaço e a gestão do tempo foge aos atravessamentos da plantation. Seus quintais são extensões de suas casas, povoados de cultivos, criações, artefatos e atividades associados à roça e ao universo pesqueiro. A prática da mariscagem está associada ao tempo das marés - estas que por sua vez dependem das influências do sol e principalmente da lua - e da dinâmica doméstica e de criação das crianças. Neste sentido, o mar, a praia e o manguezal também são extensões de seus quintais, recorrentemente ocupados por adultos, jovens e crianças também para o lazer. Um modo de vida próprio vinculado a seus “maretórios” (Lima, Nascimento e Leiva, 2024) que caracteriza as comunidades pesqueiras e caiçaras.

Para reafirmar a ancestralidade negra e indígena presente neste modo de vida, utilizo provocativamente a noção de “aquilombamento caiçara”, inspirando-me em Beatriz Nascimento (2018). Registros históricos - tanto bibliográficos quanto materiais - revelam a presença indígena no período pré-colonial e de fazendas escravocratas no período colonial na Ilha Grande e particularmente na Enseada das Estrelas, reforçando esta ancestralidade. Além disso, o passado escravocrata do Saco do Céu e da Enseada das Estrelas também nos ajuda a compreender os conflitos por terra que se desdobraram a partir de então na comunidade, revelando as intersecções entre racismo estrutural e acesso à terra, como discutido por Camila Penna (2018) e Tatiana Dias Gomes (2019).

O objetivo desta pesquisa de dissertação foi realizar uma etnografia com os moradores e moradoras do Saco do Céu - incluindo lideranças comunitárias, pescadores,

⁴ Minha experiência como educadora será recorrentemente acionada ao longo da dissertação, visto que ela faz parte das relações que constituiu e constitui na Ilha Grande.

pescadoras e marisqueiras -, tendo como objetivos específicos mapear os principais agentes e fatores que se chocam à pesca artesanal, bem como conhecer e registrar as particularidades do modo de ser e de viver desta comunidade, com ênfase às marisqueiras do Saco do Céu e seus quintais. Proponho que este modo de ser e de viver revelam uma ontologia combativa (Archie Mafeje) que é traduzida na noção de composição-lama, esta que se contrapõe à composição-plantation representada pela ontologia do capital e do colonialismo, dialogando aqui mais uma vez com Antonádia Borges (2020).

No próximo item introdutório, busco localizar geograficamente o leitor ao contexto da Enseada das Estrelas e do Saco do Céu, tendo como referência o livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande” (2024), fruto do trabalho de pesquisa realizado por onze pesquisadoras locais. A obra traz uma Cartografia Social feita pelos próprios moradores e moradoras que será apresentada e discutida a seguir, podendo ser retomada ao longo do texto para melhor localização do leitor. Além disso, apresento aspectos relacionados à mobilidade que unem as comunidades da Enseada das Estrelas entre si, à Vila do Abraão e ao centro de Angra dos Reis pelo mar.

Enseada das Estrelas e Saco do Céu

Ao desviar do caminho mais comum rumo à Ilha Grande - geralmente com desembarque na Vila do Abraão, com rotas saindo de Angra dos Reis (RJ) ou de Mangaratiba (RJ) -, e seguir em direção à Enseada das Estrelas, em determinado momento atravessamos uma estreita passagem que nos leva até as águas calmas do Saco do Céu. A localidade carrega o substantivo “saco” devido a sua formação costeira com reentrância, que favorece a presença de manguezais; já a locução adjetiva “do céu” é controversa: alguns dizem que o motivo são as diversas estrelas-do-mar que habitam a região; outros afirmam ser o céu estrelado que é refletido no espelho d’água, formando uma espécie de constelação marinha. O que importa, na verdade, é que ambas são verdadeiras e indicam a riqueza cênica e ecológica do local.

Dentro dessa riqueza ecológica há, também, pessoas que habitam este território há gerações, construindo relações profundas com esse ambiente pertencente ao bioma Mata Atlântica. Segundo levantamento feito pela Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas – AMPEE (ver Box 1) em julho de 2024, vivem 119 (cento e

dezenove) famílias⁵ na comunidade do Saco do Céu, a maioria delas tendo a pesca como principal atividade econômica. De fato, ela está em toda parte: nos cercos fixos flutuantes, nos barcos de madeira atracados nas poitas, nas redes de pesca nas casas e ranchos, nas conchas de mariscos nos quintais. A floresta compõe a paisagem costeira, com destaque para o mangue que compõe o manguezal, berço e abrigo de diferentes espécies marinhas, como peixes, caranguejos e mariscos. Estas e inúmeras outras vidas compõem a rede de relações entre humanos e não humanos existente no Saco do Céu, que tem a floresta, a terra, o mar e a lama como casas.

Box 1 – Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas (AMPEE)
--

A AMPEE é a entidade representativa dos moradores e moradoras, pescadores e pescadoras do Saco do Céu e de outras oito comunidades próximas geograficamente: Praia do Lobo, Feiticeira, Iguaçu, Camiranga, Perequê, Praia de Fora, Japariz e Freguesia de Santana. A Associação foi fundada em 2013 como Associação de Moradores da Enseada das Estrelas (AMEE) e em 2022 assume a denominação atual, com o acréscimo da representação dos pescadores. Desde sua fundação, as mulheres estiveram à frente da diretoria na maioria das gestões e na gestão atual, cujo presidente é Marcos Ferreira Tavares, conhecido como Caquinho, e Jaisa dos Santos Assis como vice-presidente.
--

A construção de roçados em seus quintais também faz parte da vida da comunidade, muito embora esta prática tenha diminuído em extensão devido às legislações ambientais. A associação entre a pesca e a agricultura, a construção de casas de farinha (que também já existiram no Saco do Céu), dentre outras práticas como a caça e o extrativismo, caracterizam um modo de vida diferenciado que na região litorânea entre o sul do estado do Rio de Janeiro até o Paraná é reconhecido como modo de vida caiçara (Diegues, 2004). A perspectiva de comunidade marcada por mutirões e relações de reciprocidade, o catolicismo popular e festejos tradicionais, bem como o baixo impacto das atividades sobre o ambiente, também são característicos deste modo de vida (Diegues,

⁵ No levantamento feito pela AMPEE, família é definida pela residência, composta por diferentes arranjos de parentesco: unipessoal, casal sem filho, casal com filho, mulher sem cônjuge com filho, entre outros.

2004). As populações caiçaras resistiram nos interstícios dos ciclos econômicos da história colonial do Brasil, e são reconhecidas pela legislação brasileira como comunidades tradicionais.⁶ A comunidade do Saco do Céu, por sua vez, se reconhece como a pesqueira e caiçara.

O mapa abaixo traz uma representação das praias da Enseada das Estrelas, construído por moradores e moradoras em uma oficina de Cartografia Social durante a execução do projeto Enseada das Estrelas e Suas Raízes (ver Box 2). São ao total oito praias distribuídas na Enseada, entre elas, o Saco do Céu, a mais povoada de todas. No mapa podemos ver a localização de três cercos fixos flutuantes e dois estaleiros, todos pertencentes a pescadores locais. Os cercos fixos flutuantes são armadilhas de pesca instaladas próximas aos costões, local de passagem de peixes (FIPERJ, 2018), enquanto os estaleiros são espaços de manutenção de embarcações de pesca. No mapa também podemos ver três pontos de mariscagem destacados pelos moradores, dois deles próximos aos cais públicos do Saco do Céu.

Box 2 - Enseada das Estrelas e Suas Raízes

Projeto desenvolvido entre 2023 e 2024 pela AMPEE e por pesquisadoras locais de diferentes comunidades, incluindo Amanda Hadama - caiçara da Praia de Matariz e coordenadora do projeto -, Jaisa Assis, Queila Lara e Andreia Assis, lideranças comunitárias do Saco do Céu. À época as três lideranças também eram membras da diretoria da Associação, sendo Jaisa e Queila, presidente e vice-presidente, respectivamente. Entre os frutos do projeto estão o lançamento do livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande” (2024) e quatro roteiros de Turismo de Base Comunitária (TBC), todos geridos pela AMPEE. O projeto foi desenvolvido com apoio financeiro do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), disponibilizado através de edital de projetos de educação ambiental e geração de renda em comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro, uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PRIO, conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF/RJ).

⁶ A principal legislação que prevê direitos aos povos e comunidades tradicionais no Brasil é Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto 6.040/2007.

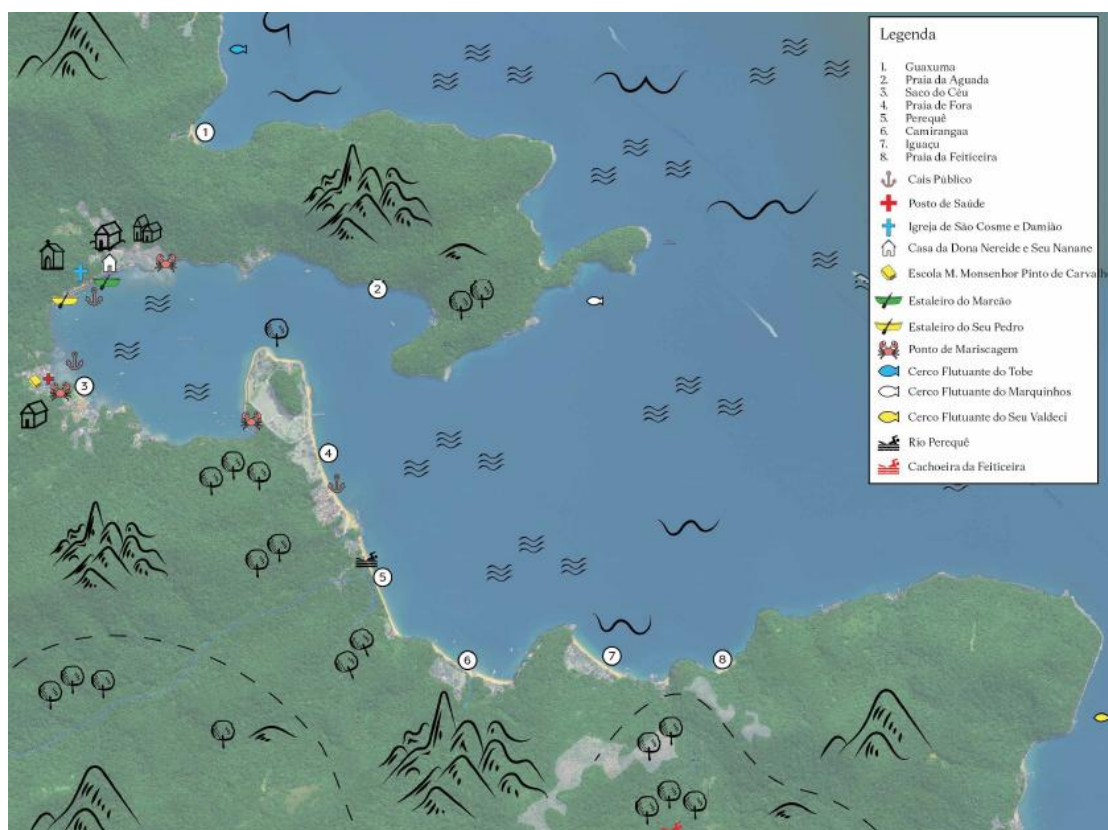


Figura 1 – Cartografia Social da Enseada das Estrelas. Fonte: Hadama *et al.* (2024).

O cais da Igreja Católica São Cosme e Damião dá acesso ao lado com o maior número de moradias da comunidade, chamada pelos moradores como *Fazenda*. A nomeação tem como referência uma antiga fazenda que existiu na localidade pertencente à João Nóbrega (Hadama *et al.*, 2024), pai de Seu Nanande, que tem sua casa destacada na Cartografia. O manguezal nesta região é mais preservado e próximo a ele, há também um campo de futebol utilizado frequentemente pelos moradores para eventos e lazer. É neste lado que fiquei hospedada durante todo o trabalho de campo e onde moram as marisqueiras Maria de Fátima Leonardo, mais conhecida como Fatinha⁷, suas filhas Rosilene e Rosemary Leonardo, esta última chamada por todos de Toca; e Josiele Cruz, também conhecida como Toco ou Josi⁸. Elas são minhas anfitriãs deste lado da enseada e utilizam o ponto de coleta de mariscos indicado no mapa.

⁷ É muito comum na comunidade as pessoas terem apelido e por esse nome serem chamadas. Seguindo a lógica local, após associar o apelido ao nome da pessoa, vou me referir aos amigos e amigas do Saco do Céu sempre pelo apelido que lhes foi atribuído.

⁸ Optei por me referir a ela como Josi, pois é a maneira como ela prefere ser chamada.

A outra parte do Saco do Céu é referenciada pelos moradores do lado da *Fazenda* como *lá adiante*, devido a caminhada de mais ou menos trinta minutos que inclui uma trilha do meio da mata. É onde está localizada a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, o posto de saúde⁹ e a escola municipal Monsenhor Pinto de Carvalho, que atende crianças até o quinto ano. Por esse motivo, o cais deste lado é costumeiramente chamado de “cais da escola”. Neste lugar, o manguezal foi e é mais afetado por empreendimentos turísticos e trânsito de embarcações, e o ponto de coleta de mariscos é utilizado pelas marisqueiras Marilene Raimundo, conhecida como Mané; Celena Maria, chamada por todos de Leninha; Joana Ignez e sua filha Luana Ignez, também minhas anfitriãs.¹⁰

O terceiro ponto de mariscagem está localizado na Praia da Raposinha, área que também teve a extensão do manguezal reduzida. Nessa praia não há cais nem moradias, sendo mais comum ser utilizado pelas marisqueiras de Praia de Fora, comunidade vizinha ao Saco do Céu e a segunda mais povoada da Enseada das Estrelas. Vemos que as marisqueiras priorizam os pontos de mariscagem próximos às suas residências, o que facilita o transporte do marisco após a coleta. Existem vínculos de parentesco entre os moradores das duas comunidades, como é o caso de Luana, filha de Joana, que mora na Praia de Fora. Do mesmo modo, também há vínculos de parentesco entre os dois lados do Saco do Céu. Embora haja uma longa distância entre um extremo a outra da enseada - mais ou menos uma hora de caminhada - estas mulheres estão conectadas não só por elos de afeto e parentesco, mas também por vínculos entre elas e os mariscos.

Uma parte das marisqueiras citadas pegam marisco apenas para consumo, enquanto outras também os vendem - geralmente as mais jovens. Muitos fatores tem contribuído para isso, sendo um deles o adoecimento de algumas marisqueiras que, por este motivo, estão em tratamento de saúde ou se aposentaram. No entanto, a “turismização” da Ilha Grande (Mendonça, 2010) a partir da década de 1990 na Ilha Grande é o fator que tem interferido mais fortemente na manutenção da prática para a venda e também na adesão de novas marisqueiras. A redução e soterramento dos manguezais e o fluxo intenso de turistas no verão tem diminuído a disponibilidade de mariscos bem como a qualidade destes, afastando as mulheres, que acabam buscando no

⁹ O posto de saúde será em breve transferido para o lado da *Fazenda*, com instalação prevista na casa de Dona Nereide e Seu Nanande, alugada pela prefeitura.

¹⁰ Segundo Mané, os moradores deste lado também chamam o lado da *Fazenda* de *lá adiante*, o que mostra que, neste caso, o *lá adiante* é uma questão de perspectiva. No entanto, continuarei mantendo a referência *Fazenda* para não gerar confusão.

próprio turismo sua fonte de renda. A baixa procura dos grandes restaurantes pelo molusco também é outro fator a ser considerado.

Certa vez, Jaisa Assis compartilhou comigo que durante a pandemia de Covid-19 (2020-2021), muitas pessoas voltaram a pescar, pegar marisco e plantar no Saco do Céu, visto que o turismo foi interrompido pelas restrições de isolamento social. Mulheres que perderam seus empregos no turismo voltaram ou começaram a mariscar, aprendendo com aquelas que já realizavam a prática há muito tempo, visto que “tem que entender como manuseia, não é só chegar lá na praia e pegar. Não é de qualquer forma que você pega, não é qualquer dia, não é pegando todos os mariscos, pois tem que deixar os pequenos (Jaisa Assis, comunicação pessoal, 2025). Embora as marisqueiras citadas tenham dedicado boa parte de suas vidas e/ou ainda se dedicam à mariscagem, Jaisa afirma que “todas as mulheres no Saco do Céu e também na Praia de Fora são marisqueiras”, visto que de alguma maneira já passaram pela prática. Também diz isso no sentido de reafirmar a identidade e o pertencimento das mulheres ao seu lugar.

Para se chegar ao Saco do Céu pelo continente é necessário embarcar no barco da comunidade no cais dos pescadores, no centro de Angra dos Reis. A embarcação de madeira carrega o nome “Estrela da Ilha” e é o único transporte regular que liga a Enseada das Estrelas ao continente, saindo às 6h do Saco do Céu e retornando para a comunidade às 14h, somente em dias de semana. Tanto na ida quanto na volta, mediante solicitação, faz paradas em Japariz e em outras praias da Enseada das Estrelas, além de desembarques nos dois cais do Saco do Céu. A travessia dura em torno de 1h30 a 2h, a depender do número de paradas, custa R\$ 30,00 aos moradores e R\$ 40,00 aos turistas, embora quase não os encontremos.¹¹ No retorno para a comunidade, além de pessoas, a embarcação também se encontra sempre cheia de mercadorias, seja para uso domiciliar ou para comercialização em restaurantes e vendas locais. Com exceção do barco da comunidade - ou *barco do Erni*, como é chamado na comunidade - somente é possível chegar ao continente com embarcações particulares.

¹¹ A maioria dos turistas chegam ao Saco do Céu em embarcações próprias ou de agências de turismo. Em menor número, os turistas também alcançam a comunidade por trilha, vindo do Abraão ou de Japariz, comunidades vizinhas do Saco do Céu.



Figura 2 - Barco da comunidade. Acervo da autora, 2025.

Erni é morador do Saco do Céu, pescador aposentado e um dos poucos que ainda sabe costurar rede. Embora o barco esteja hoje sob responsabilidade de sua filha, todos ainda o chamam de *barco do Erni*. Ele é casado com Leninha, uma das minhas anfitriãs que vai semanalmente à Angra para cuidar da saúde. Foi nesta embarcação que conversei com ela por diversas vezes ao longo do trabalho de campo, quando estava indo ou voltando do Saco do Céu. Nas ocasiões, geralmente no início da viagem - pois é comum ela se acomodar em algum lugar da embarcação para descansar no retorno para casa, assim como outros passageiros - Leninha me ensinou sobre os mariscos, a lua e a maré, aprendizados que trago em diversos momentos da dissertação.

A escola do Saco do Céu atende não só as crianças desta comunidade, mas de toda a Enseada das Estrelas e além dela, incluindo Japariz e Freguesia de Santana. As crianças são buscadas em suas praias por uma embarcação escolar que conta com um marinheiro e uma profissional da educação que acompanha o trajeto. O posto de saúde também atende os moradores e moradoras destas outras praias. Neste sentido, as praias da Enseada das Estrelas, de Japariz e Freguesia de Santana estão conectadas entre si pelo *barco do Erni*, pela escola e pelo posto de saúde, ambos localizados no Saco do Céu, como dito anteriormente. Há ainda relações de parentesco e amizade entre estas comunidades, relações estas que se estendem também a outras praias da Ilha Grande.

Existem também embarcações escolares que levam diariamente as crianças e adolescentes de Japariz, Freguesia de Santana e da Enseada das Estrelas até a Vila do Abraão para cursarem o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, sendo o primeiro ofertado pela rede municipal e o segundo pela rede estadual, ambos funcionando no mesmo prédio. Portanto, estas comunidades também estão conectadas à Vila do Abraão pelas escolas localizadas nesta comunidade. Em minhas idas à campo, além do barco da comunidade, também utilizei o transporte escolar do Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega (CEBN), escola que atuo.¹² Conciliando o trabalho e a pesquisa na Ilha Grande - visto que moro no continente, em Angra dos Reis (RJ) - aproveitei minhas idas à escola na Vila do Abraão para também visitar minhas anfitriãs no Saco do Céu.

No próximo item introdutório, descrevo como cheguei à etnografia e ao Saco do Céu e as relações construídas com a comunidade. Desta maneira, também busco apresentar neste momento os “bastidores” da pesquisa, demonstrando “como chegamos e como permanecemos em nosso campo de pesquisa” (Borges, 2009, p. 25). Aspectos teórico-metodológicos também são versados, incluindo a apresentação de alguns autores e autoras de referência e as belezas e desafios de minha caminhada etnográfica.

Caminhada etnográfica / Construindo relações

Certa vez, durante uma reunião de coorientação, Dibe me disse algo que nunca esqueci: “fazer etnografia é construir relações”. Foi inspirando-me nesta frase que decidi escrever este item, em que apresento parte da rede de relações que venho construindo no Saco do Céu como educadora e também como pesquisadora. Do mesmo modo, como dito por Rosane Manhães na banca de qualificação, “fazer etnografia também é contar histórias” e é o que também procuro realizar ao longo da dissertação.

O desejo de fazer uma etnografia era algo que sentia muito antes de entrar no mestrado. No entanto, este propósito por vezes me trouxe certa insegurança por não ter tido na minha formação básica - ou seja, na graduação - aprofundamento na Antropologia. Embora tenha cursado Ciências Sociais¹³, minha trajetória acadêmica

¹² Agradeço à direção do CEBN por ter autorizado o uso do transporte escolar para a realização do trabalho de campo.

¹³ Fiz minha graduação na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Guarulhos, entre 2010 e 2014.

seguir pela Sociologia e a procedimentos de pesquisa mais tradicionais desta área, como levantamento bibliográfico, aplicação de entrevistas estruturadas e produção de banco de dados. Este interesse pela etnografia se deu a partir de diversos fatores concomitantes ocorridos nos últimos cinco anos de minha vida e com a entrada no mestrado, pude me embrenhar nas raízes deste mangue com a atenção que ele merece.

Ao andar por este caminho lamacento e cheio de estruturas pontiagudas, confesso que me perguntei algumas vezes o porquê eu ter escolhido esta direção. A leitura de textos etnográficos e sua discussão em sala de aula, junto com meus colegas e professores, em diferentes disciplinas que cursei, ao mesmo tempo em que me encantava, me encarava: você vai dar conta? Parecia muito difícil alcançar a qualidade e a profundidade do que lia, embora eu também não conseguisse pensar em outra forma de realizar minha pesquisa. As inseguranças continuaram me rondando, mas à medida que aprendi a me equilibrar na lama e a reconhecer toda a vida que habita esse manguezal, fui me sentindo mais em casa.

Sem dúvida, não vou sem companhia. Tenho duas antropólogas que muito admiro caminhando ao meu lado e que me desafiam a partir do local e a encontrar minha voz narrativa.¹⁴ O reencontro com a Literatura, agora não como área do conhecimento concorrente às Ciências Sociais, mas como potencializadora desta última, também se somam nesta jornada. Meus amigos e amigas da comunidade do Saco do Céu, na Ilha Grande (Angra dos Reis/RJ), onde faço pesquisa, por sua vez, me dão as mãos e me guiam. Desta maneira, meu percurso neste manguezal etnográfico¹⁵ é ao mesmo tempo uma experiência de pesquisa e o tecer de relações. Nele me proponho a reconhecer os outros e outras também como pesquisadores e pesquisadoras, cada um e uma em seus territórios de saber, seja à beira-mar ou na universidade, dialogando com a perspectiva da etnografia popular de Borges (2009).

Outro aspecto que merece ser mencionado é minha origem caipira. Sou natural do município de Guaíra, uma pequena cidade do interior de São Paulo localizada na divisa com o estado de Minas Gerais, entre o Cerrado e a Mata Atlântica. Foi onde nasci e fui criada até os meus dezoito anos. Até esta idade, eu nunca havia tido contato com o mar e embora viva em Angra dos Reis (RJ) há dez anos, só passei a compreender mais de perto

¹⁴ Antonádia Borges (UFRRJ) e Dibe Ayoub (UFF), respectivamente minha orientadora e coorientadora.

¹⁵ Em referência ao “engenho etnográfico” de Marques e Comerford (2025).

o que é “viver perto e do mar” ao conhecer e conversar com quem sabe bem a este respeito.

Meu contato com o Saco do Céu se deu primeiramente como professora de Sociologia na Vila do Abraão a partir de 2019 (vínculo que mantenho até hoje) e como educadora popular do Projeto Redes (ver Box 3) entre 2021 e 2024, trabalhando nas praias do norte da Ilha Grande.¹⁶ Entre minhas atribuições nesta função estava o contato frequente com as lideranças comunitárias destas praias, além do planejamento e execução de reuniões e ações formativas a partir de demandas levantadas por elas. Logo nos primeiros meses, dois aspectos me chamaram muito a atenção no Saco do Céu: a centralidade da pesca para o modo de vida das famílias locais e a presença majoritária de mulheres na direção da Associação dos Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas (AMPEE). No entanto, levou quase um ano para que eu começasse a perceber a intersecção entre esses dois fenômenos, a saber, a presença das mulheres na pesca, tema da minha pesquisa de mestrado.

Box 3 – Projeto Redes

O Projeto Redes corresponde à segunda fase do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Costa Verde ocorrida entre 2020 e 2025. Tendo como referências teórico-metodológicas a Educação Ambiental Crítica e a Educação Popular, o projeto tem como objetivo o fortalecimento das comunidades pesqueiras de sete municípios da região sul fluminense e norte do estado de São Paulo afetadas pela exploração do pré-sal na Bacia de Santos. Trata-se de uma medida mitigatória exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) à Petrobrás, como condicionante do licenciamento ambiental para a exploração do pré-sal na Bacia de Santos. Atualmente, o projeto é executado por um consórcio formado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) - parceria entre o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e a Fiocruz -, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

¹⁶ Atuei nas seguintes praias: Vila do Abraão, Palmas, Dois Rios, Praia de Fora, Saco do Céu, Japariz e Freguesia de Santana.

Uma atividade formativa em particular foi marcante neste sentido: a Partilha de Pesca. Organizada pela equipe do Projeto Redes, a Frente de Pesca Artesanal do OTSS e a AMPEE, o encontro ocorrido em agosto de 2022 reuniu sessenta pessoas no Saco do Céu, incluindo pescadores, pescadoras e marisqueiras desta e de comunidades da Ilha Grande, como a própria Vila do Abraão, representada pelos pescadores da Rampa Caiçara¹⁷. Além destes, estavam também presentes: a equipe do Redes e especialistas no tema da pesca, entre eles técnicos do OTSS e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ); e pescadores, pescadoras e lideranças de comunidades de outros municípios, tais como Trindade (Paraty/RJ), Almada (Ubatuba/SP), Prainha (Arraial do Cabo/RJ) e Conceição de Jacareí (Mangaratiba/RJ). O foco do encontro no primeiro dia foi a regulamentação da pesca de cerco flutuante, um apetrecho de pesca muito utilizado pelas comunidades pesqueiras da Baía da Ilha Grande.

No segundo dia, por sua vez, houve uma roda de conversa intitulada “As mulheres na pesca”, exclusiva para mulheres. A proposta inicial era que antes da conversa tivéssemos uma vivência de mariscagem, mas a maré cheia não permitiu. Embora a colheita de mariscos não tenha ocorrido, o compartilhamento de ideias e afetos entre as mulheres plantou sementes poderosas, mediada por Cleusa dos Remédios Rocha, representante da Cooperativa de Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha (MUPAAP) e da Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM). Em uma das minhas idas a campo em julho de 2025, enquanto apresentava os objetivos da pesquisa para Josi, marisqueira do Saco do Céu, ela espontaneamente citou essa roda de conversa como um evento decisivo para o fortalecimento da identidade de pescadora, marisqueira e artesã das mulheres da comunidade.

Outro fator que contribuiu para o afinamento do meu olhar para as mulheres na pesca foi ter cursado a TERESA - Especialização em Gestão de Territórios e Saberes¹⁸, especialmente a disciplina de Gênero e Territorialidades ministrada por Dibe Ayoub no

¹⁷ A Rampa Caiçara é o nome do grupo de pescadores que faz manutenção de embarcações de pesca na Praia do Canto, na Enseada do Abraão. O termo “rampa” é utilizado pelos pescadores para se referirem ao local onde essa atividade é realizada.

¹⁸ A Teresa está inserida no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), em parceria com diferentes instituições e movimentos sociais, tais como a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz).

primeiro semestre de 2022. Foi nesta disciplina que tive contato com a etnografia de Renata Machado (2019), realizada com as marisqueiras de Matarandiba (BA), a qual se tornou posteriormente a “tese inspiradora” do meu trabalho de pesquisa de mestrado. Conhecer a realidade do “sumiço do marisco” em Angra dos Reis (RJ) por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jaqueline Máximo (2023), minha colega de turma na TERESA, também foi marcante no sentido de dar ênfase a esta prática protagonizada por mulheres e ameaçada na Baía da Ilha Grande.

Durante este período atuando como educadora popular, os vínculos com a comunidade do Saco do Céu se aprofundaram e transbordaram as relações meramente profissionais, cultivando, também, relações de amizade. Esta foi a comunidade em que estive mais presente - pois era a que mais demandava ações do projeto - e lá a recepção dos moradores e moradoras foi sempre acolhedora em cada atividade que fazíamos. Ter dividido a equipe de campo do projeto com o amigo, educador e liderança comunitária Geovane Santos, caixara do Saco do Céu, também contribuiu para o estreitamento das relações com a comunidade. Tão acolhedor quanto os moradores e moradoras, ter ao meu lado este parceiro - como costumamos nos referir um ao outro - foi e continua sendo uma grande escola sobre o universo da pesca e o contexto da comunidade.¹⁹

Aliás, praticamente tudo o que sei sobre o Saco do Céu - o que é muito pouco, perto de quem vivencia a realidade cotidianamente - foi aprendido com os moradores e moradoras, incluindo alunos e ex-alunos. As poucas publicações que existem especificamente sobre o Saco do Céu são da área da Biologia Marinha, como é o caso dos trabalhos de Mária Cláudia Grilot, Carlos Renato Ventura e Sérgio Henrique Silva (1998) e de Ana Claudia Brasil e Sérgio Henrique da Silva (2025). Embora tragam informações acerca da distribuição de moluscos e poliquetas no Saco do Céu, respectivamente, estes trabalhos pouco me informam sobre os humanos que na comunidade vivem. Uma referência bibliográfica que me guia neste sentido é o livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande” (2024) publicado pela AMPEE e que traz entrevistas com diversos moradores e moradoras não só do Saco do Céu, mas também de outras praias como Praia de Fora e Freguesia de Santana.

As conversas com as amigas e lideranças comunitárias Queila Lara, Jaisa Assis e Andreia Assis, seja pessoalmente ou por aplicativo de mensagens, não só me (in)formam

¹⁹ Agradeço a parceria da amiga e geógrafa Carolina Paixão que também compôs a equipe conosco.

como me orientam, motivo pelo qual as reconheço não só como minhas anfitriãs, mas também como orientadoras de campo. Como moradoras, conhecedoras e pesquisadoras de seus territórios, muito mais interessadas em minhas questões de pesquisa que eu mesma (Borges, 2009), por diversas vezes me forneceram dados, incentivos e sugestões ao longo da pesquisa. O lugar de liderança também lhes permitiu conhecer outras comunidades que vivenciam situações semelhantes à sua - seja quanto ao modo de vida ou quanto aos impactos - identificando-se entre si e ganhando fôlego para a luta. Além de pesquisadoras e orientadoras de campo, também as reconheço como educadoras do seu território, visto que também (in)formam as pessoas e se formam em sua atuação comunitária.

A orientação de campo ocorreu de forma espontânea, sem que a princípio eu nem percebesse que ela ocorria. Queila teve uma presença maior neste papel, visto que fiquei hospedada em sua casa, primeiramente e, posteriormente, na casa de Fatinha, sua sogra. Elas dividem o mesmo quintal, como descrevo na Parte II do trabalho, e foram inúmeras as conversas que tivemos, seja tomando café, preparando ou realizando uma refeição ou antes de dormir, sobre assuntos que iam da pesquisa à saúde mental, da educação aos desafios de ser mulher. Crítica e questionadora, Queila não naturaliza nenhuma injustiça e não por acaso, optou por fazer graduação em Ciências Sociais, curso que iniciou em fevereiro de 2026. Nas palavras dela, ela seria *abusada*, assim como sua mãe, que também esteve muito presente em nossas conversas. Enquanto mulher negra, Queila também muito me ensina sobre meus privilégios de pessoa branca, e ela será recorrentemente citada ao longo da dissertação.

Com Jaisa e Andreia a orientação ocorreu a partir de visitas que as fiz durante o trabalho de campo, nas quais fui sempre muito bem acolhida, assim como de encontros em eventos. Foi o que ocorreu, por exemplo, durante o 1º Festival da Pesca Artesanal e Cultura da Enseada das Estrelas organizado pela AMPEE e ocorrida no Saco do Céu em junho de 2025.²⁰ Ao encontrar com Jaisa - após um longo e carinhoso abraço, como de costume - ela me perguntou a respeito da pesquisa, especificamente sobre como eu a faria. Já havíamos conversado algumas vezes sobre o tema, mas não acerca da metodologia. Disse que minha intenção era fazer uma etnografia e expliquei, de forma sintética, que se tratava de um trabalho escrito sobre um modo de viver, no caso, com e sobre as

²⁰ O evento teve o objetivo de recuperar um festejo tradicional da comunidade que ocorria sempre em junho, chamado de *Festa do Pescado*, devido às comemorações de São Pedro, padroeiro dos pescadores.

marisqueiras da comunidade. Em seguida, Jaisa me disse que se eu quisesse conhecer mais sobre a prática da mariscagem e os conhecimentos relativos a ela, eu precisaria passar um tempo na comunidade e vivenciar a rotina das marisqueiras. Estávamos em pé, no campo de futebol do Saco do Céu, e tive uma aula sobre como fazer uma etnografia.

Nesse sentido, a maior parte dos meus anfitriões e anfitriãs conheci enquanto educadora - seja na escola ou fora dela. No entanto, o trabalho de campo da pesquisa, aprofundado a partir de julho de 2025, me permitiu estreitar estes laços ou então me aproximar daquelas que não conhecia, inclusive as próprias crianças, que também são minhas anfitriãs. Dialogando novamente com Borges (2013), reconheço aquelas e aqueles que fizeram parte desta pesquisa como minhas anfitriãs pois me receberam em suas casas e dedicaram um pouco do seu tempo à pesquisa e o estreitar de nossas relações. Além disso, a perspectiva de ser uma visita - muito embora me digam recorrentemente que “já sou de casa” - contribui para destacar o caráter passageiro de minha presença, efemeridade esta que busco marcar também no texto.

A convivência com minhas anfitriãs e meus anfitriões me levou a deslocar os movimentos de observação e escuta comuns na pesquisa etnográfica para um interesse às questões de pesquisa daqueles e daquelas que me receberam, buscando “fazer uma etnografia como as mulheres do Saco do Céu mariscam”.²¹ Desta maneira, procurei exercitar a hapticabilidade de que falam Harney e Moten (2013), ou seja, “a capacidade de sentir através dos outros”.²² Para além dos privilegiados sentidos da visão e da audição, é no abraço de Jaisa, por exemplo, que busquei me guiar na construção dessa etnografia.

Desde que ingressei no mestrado em 2024, estive no Saco do Céu por dez vezes, além de ter mantido contato frequente com meus anfitriões e anfitriãs por meio de aplicativo de mensagens. Estas idas a campo podem ser divididas em dois tipos: seis mais pontuais, ocorridas em maio, agosto e outubro de 2024 e em junho, agosto e novembro de 2025; e outras quatro mais longas, ocorridas em julho, setembro e dezembro de 2025 e fevereiro de 2026.

Ao longo do trabalho de campo adotei duas formas de registro etnográfico: as notas de campo, feitas diretamente no celular, geralmente antes de dormir ou em pausas que tinha ao longo do dia, além de vídeos e fotografias, algumas destas que serão

²¹ Antonádia Borges, em troca de e-mails que tivemos em junho de 2025.

²² No original: “The capacity to feel though others” (p. 98)

utilizadas ao longo da dissertação, bem como frames de alguns vídeos. Todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente da pesquisa estão indicados na **Tabela 2**, onde aparecem seus nomes inteiros, data e município de nascimento, com exceção daquelas que optaram por ocultar sua identidade, como é o caso de Jandira e Janaína.²³ Quando o local de nascimento é a própria comunidade significa que estas pessoas nasceram em casa com apoio de parteiras. O objetivo de indicar seus nomes foi o de dar visibilidade a estes pesquisadores e pesquisadoras de seus territórios que construíram comigo a presente pesquisa, além de ajudar os leitores a se localizarem quanto às pessoas, apelidos, origem e idades.

Tabela 1 - Participantes da pesquisa

Nome Completo	Apelido	Data de Nascimento	Local de Nascimento
Maria Tereza Lara dos Santos Silva (<i>in memoriam</i>)	-	05/03/1959	Rio de Janeiro, RJ
Jorge dos Santos Silva	Buiú	21/04/1956	São João de Meriti, RJ
Queila Lara dos Santos Silva da Conceição	-	14/03/1983	Niterói, RJ
Jorge Francisco Silva da Conceição	-	30/09/2016	Angra dos Reis, RJ
Samuel Silva da Conceição	-	08/03/2013	Angra dos Reis, RJ
Everaldo Leonardo da Conceição	Pitão	28/08/1987	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Maria de Fátima Leonardo	Fatinha	15/06/1963	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Rosemary Leonardo da Conceição	Toca	06/05/1987	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Marcelly Leonardo Nascimento	-	18/01/2003	Angra dos Reis, RJ
Renata Leonardo Nascimento	-	12/10/2012	Angra dos Reis, RJ
Maria Luiza Leonardo Nascimento	-	12/03/2019	Baía da Ilha Grande
Anna Liz Leonardo Ramos	-	28/12/2023	Angra dos Reis, RJ
Rosilene Leonardo da Conceição	Rosi	12/04/1999	Angra dos Reis, RJ
Alicia Leonardo de Oliveira	-	03/04/2018	Angra dos Reis, RJ
Eliza Leonardo de Oliveira	-	25/12/2023	Angra dos Reis, RJ
Josiele Cruz de Andrade e Silva	Josi / Toco	06/12/1989	Rio Claro, RJ
Marilene dos Santos Raimundo	Mané	07/09/1968	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ

²³ Nomes fictícios de duas marisqueiras do Saco do Céu, mãe e filha, respectivamente. O medo de perder a aposentadoria foi indicado como o principal motivo para o ocultamento do nome de uma delas. A outra não mencionou o motivo.

Joana Ignez	-	12/02/1968	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Jorge Valdeci Tavares	-	15/06/1967	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Luana Ignez Tavares Pereira	-	01/02/1992	Angra dos Reis, RJ
Sebastião Nascimento dos Santos	Cadiquinho	13/07/1961	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Maria Lúcia de Assis	-	03/09/1956	Maomirim, MG
Andreia de Assis Santos Jordão	-	22/03/1985	Angra dos Reis, RJ
Geovane de Assis Santos	-	17/10/1983	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ
Jaisa dos Santos Assis	-	30/05/1984	Angra dos Reis, RJ
Anna Beatriz Assis Ferreira	-	24/08/2012	Angra dos Reis, RJ
Marcos Vinícius Corecha Tavares	-	07/11/2003	Angra dos Reis, RJ
Celena Maria Andrade	Leninha	05/02/1962	Saco do Céu, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ

Guia da dissertação

O texto está dividido em duas partes, sendo a primeira intitulada “Metamorfoses da plantation e aquilombamento caiçara” e a segunda “Quintais e composição-lama das mulheres marisqueiras”. Cada parte está dividida em seções que, por sua vez, podem também estar divididas ou não em itens que foram utilizados para auxiliar na organização do texto e na leitura.

A primeira parte tem uma qualidade ao mesmo tempo etnográfica e histórica, em que apresento os cercamentos de terra, das áreas marinhas e de suas zonas de transição desde a colonização até os dias atuais em Angra dos Reis, na Ilha Grande e no Saco do Céu, particularmente, perpetradas pelo capitalismo e pelo colonialismo que, juntos, constituem a plantation. Paralelamente, também abordo as resistências de diferentes povos nesta mesma região e ao longo do mesmo percurso histórico, que ocorrem por meio de revoltas, mas também através da manutenção de práticas ancestrais como a roça e a pesca artesanal – na qual inclui a mariscagem –, bem como dos vínculos de parentesco e solidariedade do aquilombamento caiçara. Por fim, também discuto ainda nesta parte a questão fundiária do Saco do Céu, sinalizando seus vínculos com o passado colonial da comunidade.

A segunda parte, por sua vez, é dedicada a uma narrativa lado a lado com as marisqueiras do Saco do Céu, que dedicaram um pouco do seu tempo para me receberem em suas casas e em seus quintais. Neste sentido, possui um caráter profundamente etnográfico. O objetivo desta parte do trabalho é narrar as histórias destas mulheres e o que aprendi com elas, sobretudo as técnicas e os conhecimentos relativos à prática da mariscagem, que envolve a coleta e o beneficiamento de diversas espécies de moluscos e crustáceos, em profunda sintonia com as temporalidades das marés. Em um quintal em particular, a dinâmica da criação das crianças também ganha centralidade na narrativa, bem como a forma que ela se relaciona com a prática da mariscagem. Ao final, faço uma síntese destes encontros com as marisqueiras, discutindo o conflito ontológico entre o modo de ser e de viver das marisqueiras e a lógica da plantation, propondo a noção de composição-lama.

Antes de iniciar cada parte, apresento um resumo detalhado do que será discutido nas páginas seguintes, apontando as categorias de análise e os autores e autoras que serão mobilizados. Para ajudar na localização espacial, sugiro que a Cartografia Social apresentada nesta Introdução seja retomada quando necessário.

Parte I:

Metamorfoses da Plantation e

Aquilombamentos Caiçaras

Esta primeira parte está dividida em três seções. Na primeira seção, evidencio a ocupação milenar da região por diferentes povos no contexto pré-colonização, tendo como referência o trabalho de Maria Cristina Tenório (2006). Abordo também a invasão colonial, a escravização e as revoltas dos povos indígenas que aqui viviam e dos africanos sequestrados de seu continente e para cá trazidos pelo império português. Para tanto, dialogo com as obras de Benedito Preziosi (2017), Marcia Cristina Roma de Vasconcellos (2006) e Lia Osório Machado (1995), além de dados da história oral do Saco do Céu e de pesquisa historiográfica realizada pelo Ecomuseu da Ilha Grande. Mobilizo o conceito de “habitar colonial” de Malcom Ferdinand (2022) para explicitar a forma de ocupação da terra no continente americano pelas potências europeias no período colonial, constituída pela plantation.

A segunda seção da primeira parte é dedicada a um período histórico mais recente, do final do século XIX até os dias atuais. Primeiramente, abordo os processos de reorganização da ocupação da terra em Angra dos Reis (RJ) e a emergência das comunidades caiçaras, tendo como referências mais uma vez Lia Osório Machado (1995), Carolina Franco Paixão (2024) e Antônio dos Santos Bispo (2023). Para fundamentar o uso da noção de aquilombamento caiçara, dialogo com a perspectiva de “paz quilombola” de Beatriz Nascimento (2018). Em seguida, inicio o primeiro item desta seção, em que discuto a prática da construção de roçados pelos aquilombamentos caiçaras da Ilha Grande e pelo Saco do Céu, particularmente, tendo como referência central as entrevistas do livro de Amanda Hadama, Andreia Assis, Jaisa Assis e Queila Lara (2024). Também abordo a proibição desta prática pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral que chegam na Ilha Grande a partir da década de 1970, nomeando-a de conservacionismo seletivo. Neste ponto, dialogo com as noções de “mito da natureza intocada” de Carlos Diegues (2008), de “Mito do Éden Africano” de Guillaume Blanc (2022) e de “fratura ambiental” de Malcom Ferdinand (2022). Ainda nesta seção, pensando a questão climática, apresento alternativas ao conceito de Antropoceno como o “Plantationoceno” discutido por Donna Haraway (2023) e “Negroceno” (Ferdinand, 2022).

Nos dois itens subsequentes, mergulho na pesca artesanal. Destaco a centralidade da prática para as comunidades da Ilha Grande historicamente e os impactos que ela vem sofrendo nos últimos anos. Para abordar os conflitos provocados pela pesca industrial, uso como referência mais uma vez as entrevistas presentes em Amanda Hadama *et al.* (2024), o artigo de Rosane Manhães Prado (2003) e a dissertação de João Paulo Araújo

Silva (2018). A respeito do turismo extrativista e a especulação imobiliária, tenho novamente Rosane Manhães Prado (2003) e a tese de Teresa Cristina Mendonça (2010) como principais referências, assim como minha experiência em campo enquanto educadora e pesquisadora. A partir desta última, também abordo mais uma vez o conservacionismo seletivo promovido pela polícia ambiental e os impactos provocados pela indústria de petróleo e gás, dialogando com a entrevista da liderança quilombola Eliete Paraguaçu (Mulheres das Águas, 2016).

Também busco discutir nestes dois últimos itens a complexidade da cadeia da pesca artesanal e as desigualdades de gênero presentes nela, que inclui tanto a invisibilidade das mulheres na pesca quanto a dificuldade de acesso a direitos por estas pescadoras e marisqueiras. Nesta temática, tenho como referências os trabalhos de Lilian Cezar e Rafaella Theis (2020) e Elionice Sacramento (2019). No intuito de ampliar a dimensão do território pesqueiro, mobilizo o conceito de “maretório” discutido por Paulo Victor Sousa Lima, Jessica da Sila França e Francisco Javier Araos (2024) e a ampla divisão do mar proposta por Carlinhos da Resex de Canavieiras (2024). Outro ponto abordado ainda nestes itens é o “sumiço do marisco” na parte continental de Angra dos Reis discutido por Jaqueline Máximo (2023).

Por fim, chegamos a última seção da Parte I, dedicada a discutir a questão fundiária no Saco do Céu inspirada na obra literária de Mia Couto (1992). Tendo como referência mais uma vez Amanda Hadama *et al.* (2024), sobretudo as entrevistas de Jorge Carlos de Souza, o Foioia, e de Sebastião Nascimento dos Santos, o Cadiquinho, além de duas conversas que tive diretamente com este último, discuto os desafios fundiários que os moradores e moradoras do Saco do Céu tem vivenciado. Ainda sobre a questão fundiária, examino as raízes coloniais relacionadas ao tema no Saco do Céu, dialogando novamente com Márcia Cristina Vasconcellos (2006) e com os conceitos de “racismo fundiário” de Tatiana Dias Gomes (2019) e de “seletividade racial” Camila Penna (2022). A questão fundiária particularmente foi algo que também surgiu como uma questão relevante nas inúmeras conversas que tive com Queila Lara, seja pessoalmente ou por aplicativo de mensagens.

Inspirada em Antonádia Borges (2020) e Jota Mombaça (2020), que buscam identificar manifestações da plantation na atualidade e para além das plantações, compreendo os processos supracitados como metamorfoses da plantation colonial.

Seção 1: Povos originários e cercamentos coloniais

A terra e o mar são espaços historicamente em disputa em Angra dos Reis/RJ, que conta com 524 anos desde sua fundação, tendo, portanto, sua história muito atrelada à história de invasão colonial do território brasileiro. Antes de se tornar município, muito antes de se tornar colônia e “dos Reis”, essa região do sul fluminense foi ocupada por diversos grupos humanos. O estudo de Tenório (2006), feito especificamente no Ilhote do Leste, na Ilha Grande, revela uma ocupação de cerca de 3 mil anos na região e identifica um modo de vida constituído pela caça e a coleta, pela pesca, a feitura de canoas e conhecimentos de navegação em alto mar. Além disso, foi identificada a existência de fendas em inúmeras rochas espalhadas por diversas praias da Baía da Ilha Grande, chamadas tecnicamente de “amoladores polidores fixos”, que eram utilizados para amolar lâminas de machado. A Ilha Grande é repleta de amoladores fixos, incluindo a Enseada das Estrelas, onde está localizado o Saco do Céu, e a pesquisa de Tenório (2006) indica que estes povos comercializavam as lâminas com grupos de outras regiões.

O território de Angra dos Reis também foi ocupado por diversos povos indígenas pertencentes ao tronco linguístico tupi. Especificamente na Baía da Ilha Grande, há o registro da ocupação do povo indígena Tupinambá ou Tamoio, responsável pelo batismo da Ilha por meio da denominação “Ipaum Guaçu”. A invasão e ocupação dos portugueses na região - assim como de outros povos europeus, em escala menor - a partir do século XVI, levou ao genocídio deste povo indígena e de outros povos por meio de guerras, escravização nas plantações, epidemias de doenças trazidas da Europa e catequização realizada pela Igreja Católica. A todas essas investidas, contudo, sempre houve resistência. A Confederação dos Tamoios, por exemplo, é um marco da resistência indígena contra a colonização portuguesa na região, liderada pelo Cacique Cunhambebe (Prezia, 2017).

A partir do século XVIII, Angra dos Reis/RJ se torna uma região portuária estratégica para escoamento da produção de aguardente e para o tráfico de africanos escravizados para trabalharem nas plantações de cana, inicialmente, e nas plantações de café, posteriormente, também voltadas para exportação. Serão dois séculos de desmatamento e exploração de corpos negros nas plantações coloniais para enriquecimento dos “proprietários” de terras, todas doadas pela coroa portuguesa. Na Ilha Grande, especificamente, há registros de engenhos produzindo açúcar e álcool em

diferentes praias e enseadas, tais como Freguesia de Santana, Matariz, Sítio Forte, Praia da Longa, Praia de Dois Rios, Enseada de Palmas, Abraão e Enseada das Estrelas, sendo comum o desembarque de africanos escravizados nas Enseadas de Palmas e do Abraão, na face norte da Ilha.²⁴

Segundo a pesquisa realizada por Vasconcellos (2006) sobre as famílias escravizadas em Angra dos Reis/RJ entre 1801-1888, existiram quatro proprietários de terras na região da Enseada das Estrelas. Cândido Teixeira de Carvalho, que possuía 126 escravizados - distribuídos em suas propriedades na Enseada das Estrelas, na Fazenda do Holandês (onde hoje é a Vila do Abraão) e na área urbana da freguesia de Conceição (atual centro de Angra dos Reis) -, é classificado como o maior escravagista do município. Em suas terras localizadas na Enseada das Estrelas, havia plantações de café, mandioca, frutas e milho, além de engenhos e ranchos para guardar canoas. Outros dois proprietários de terra da enseada eram Manoel Alves de Campos e Francisco dos Santos Reis, que tinham respectivamente 51 e 54 escravizados, plantações de café, mandioca e cana para produção de aguardente e engenho. Nas propriedades também havia ranchos, redes e canoas de pesca (Vasconcellos, 2006).

Em outubro de 2024, após desembarcarmos na Praia da Raposinha para participar de um encontro de mulheres na Praia de Fora organizado pela AMPEE, Jaisa e Andreia me mostraram um ponto histórico da comunidade chamado pelos moradores de *forno*. Trata-se de uma construção de tijolos que segundo os mais antigos da comunidade, era utilizado para incineração de corpos de escravizados no período colonial e onde houve muita tortura. Um registro da história oral local que coaduna com a pesquisa histórica baseada em registros escritos realizada por Vasconcellos (2006) em Angra dos Reis, muito embora seja necessário um maior aprofundamento no assunto.

²⁴ Estes dados estão expostos no Museu do Meio Ambiente (MuMA), em Dois Rios, pertencente ao Ecomuseu da Ilha Grande (UERJ), bem como as informações seguintes sobre a Toca das Cinzas.



Figura 3 - *Forno*. Foto da autora, 2025.

Estes dados demonstram a existência do sistema de plantation²⁵ na Ilha Grande por pelo menos dois séculos, uma forma de ocupação da terra estabelecida por plantações de monocultura, engenhos e a casa grande e a senzala, que associada aos cercamentos privados de terra e a escravização massiva de seres humanos, constitui o que Malcom Ferdinand (2022) conceitua como o “habitar colonial”. Sua pesquisa realizada no Caribe mostra que as autoridades coloniais francesas classificavam como habitantes destas terras somente aqueles que eram senhores, destituindo as pessoas negras escravizadas da possibilidade de habitar. Embora o Caribe esteja distante geograficamente da Baía da Ilha Grande, o primeiro localizado na América Central e o segundo na América do Sul, estes territórios tem muito mais em comum do que o fato de serem conjuntos insulares.

Independente de qual região do continente americano estejamos olhando, o fato é que a resistência indígena e africana houve em qualquer canto, promovendo fissuras no sistema de plantation por meio de fugas, incêndios e aquilombamentos, constituindo formas de habitar não coloniais. Tem-se registros de que em 1837 desembarcaram um total de 524 escravizados na praia de Dois Rios, na Ilha Grande, e a tradição oral conta que dois navios foram incendiados após o desembarque, muitos se refugiando na chamada Toca das Cinzas, que pode ser encontrada na trilha entre Dois Rios e Parnaioca, na face

²⁵ Usarei o conceito de “plantation” ao longo do texto para me referir ao sistema colonialista que existiu no passado bem como às manifestações deste sistema na chamada modernidade.

sul da Ilha. A existência de cinco quilombos²⁶ e seis aldeias indígenas²⁷ entre Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, além de dezenas de comunidades caiçaras seja no continente ou nas ilhas dos respectivos municípios, são indicativos de formas não coloniais de habitação coexistindo na região.

Os manguezais, por sua vez, também foram alvo da colonização. Há referências aos manguezais da então Capitania de São Vicente - que sobrepunha o território onde está localizado Angra dos Reis - nas “Cartas Jesuítas” escritas por Padre de Anchieta, trazendo descrições detalhadas dos mangues Avicennia e Rhizophora, que eram chamados pelos ameríndios como “sereiba” e “candapaúba”, respectivamente (Souza, 1987 *apud* Altas dos Manguezais, 2018). Ainda segundo o Atlas, a partir do final do século XVI, os manguezais brasileiros foram extensivamente explorados pelos europeus para produção de lenha, carvão, extração de tanino, pesca e produção de sal. A madeira e o carvão, particularmente, tiveram um papel estratégico na manutenção dos incontáveis engenhos de cana e também eram utilizados para abastecer a população que vivia nas redondezas. Nesse sentido, a redução dos manguezais e de toda a vida que nele existe (vegetal, animal e humana) ocorre desde o período colonial, que será aprofundada posteriormente por novas manifestações da plantation.

Na próxima seção, dou ênfase à formação das comunidades caiçaras em Angra dos Reis e região, e aprofundo na caracterização do Saco do Céu enquanto comunidade pesqueira e caiçara, tendo como referência central as entrevistas presentes no livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande” publicado pela AMPEE. Por fim, também discuto as novas manifestações da plantation, as quais nomeio de cercamentos modernos, como a especulação imobiliária, o turismo extrativista (de massa e de luxo), o conservacionismo seletivo e a pesca industrial, apresentando seus efeitos sobre o território de Angra dos Reis, Vila do Abraão e especialmente, o Saco do Céu, ganhando aqui um tom mais narrativo e descritivo, fruto do meu trabalho de campo.

²⁶ Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis/RJ), Quilombo do Campinho da Independência (Paraty/RJ), Quilombo do Cabral (Paraty/RJ), Quilombo da Marambaia (Mangaratiba/RJ), Quilombo Santa Isabel (Mangaratiba/RJ).

²⁷ Aldeia Itaxi Mirim (Paraty/RJ), Aldeia Araponga (Paraty/RJ), Aldeia Sapukai (Angra dos Reis/RJ), todas Guarani Mbya; a Aldeia Rio Pequeno (Paraty/RJ), Guarani Nhandeva; e Aldeia Pataxó Hã Hã Hae (Paraty/RJ).

Seção 2: Aquilombamentos caiçaras e cercamentos modernos

O final do século XIX e o início do século XX marca um período de recessão para os ditos “proprietários” de terra de Angra dos Reis e proximidades. Isto porque após a abolição oficial da escravidão no Brasil e a construção de uma estrada de ferro no Vale do Paraíba ligando o Rio de Janeiro à São Paulo, o escoamento da produção por meios terrestres se sobrepôs à marítima, colaborando para a decadência do sistema de plantation na região sul fluminense. O abandono das terras por alguns grandes proprietários é apontado como brecha para que aqueles e aquelas que sempre trabalharam na terra se apossassem de pequenos pedaços de solo (Machado, 1995).

Esse período é classificado pela literatura como de “crise e despovoamento”, a despeito de inúmeras famílias terem seguido vivendo da roça e da pesca na região. Este intervalo de tempo permitiu um “respiro” (Paixão, 2024) para que homens e mulheres pudessem habitar estas terras de outro modo a partir da “confluência” (Santos, 2023), no caso das comunidades caiçaras, de tradições indígenas, africanas e portuguesas, as quais também denominamos de aquilombamentos caiçaras, dando ênfase a confluência africana e indígena em seu modo de vida. Este “respiro” mencionado por Paixão (2024), podemos relacionar com a noção de “paz quilombola” de Beatriz Nascimento (2018), descrito pela autora como aquele momento em que os quilombos, ainda no período colonial, puderam exercer seus modos de vida, internamente e também no contato com outras comunidades, por meio da feitura de roças, criação de animais e fabricação de ferramentas. Nas suas palavras:

Creio que se o escravo negro brasileiro tivesse podido deixar um relato escrito, com certeza, teríamos mais fontes da ‘paz’ quilombola do que de guerra. Esta paz está justamente nos interstícios da organização quilombola e sobre ela requer-se um esforço de interpretação maior, pela qual se ultrapassada a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização, que talvez na ‘paz’ ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que a guerra. O antes e o depois da guerra dos quilombos é que necessita ser conhecido (p. 76).

Esta noção de que talvez a “paz quilombola” seja mais ameaçadora do que a guerra é particularmente interessante, pois ela prevê vínculos entre as pessoas e entre estas e a terra que habitam, incluindo negros e não-negros, principalmente indígenas, que também viviam nos quilombos (Nascimento, 2018). A historiadora sergipana chama atenção para necessidade de mais estudos sobre estes interstícios, negligenciados pela literatura historiográfica, e aponta para a perduração, ainda que transformada, dos quilombos nas favelas e periferias da cidade no período pós-colonial, fruto da marginalização racial (Nascimento, 2018). Acrescento também a insistência destes aquilombamentos no campo, não somente nas comunidades quilombolas, mas também nas comunidades caiçaras - resguardadas suas especificidades e diferenças - que manteve e mantém seus roçados e pescarias, e buscam criar novas estratégias para permanecerem em suas terras frente às novas manifestações da plantation.

A produção teórica sobre a plantation teve um grande impulso nos anos 60 e 70 em diversas áreas do conhecimento, tal como Antropologia, História e Economia, centralmente no eixo Caribe, EUA e Brasil, tendo como uma de suas precursoras a autora jamaicana Sylvia Wynter. Este conceito tem sido recuperado nos últimos anos a partir das contribuições de intelectuais negros e indígenas na academia que trazem a questão racial e ecológica como centro da análise.²⁸ Embora o conceito seja acionado de forma mais comum para o contexto das plantações, que tem seu marco inicial no período colonial e escravocrata, análises recentes tem buscado observar como a lógica da plantation se manifesta em outros cenários, contemporâneos, que não necessariamente os das plantações de monocultura, tal como desenvolvido por Borges (2020) em sua pesquisa sobre a universidade e Mombaça (2020) a respeito da produção de conhecimento e arte.

Indo nesta mesma linha, penso que o turismo extrativista e a especulação imobiliária na Ilha Grande, assim como outros movimentos do capital, possam ser lidos na chave da discussão da plantation. Suas lógicas semelhantes promoveram e promovem processos de expulsão e cercamento dos aquilombamentos caiçaras, bem como tentativas de proletarianização das pessoas que vivem nestes locais, principalmente negras, jovens e mulheres, desorganizando o modo de vida local. Nos itens a seguir, busco investigar como

²⁸ Informações colhidas na palestra de John Comerford durante sua participação no Seminário (Contra) Plantation ocorrido no dia 01/11/24 no CPDA/UFRRJ.

este processo ocorreu na Enseada das Estrelas e mais particularmente no Saco do Céu, estabelecendo comparações com a Vila do Abraão e Angra dos Reis.

As roças e o conservacionismo seletivo

Os relatos de muitos moradores e moradoras antigos do Saco do Céu (RJ) revelam a centralidade da roça no cotidiano das famílias, juntamente com a pesca artesanal. É o que pode ser identificado nas entrevistas presentes no livro publicado pela AMPEE, como aquelas que trazem a memória do cultivo de mandioca e das casas de farinha:

Plantava feijão, mandioca, banana, café, colhia milho, essas coisas todas. Mandioca, então...porque a gente fazia farinha. Agora ninguém planta mais” (Marilene dos Santos Raimundo, “Mané”. Entrevista concedida à Hadama et al., 2024, p. 37).

Tinha muita plantação de mandioca também, fazia farinha (...) não era só a pesca, tinha outro meio de sobrevivência. Aqui tinha bastante casa de farinha. Tinha do Seu Manoelzinho, Seu Joaquim Andrade, seu João da Vovó, o Deco, Seu Jorge, tudo tinha casa de farinha. Vivia da farinha (Sebastião do Nascimento dos Santos, “Cadiquinho”. Entrevista concedida à Hadama et al, 2024), p. 58).

Tia Nerina tinha problemas de saúde, não tinha condições de ir lá plantar, colher e fazer. Outra pessoa trazia a mandioca e fazia na casa de farinha dela e depois dividia, eles falavam que era farinha de meia, naquela época eles faziam assim de dividir (Valdirene Tavares de Barros. Entrevista concedida à Hadama et al, 2024, p. 68-69).

As casas de farinha são espaços de produção de farinha de mandioca muito comuns no contexto de povos indígenas, caiçaras e quilombolas, construídas com bambu e barro. Em uma de minhas idas a campo, Cadiquinho e sua mãe, Maria Nascimento dos Santos, me contaram como a farinha era feita no Saco do Céu, acessando uma memória bastante viva e cheia de afeto. Segundo eles, o processo se inicia com a colheita e raspagem da mandioca. Em seguida, as raízes são levadas à casa de farinha para serem trituradas em um instrumento chamado de *roda*. A próxima etapa é prensar a mandioca em um artefato feito com palha trançada chamado de *tapiti*. O caldo gerado na compressão da mandioca é utilizado para fazer a goma da tapioca, enquanto a massa segue para ser coado em uma peneira. Por fim, a massa coada é levada para o forno para as duas últimas etapas do processo: primeiro murchar a massa com um rodo pequeno e dois

facões, ambos de madeira, sendo o rodo utilizado para mexer a massa e os facões para jogá-la para cima; e a segundo e última etapa, que é a torra da farinha. A *roda*, o *tapiti*, a peneira, o rodo, os facões e o forno são os artefatos que compõe o aviamento da casa de farinha.

Embora houvesse casas de farinha em várias praias da Ilha Grande, hoje é raro encontrar alguma em pé e ainda em funcionamento, pois as famílias deixaram de fazer roça, embora pequenos cultivos e criações resistam em seus quintais.²⁹ O que é mais comum de ouvir dos moradores é que essa prática foi se perdendo devido às fiscalizações ambientais. O trecho da entrevista de um morador do Saco do Céu chama a atenção para a relação entre as fiscalizações e as roças:

Hoje eu tenho o meu sitiozinho, pago um IPTU bem alto, só tem uma casa na minha propriedade e não tenho direito de plantar batata, grama posso plantar. Você é um badieco da ilha, você tem o direito de usufruir para o seu sustento. O que falta para ilha é o lho das autoridades voltado para a comunidade. Eu concordo com todas as fiscalizações, mas tem que estar presente para conhecer as necessidades das comunidades.” (Jorge Carlos de Souza, “Foioia”. Entrevista concedida à Hadama *et al*, 2024, p. 74)

“Badjeco” é um termo utilizado pelos moradores da Ilha Grande para se referir àqueles que são nativos da Ilha.³⁰ “Foioia”, como é conhecido no Saco do Céu, aciona essa identidade para reivindicar o direito dessas pessoas de usufruírem da terra que ocupam para deitar suas roças - tal como era feito antigamente na comunidade -, possibilitando o cultivo de mandioca e o funcionamento das casas de farinha. Na apreciação de Foioia, as fiscalizações seletivas não olham para as comunidades como deveriam, não atentam para as necessidades que possuem. Dona Zenaide, moradora da praia de Araçatiba (Ilha Grande), também traz à lembrança a vida na roça, a feitura da farinha com a sua família e o momento da chegada das proibições ambientais que provocaram medo nas pessoas e que, aos poucos, foram parando de plantar em toda a Ilha Grande.³¹

²⁹ Uma referência nesse sentido é o livro de Cardoso e Maciel (2003).

³⁰ O surgimento do termo está associado a uma visão pejorativa sobre o “povo da Ilha” na percepção do “povo de Angra”, que com o tempo passou a ser incorporada por alguns moradores como forma de autoidentificação (Souza, 2013).

³¹ Essa constatação aparece em uma entrevista concedida por Zenaide a mim e as minhas colegas de turma da Teresa e está disponível em Mulheres caiçaras e as Unidades de Conservação (2022).

Estas proibições e fiscalizações seletivas estão relacionadas à criação em 1971 do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral. O PEIG sofreu uma redução da sua extensão no final da década de 1970, mas ampliou-se em 2007, estabelecendo como parte da área total do parque todas as terras localizadas acima da cota de 100 metros na Ilha Grande, com exceção daquelas localizadas na Reserva Biológica (REBIO) da Praia do Sul - criada em 1981 - sobrepondo a maior parte das terras da Ilha.³² Como as roças eram feitas a certa distância da praia, no morro, conforme apresentado por Prado e Catão (2010), estas áreas foram abocanhadas pelo parque para fins de conservação. Em relatos de moradores de diferentes praias, isso ocorreu sem nenhum diálogo com as comunidades que ocupavam estes territórios.

Além do PEIG e da REBIO, há na Ilha Grande outras duas Unidades de Conservação (UCs): a Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, criada em 1986, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro, instituída em 2014. Ambas são classificadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como UCs de Uso Sustentável, o que lhes confere uma legislação ambiental mais flexível. No caso da RDS do Aventureiro, que sobrepõe apenas esta praia da Ilha Grande, destaca-se ainda a exigência de participação comunitária na gestão, exercida por meio de um Conselho Deliberativo. A APA de Tamoios, por sua vez, abrange toda a região costeira do continente e todas as ilhas da Baía da Ilha Grande, incluindo a própria Ilha Grande. Assim, grande parte de sua área na ilha se sobrepõe ao Parque Estadual da Ilha Grande, que ocupa a região central, nos morros. Entretanto, conforme estabelece o SNUC, em situações de sobreposição vigora o Plano de Manejo da UC com maior grau de proteção, neste caso, o PEIG. Todas essas UCs são administradas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

³² Informações retiradas do Plano de Manejo do PEIG, disponível em Rio de Janeiro (2011).

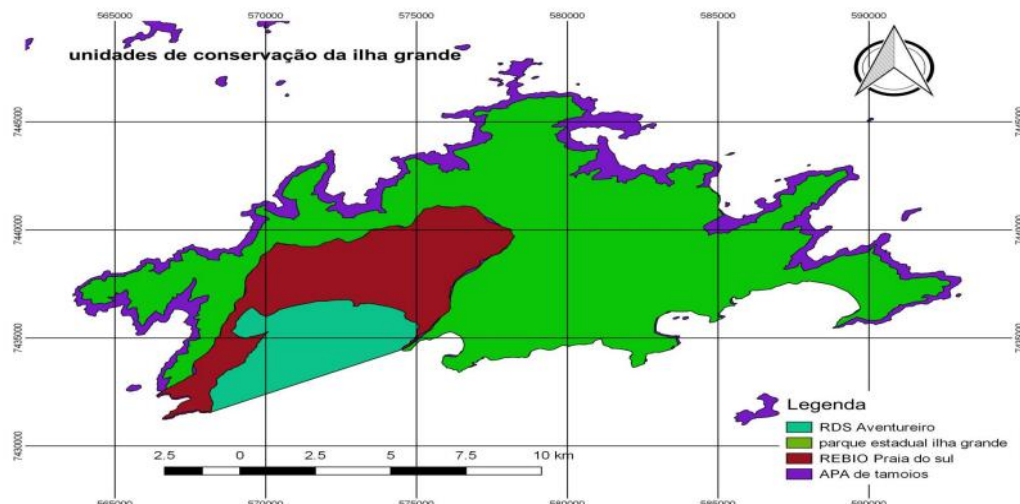


Figura 4 – Unidades de Conservação da Ilha Grande. Elaboração GEBIG/UFF, 2019.

Tanto os Parques quanto as Reservas Biológicas são Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral inspiradas na experiência de Yellowstone nos EUA, o primeiro Parque Nacional criado no mundo (Diegues, 2008). Este modelo prevê a preservação ambiental a partir do apartamento do ser humano das áreas florestais, em que humanos não podem ocupar ou manejar recursos naturais do parque. Aos humanos, no entanto, é permitido a visita para apreciação, tornando o parque um destino para turismo.

Se nos Estados Unidos a usurpação das terras indígenas foi suprimida da narrativa que permitiu a adesão global a esta ideia de parque, ao ser transportado para o sul global, o projeto se deparou com comunidades que viviam dentro ou na fronteira destas áreas e que se mostraram entraves ao salvacionismo ecológico. Como no caso do mito moderno da natureza intocada (Diegues, 2008), estas UCs na Ilha Grande e em todo o mundo foram erguidas sem o reconhecimento da relação milenar entre as comunidades locais e os chamados recursos naturais que a intenção conservacionista procura salvar.³³ Blanc (2022) mostra como esse processo ocorre particularmente no continente africano, sustentado por uma narrativa bastante similar que o autor nomeia de “Mito do Éden africano”. O mito em questão, criado pelo Ocidente, construiu uma imagem de África como um “Éden natural” que precisa ser salvo dos próprios africanos, justificando a criação de Parques, como é o caso do Parque Nacional do Simien, na Etiópia. Expondo o conservacionismo seletivo, Blanc (2022) mostra como organizações internacionais

³³ Em “Nosso lugar virou parque” Diegues e Nogara (1994) abordam os conflitos decorrentes da criação da Reserva Ecológica da Juatinga em 1992 na comunidade caiçara do Saco do Mamangá, em Paraty/RJ.

(UNESCO, UICN, WWF) protegem e financiam o agropastoralismo na França, por considerá-la importante para a biodiversidade, enquanto em países africanos estas mesmas práticas são condenadas e criminalizadas.

Prado e Catão (2010) discutem um conflito ocorrido em 2007 envolvendo o PEIG e moradores da Ilha Grande. Naquele ano, o INEA estabeleceu uma parceria com o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce para a execução de um projeto de “Recuperação do Ecossistema da Mata Atlântica”, que visava extinguir espécies exóticas invasoras na Ilha, entre elas, jaqueiras e bambus, espécies originárias do continente asiático e introduzidas no Brasil no período colonial. Mantendo a lógica do conservacionismo seletivo, o projeto não considerou que estas espécies já haviam sido incorporadas pelas comunidades locais em seus modos de vida. Segundo as autoras, os bambus são utilizados para construção de casas de estuque, cercas, ranchos de pesca e para ornamentação de festas, por exemplo, enquanto a jaqueira é fonte de alimento para humanos e não humanos, incorporações que também identifiquei no Saco do Céu.

Reproduzindo a velha divisão colonial entre ser humano e natureza, estes cercamentos estatais ativam a lógica monótona da plantation, pois não reconhecem múltiplos saberes e outras formas de habitar. Ferdinand (2022) conceitua essa divisão de fratura ambiental, um corte vertical que não só separa o ser humano da natureza, como coloca o primeiro como superior ao segundo. Além disso, o autor argumenta que as noções de “humano” e “natureza” também são problemáticas, pois promove uma homogeneização interna a esses grupos. O conceito de Antropoceno, popularizada por Paul Crutzen, é um exemplo disso, pois nomeia uma nova era geológica na qual as atividades humanas teriam ganhado importância decisiva nos destinos da Terra sem especificar, no entanto, quais humanos promoveram e promovem esta catástrofe global e à custa de quem.

Nesse sentido, o conceito de Plantationoceno (Haraway, 2023)³⁴ me parece mais apropriado para definir esta nova era geológica, dando ênfase ao sistema de plantation como motor destas mudanças. Segundo a autora, Plantationoceno é um conceito que define a “transformação devastadora de diversos tipos de florestas, campos e lugares cultivados por humanos em plantations extrativistas e cercadas, dependentes do trabalho

³⁴ O termo foi cunhado coletivamente em 2014 durante um evento na Universidade de Aarhus (Dinamarca), no qual participava além de Donna Haraway, também Anna Tsing, Noboru Ishikawa, entre outras pesquisadoras e pesquisadores.

escravo e de outras formas de trabalho alienado, explorado e geralmente deslocado” (Haraway, 2023, p. 181). Outra leitura crítica ao Antropoceno é a do próprio Ferdinand (2022), por meio do conceito de Negroceno. Com esta nomeação, o autor busca incorporar a experiência colonial e a escravidão como elementos centrais da crise ecológica global.

A “economia da dádiva” e as caravelas da modernidade

Descendo o morro e nos aproximando da costa, alcançamos o mar que assim como a terra, são fontes de alimento e modos de ser. A pesca chamada artesanal é uma prática ancestral na Ilha Grande, atividade que persiste, se transforma e se reatualiza a partir da observação, da prática e da oralidade, transmitida de geração em geração, no encontro entre povos como o que ocorreu com as comunidades caiçaras. Nesse sentido, esta categoria de pesca é mais que uma atividade estritamente econômica ou uma prática que mobiliza elementos culturais e políticos. A pesca artesanal é um ponto para onde fluem um sem-número de composições ontológicas, além daquelas que nossa ciência consegue pinçar e catalogar (pessoas, peixes, correntes, redes etc.).

Muito embora no sistema classificatório da ciência patriarcal o universo da pesca seja mais frequentemente associado aos homens (como atentava Donna Haraway), na pesca artesanal não há quem seja excluído. O que ocorre são ocupações dos espaços e maestria das técnicas de forma diferenciada. Para além da etapa de captura do pescado, conforme atesta Cézár e Theis (2020) e Sacramento (2022), é preciso considerar seu beneficiamento, sua comercialização, e tantas outras ações para o sucesso da pesca que desconhecemos e, portanto, não damos nome ou valor, geralmente protagonizada por mulheres. Do mesmo modo, a pesca artesanal não inclui somente aquela realizada em alto mar, mas também a feita na costeira e nas áreas de manguezais, como é o caso da coleta de moluscos e crustáceos - que no Saco do Céu é nomeada de mariscagem. A prática de coleta de mariscos, por exemplo, é realizada na lama por mulheres, que após isso, se envolvem em diversas interações com os moluscos coletados até torná-los alimento para si ou para quem os comprar.

No contexto dos povos extrativistas costeiros e marinhos do Pará, a noção de “maretório” (Lima, Nascimento e Leiva, 2024) tem sido acionada para descrever a

amplitude e a complexidade da pesca artesanal. Diferentemente do conceito de maritimidade desenvolvido por Diegues (1998) e Maldonado (1994), o “maretório” não tem o mar como mote, mas sim a maré e a forma que ela constitui territórios. Dessa maneira, abarca as relações que os pescadores e pescadoras estabelecem nas áreas de transição entre o mar e a terra, borrando as fronteiras entre eles, alcançando até mesmo a roça. Nesse sentido, as representações dos povos extrativistas costeiros e marinhos “[...] vão além do personagem do pescador em alto mar, abarcam um pescador que também pode compor outros cenários, como o mangue, ou até mesmo a roça, considerando a sazonalidade do período da pesca e de plantar” (França, 2022, p. 41).

Incorporada pela CONFREM, a noção de “maretório” tem sido utilizada por comunidades de outros estados. Carlinhos de Resex de Canavieiras (2024), pescador artesanal jangadeiro do município de Canavieiras, no sul da Bahia, divide o mar em três áreas: a estuarina, onde estão os manguezais, próxima da costa e da foz dos rios; a restinga, também chamada de “fundo de mangue”, localizado entre o bosque de mangue e a floresta.; e o mar aberto, que representa depois de cinco ou seis milhas (aproximadamente 8 ou 9,6 km) de distância da costa. Carlinhos também descreve a importância da floresta para o pescador, visto que é de onde se tira a madeira para fazer as jangadas: “Não existe jangadeiro sem a jangada e não existe jangada sem pau de jangada; por isso, dependemos da Mata Atlântica” (p. 292).³⁵

A família de Joana Ignez há muitos anos vive da pesca no mar, na costeira e no mangue. Ela e a filha Luana são marisqueiras e seu companheiro Jorge Valdeci Tavares e seus filhos atuam na pesca de cerco. O trecho abaixo traz um retrato do rancho de pesca de Valdeci, como é conhecido, durante sua entrevista concedida à AMPEE, bem como a “economia da dádiva” praticada por ele e sua família:

“Valdeci é mestre do cerco flutuante. Conversamos com ele no rancho onde conserta as redes. Havia várias espalhadas pelo chão, algumas geladeiras velhas, uma casaria de barco e um radinho antigo que toca sem nunca acabar a pilha. Ele trabalha no cerco de pesca faz uns vinte e cinco anos. Todos os dias, às cinco e meia da manhã e às três e meia da tarde, ele mais quatro camaradas saem para visitar a rede no barquinho “Maroto”. Lá pelas 7h, é comum ver um tabuleiro no cais. São os peixes que Seu Valdeci deixa para a comunidade. Uma economia da dádiva. O cerco tem essa prática da generosidade. Os peixes pequenos, quando capturados, são soltos para continuarem a vida no mar.” (Hadama *et al*, 2024, p. 30)

³⁵ Os pescadores da Ilha Grande também dependem da Mata Atlântica, mas o PEIG, mais uma vez, proíbe os mestres canoieiros de retirarem madeira da floresta para feitura das canoas.

Enquanto trabalhava como educadora, Valdeci e seu filho Rogério sofreram uma abordagem truculenta da polícia florestal em janeiro de 2022 que marcou suas trajetórias. Acusando-os de não terem licença para pesca de cerco, agindo de forma agressiva e sem escuta, os policiais levaram os pescadores para a delegacia de Angra dos Reis sem a possibilidade de pegar calçado, roupas ou qualquer outro item pessoal. Mesmo apresentando a documentação exigida pela legislação federal para que possam pescar, ou seja, a carteira profissional de pescador, além da planta do cerco que pertence ao senhor Valdeci há mais de vinte anos, um boletim de ocorrência foi aberto e seu pescado apreendido. Valdeci e o filho só foram liberados à noite, sem possibilidade de voltarem para a Ilha Grande, pois nenhuma embarcação foi disponibilizada para eles. Pude ouvir Valdeci contando essa história em algumas ocasiões. Com os olhos marejados, afirmava que era pescador e não criminoso.³⁶

Além destas abordagens abusivas, também relatadas por outros pescadores, lamentavelmente, é recorrente ouvir dos pescadores e pescadoras que a quantidade de peixes e mariscos vem diminuindo nos últimos anos, processo que é relatado com preocupação. João Paulo Araújo Silva (2018) também discute este fenômeno de diminuição do pescado na Ilha do Maio, arquipélago de Cabo Verde, causado pela pesca industrial. Ao ouvir os pescadores artesanais a respeito, o autor percebe uma fratura em suas narrativas, que separa uma época de fartura no passado e um presente de escassez e angústia.

Segundo Prado (2003), o avanço da pesca industrial a partir da década de 1970 também é um dos fatores que vem causando mudanças na paisagem costeira e marítima da Baía da Ilha Grande. Movida pela captura massiva de pescado, utilizando-se de embarcações de grande porte e de tecnologias ditas “avançadas” - como sonares que chegam a 26km de diâmetro³⁷ -, a pesca industrial passa a competir por áreas de pesca e contribuir para a diminuição da população de peixes. Este conflito é tratado nas falas de dois moradores da Enseada das Estrelas, o primeiro do Saco do Céu e o segundo da Praia de Fora:

³⁶ Valdeci e Rogério receberam apoio e solidariedade de pescadores de várias comunidades. A situação foi exposta e após a movimentação do advogado contratado pelo pai e filho, o BO foi desfeito pelos policiais.

³⁷ Dado compartilhado por Robson Dias Possidônio, liderança do FCT e pescador artesanal da comunidade caiçara de Trindade (RJ), em comunicação pessoal.

“A pesca era em barcos pequenos, tinha canoa. Meu pai pescava em uma canoa com motorzinho pequeno e pegava 70,80kg de camarão rosa por noite. Tinha vez que era tanto camarão que ele não tinha onde vender. Muitas vezes a gente descascava e secava. Botava em uma salmoura o camarão, tirava e botava no sol. Uns seis dias até ficar bem murquinho. Não tinha o que tem hoje, as aparelhagens, não tinha guincho, era tudo na mão. E tinha muito peixe, era muita coisa, nunca faltava nada de peixe. Hoje virou pesca industrial, começaram a botar aparelho, o peixe começou a acabar. E assim começaram a aumentar a rede, pegava mais, começaram a aumentar as embarcações.” (“Cadiquinho”, Entrevista concedida à Hadama et al, 2024, p 58)

“Eles falam que é o caicara que acaba com os pescados. Não é. É o industrial. A gente não sai daqui para ir lá matar o peixe deles. Eles vêm aqui e matam o nosso. O nosso barco não saiu do Pau a Pino para fora, mas eles vêm aqui dentro da baía.” (Marcos Ferreira Tavares, “Caquinho”, Entrevista concedida à Hadama et al, 2024, p. 92)

O Pau a Pino é uma ilha que marca a divisão feita pelos pescadores entre a Baía da Ilha Grande e o mar aberto.³⁸ Por utilizarem embarcações de grande porte, a pesca industrial tem autorização para pescar em mar aberto, enquanto os pescadores artesanais, não. Como utilizam embarcações de pequeno porte e tecnologias artesanais, a pesca artesanal ocorre dentro das baías, ou seja, em áreas abrigadas. Nesse sentido, Caquinho chama a atenção para a invasão da pesca industrial das áreas da pesca artesanal, ainda que aqueles possam pescar do litoral da Bahia até o sul do país.³⁹ É comum também ouvir dos pescadores que a pesca industrial não respeita os períodos de defeso das espécies⁴⁰, intensificando o problema da diminuição dos peixes.

Enquanto a pesca artesanal possui um caráter familiar, voltada para o consumo e comercialização regional, a pesca industrial contrata trabalhadores especializados para retirarem grande volume de pescado do mar, que é comercializado para o mercado nacional e internacional, seja para consumo direto ou para a indústria. Similar a plantation colonial, aqui os oceanos são grandes fazendas sem fronteiras para essas “caravelas modernas” que sugam a vida marinha em larga escala, invadem territórios no mar e inviabilizam o modo de vida de quem vive da pesca artesanal, com o objetivo último de

³⁸ No texto “No Island is an Island”, Vicente Diaz aborda os conhecimentos sobre navegação marítima dos povos indígenas do Pacífico Ocidental, mais precisamente nas denominadas Ilhas da Micronésia. Nessa investigação, argumenta que as ilhas e os ilhéus não são isolados ou separados do continente - como é costumeiro caracterizá-los -, pois estão conectados pelo mar, um espaço próprio que os pescadores se relacionam definindo limites, referências, rotas, áreas de pesca, entre muitas outras.

³⁹ Agradeço ao amigo Geovane, que me ajudou na interpretação da fala de Caquinho e também sobre as diferenças entre a pesca industrial e artesanal.

⁴⁰ O defeso, estabelecido pelos órgãos ambientais, é o período em que a captura de determinados animais aquáticos (como peixes, camarões, caranguejos e outros) fica temporariamente proibida para garantir a preservação das espécies.

acumulação de capital. O termo “caravelas modernas” é utilizado por Hadama *et al* (2024) para se referirem às embarcações de turismo que vão dando novos nomes às praias, assim como os colonizadores fizeram com as terras e as pessoas quando aqui chegaram. Um exemplo disso no Saco do Céu é a Praia da Aguada, que é chamada pelas agências de turismo de Praia do Amor (Hadama *et al*, 2024).

O mesmo se pode dizer da exploração do pré-sal na Bacia de Santos, que começa a ocorrer a partir dos anos 2000. Além de concorrerem com o trânsito frequente de navios petroleiros no mar, que afastam cardumes e poluem visual e sonoramente o ambiente, os povos da costeira ainda convivem com a constante ameaça de vazamento de óleo, que afetaria toda a vida marinha e seus modos de vida. Quando retornou da Bahia, após uma agenda de trabalho na Baía de Todos Santos em 2025, Queila compartilhou com espanto o que viu na Ilha de Maré: poços de extração de petróleo em frente as casas de pescadores e marisqueiras, vivendo sobre um mangue sem marisco, “sem vida”, como ela disse. Depois, acrescentou lamentando: “daqui a pouco vai ser aqui”.⁴¹ Eliete Paraguaçu, pescadora, marisqueira e quilombola da Ilha da Maré (BA), hoje vereadora em Salvador, já denunciava este cenário no documentário “Mulheres das Águas” (2016):

Pra gente a Petrobrás é sinônimo de miséria, é sinônimo de fome. A gente vive cercado de...eu, por exemplo, moro numa comunidade que tem 14 poços de petróleo. Quase todo ano a Refinaria Landulpho Alves tem um derramamento. Em 2009 e 2008 teve os maiores derramamentos do Brasil e foi aqui na minha comunidade. Até hoje a gente sofre as consequências.

Nesse sentido, a pesca industrial e a exploração do petróleo são duas das principais ameaças à pesca artesanal não só na Baía da Ilha Grande, mas também em outras Baías ao longo da costa brasileira e além dela, visto o trabalho de Silva (2018) em Cabo Verde, conforme discutido anteriormente. No item a seguir, abordo outros dois aspectos ameaçadores à pesca artesanal em Angra dos Reis, na Ilha Grande e no Saco do Céu: a especulação imobiliária e o turismo extrativista. Aponto seus impactos sobre os manguezais, os mariscos e a vida das mulheres marisqueiras e pescadoras, estas que

⁴¹ A Etapa 4 da exploração do pré-sal na Bacia de Santos está em processo de licenciamento ambiental no IBAMA e prevê a instalação de 132 novos poços (PETROBRÁS).

também tem sofrido com o atraso no reconhecimento estatal de seus trabalhos na pesca artesanal.

Luxo e concreto sobre o manguezal

A década de 1970 é chave explicativa para entender os processos de recomposição do capital dos últimos anos, com fortes investimentos do Estado brasileiro. Munidos do retrógrado discurso de “desenvolvimento” e “integração” e da imagem de “vazio demográfico” sobre locais onde sempre existiu vida humana - mas não aquelas aptas a serem reconhecidas como tais -, o governo civil-militar construiu, ao mesmo tempo, a Transamazônica (BR-230) e a Rio-Santos (BR-101), promovendo desmatamentos, conflitos fundiários e expulsão de populações indígenas e ribeirinhas de suas terras, no primeiro caso, e de populações caiçaras e quilombolas, no segundo. Enquanto na Amazônia o objetivo era facilitar a expansão do agronegócio, das madeireiras e da mineração, na Mata Atlântica a intenção foi fomentar o turismo internacional e nacional no litoral norte de São Paulo e sul do estado do Rio de Janeiro, onde está localizado Angra dos Reis (RJ).

Curiosamente, nesta mesma década o projeto TURIS (Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos) foi idealizado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e elaborado pela empresa estrangeira ACET Internacional (Mendonça, 2010). O interesse desta faceta do Estado facilitou a criação de hotéis, condomínios, marinas e loteamentos em Angra dos Reis (RJ), promovendo uma mudança radical na paisagem costeira. Para a invasão destes empreendimentos turísticos foram construídos aterros que destruíram manguezais, ao mesmo tempo que promoveram a valorização imobiliária dos terrenos (Machado, 1995). Famílias caiçaras foram expulsas da região costeira e os manguezais foram transformados em cemitérios sob o concreto, inviabilizando a mariscagem e outras práticas pesqueiras, além de contribuir para a diminuição da população de peixes, visto que o mangue é um berçário. Enquanto um existe na pulsão de vida, o outro estanca na pulsão de morte.⁴²

⁴² Dois empreendimentos industriais também foram instalados em Angra dos Reis a partir dos anos 1970: o Terminal de Angra dos Reis (TEBIG), de responsabilidade da Transpetro (subsidiária da Petrobrás), criado 1977 para armazenar e escoar petróleo bruto; e a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), de responsabilidade da Eletronuclear (subsidiária da Eletrobrás) que mesmo após intensas

Na Baía da Ribeira, em Angra dos Reis (RJ), o marisco sumiu. Na pesquisa feita por Jaqueline Máximo (2023) com as marisqueiras da Tararaca (antigo nome da Vila Nova) elas relatam que a espécie de marisco que costumavam pegar - Anomalocardia flexuosa⁴³ - não é mais encontrado desde 2019. Primeiro elas notaram a diminuição do tamanho do marisco e, em seguida, o seu desaparecimento. As mulheres marisqueiras de outra praia da Baía, a praia do Retiro, também denunciavam o sumiço do marisco. As entrevistadas são unânimes sobre as causas: poluição, os constantes deslizamentos de terra, o desmatamento e a construção de condomínios de luxo. Além disso, também sugerem que a pesca predatória, feita por pessoas de fora, ao não devolverem os mariscos menores à lama como fazem as marisqueiras - estas que chamam os pequenos mariscos de “sementinhas” - também contribuíram para a obliteração dos moluscos.⁴⁴

A maioria das marisqueiras entrevistadas no trabalho de Máximo (2023) não possuíam o Registro Geral de Pesca (RGP), que prevê direitos como aposentadoria rural e outros benefícios previdenciários, assim como acesso a programas sociais de apoio à pesca artesanal. Dessa maneira, precisaram se reinventar em outras funções para complementarem a renda, vendendo sacolé e doces ou trabalhando como empregadas domésticas. Embora o ato de “extrair, colher, apanhar, apreender ou capturas recursos pesqueiros” esteja previsto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/2009); a função de “catador de mariscos” seja reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e existir uma lei federal que dispõe sobre uma política de apoio às atividades das mulheres marisqueiras; há ainda uma dificuldade para as mulheres marisqueiras acessarem o direito ao Registro Geral de Pesca (RGP) e se aposentarem, como é mostrado no documentário Mulheres das Águas (2016).

Uma invisibilidade histórica tem contribuído para essa desigualdade de gênero. Como dito anteriormente, a maior parte das mulheres pescadoras participam das etapas posteriores a captura do pescado, que envolvem a limpeza, o armazenamento, a

manifestações contrárias mobilizadas pela Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), inicia seu funcionamento em 1985. Para mais informações acerca destes e outros empreendimentos, ver Luana Tabosa (2023).

⁴³ Outro nome para Anomalocardia brasiliiana.

⁴⁴ Jaqueline Máximo e outras alunas da 1ª turma da TERESA (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Territórios e Saberes, Universidade Federal Fluminense) realizaram um documentário com as marisqueiras da Praia do Recife e da Tararaca, intitulado “Cadê o marisco?” (2021).

comercialização, entre outras atividades, ocorridas em seus quintais.⁴⁵ No entanto, somente após 2015 estas atividades passaram a ser reconhecidas oficialmente como pesca artesanal, ampliando o direito ao RGP às mulheres envolvidas nestas etapas (César e Theis, 2020). Nesse sentido, o atraso no reconhecimento dos direitos das pescadoras tem contribuído para a dificuldade em acessá-lo, que é agravado pelo machismo estrutural que ainda vigora em entidades representativas de pescadores e pescadoras. Além disso, muitas destas entidades não reconhecem a mariscagem como prática pesqueira, o que faz com que as mulheres precisem se assumir como pescadoras, muito embora se identifiquem como marisqueiras.⁴⁶

Outra dificuldade histórica, ainda sem reconhecimento legal, é o acesso ao seguro-defeso por parte das mulheres, pois aqueles e aquelas que estão envolvidos nas etapas posteriores à captura do pescado não tem direito ao benefício. O seguro-defeso é um valor recebido pelos pescadores em períodos de proteção de espécies, sendo que cada espécie possui um calendário próprio, regulamentado pela legislação federal ou estadual. As marisqueiras, por sua vez, também possuem dificuldade em acessar o direito, o que é aprofundado pela ínfima legislação em território nacional sobre defeso de moluscos.⁴⁷ Até onde consegui apurar, somente o mexilhão (também conhecido como perna-perna) possui seguro-defeso definido pelo IBAMA.⁴⁸ Como a mariscagem é protagonizada em sua maioria por mulheres negras, a invisibilização da prática, o soterramento de seus “maretórios” e a ausência de pesquisas sobre o sumiço do marisco em Angra dos Reis (RJ) são entendidos por Máximo (2023) como resultado das intersecções entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo ambiental.

Na Ilha Grande, o marisco (re)existe, muito embora ele esteja ameaçado. Ainda que estivesse na mira do projeto TURIS, a Ilha não foi alavancada de primeira enquanto

⁴⁵ Evidentemente, há exceções. Um exemplo são as pescadoras embarcadas do litoral de Santa Catarina, presente na etnografia de Gerber (2011).

⁴⁶ A AMPEE é uma Associação de Moradores e Pescadores que nas últimas gestões, teve mulheres compondo a maioria da direção. Em novembro de 2025, elas realizaram uma ação para retirada do Registro Geral de Pesca (RGP) no Saco do Céu em parceria com o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ), a Secretaria de Pesca do Município de Angra e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), facilitando o acesso a este direito às mulheres pescadoras e marisqueiras, que são reconhecidas pela Associação. Esta experiência evidencia a importância da presença feminina em entidades representativas para romper com a prática de invisibilização.

⁴⁷ Há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que prevê a concessão do benefício de seguro defeso às coletoras de mariscos, crustáceos e moluscos (PL 596/25).

⁴⁸ Entre 1º de setembro a 31 de dezembro, valendo para os litorais das regiões Sudeste e Sul (Instrução Normativa IBAMA nº 105/2006).

destino turístico devido à existência de um presídio localizado em Dois Rios. Após sua demolição em 1994, no entanto, este território insular começa a sofrer um processo de “turismização” (Mendonça, 2010) provocando uma nova alteração no tempo e no espaço das comunidades da Ilha. Na Vila do Abraão, principal via de entrada na Ilha Grande pelo continente, as fábricas de sardinha⁴⁹ foram transformadas em pousadas, marcando concretamente o predomínio da atividade turística sobre a pesca (Prado, 2003). O vilarejo, desde então, passou a ser equipado com uma infraestrutura destinada a receber turistas, com diversas pousadas, restaurantes, lojas e agências de turismo, que cresce de forma exponencial.

Além do fluxo intenso de visitantes por meio de escunas e embarcações rápidas de fibra que chegam na Ilha Grande, a alta temporada (novembro a março) também é marcada pelo trânsito de navios transatlânticos, alguns deles com capacidade para até 6 (seis) mil pessoas. Por meio de pequenas embarcações, os passageiros desembarcam no cais da Vila do Abraão para almoçar nos restaurantes, visitar as lojas e tomar banho de mar. Os dejetos dos moradores e turistas são todos jogados na praia do Abraão, pois não existe tratamento de esgoto na comunidade.⁵⁰ Na alta temporada de 2022/2023, a Ilha Grande recebeu 76 (setenta e seis) destes navios. A maioria deles – se não todos – pertencem a empresa MSC Crociere, com sede na Suíça, líder no mercado de cruzeiros na Europa e na América Latina. Este influxo é comemorado pela prefeitura local⁵¹, atenta a dividendos imediatos e pouco preocupada com os impactos que a aparição abrupta dessas cidades flutuantes causam às pessoas que habitam a Vila do Abraão. Alguns destes impactos são a instabilidade no fornecimento da energia elétrica, na internet e no abastecimento de água, além de um ritmo de trabalho extenuante aos trabalhadores e trabalhadoras do turismo.

⁴⁹ Existiram fábricas de sardinha em várias praias da Ilha Grande ao longo do século XX, incluindo a Vila do Abraão, a praia de Matariz e a Praia das Caravelas, localizada na enseada do Saco do Céu (Hadama et al, 2024). Essas fábricas eram de propriedade de famílias japoneses que migraram para a Ilha Grande neste século.

⁵⁰ Este problema se torna mais visível com a presença dos turistas, conforme noticiado em Jornal Extra Globo (2025), mas é um problema que afeta de fato os moradores e moradoras.

⁵¹ Ver notícia disponível no portal da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (2023).



Figura 5 – Alta temporada na Vila do Abraão. Foto da autora, 2024.

Como professora na Vila do Abraão, acompanho, ainda que de forma parcial, os impactos deste modelo de turismo que chamamos aqui de extrativista. A disponibilidade de trabalho no setor turístico é um fator que tem atraído migrantes de outros estados do Brasil, sobretudo da Bahia, a procura de melhores condições de vida (Dettogni, 2020). Muitas dessas famílias migrantes vêm com seus filhos, crianças e adolescentes, que são matriculados na escola. Além do pai e/ou da mãe (ou outro responsável), os adolescentes que já estão em idade para trabalhar também assumem alguma função para ajudar nas contas em casa, visto que o aluguel e o preço dos alimentos e demais mantimentos são altos na Vila do Abraão.

Em pesquisa realizada em 2021 pelos professores da escola que atuo, em parceria com o programa Escolas do Território (IEAR/UFF), mais da metade dos estudantes do Ensino Médio do CEBN eram trabalhadores, com atuação principalmente no setor turístico. Uma parcela expressiva de estudantes também disse não ter carteira assinada. Estes e outros dados estão disponíveis em meu TCC da TERESA - Especialização em Gestão de Territórios e Saberes (Pimentel, 2023). No cotidiano da escola, os professores identificam um baixo rendimento escolar e infrequência destes estudantes trabalhadores do turismo, que se agrava aos finais e inícios do ano, além da evasão escolar. Dessa maneira, o turismo extrativista é assim chamado por extrair e explorar a força-de-trabalho

de jovens trabalhadores, sejam caiçaras ou baianos, além de lesar seu direito à educação escolar.

A transformação da Ilha Grande em um espaço de consumo, por mais paradoxal que seja, anda de mãos dadas com sua construção como “paraíso ecológico” a ser visitado e preservado (Prado, 2003), o que atrai ondas renovadas de turistas que se creem conservacionistas em alguma medida. A criação do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) em 1971 - duas décadas antes da demolição do presídio - já refletia o desejo do então governador Raimundo Padilha de “extinguir o complexo penitenciário para que a Ilha Grande pudesse se tornar um dos grandes centros turísticos do estado” (Mendonça, 2010, p. 101). Desta forma, por vias aparentemente antagônicas, a conservação termina por colaborar com a promoção do território como principal “atrativo turístico” de Angra dos Reis/RJ, recebendo milhares de turistas que invadem a região em avalanche.

Prado (2003, 2006) analisa as consequências da chegada abrupta do turismo e do “credo ecológico” na Vila do Abraão, que produz alterações profundas no modo de vida local, centrado na pesca e na roça. Conjuntamente à especulação imobiliária, que desde a década de 1970 já alcança a Ilha, muitas famílias foram expulsas de suas terras por grileiros ou então assediados a venderam suas terras a “preço de banana”. Aquelas que permaneceram, diante da desvalorização da pesca artesanal, em boa parte se adaptaram à nova realidade turística, seja abrindo seus próprios restaurantes, alugando suas casas e quartos para turistas, usando suas próprias embarcações para passeios turísticos ou trabalhando para os empresários e proprietários que vieram de fora. Estes últimos, por possuírem maior capital, acabam se sobrepondo ao turismo promovido por caiçaras.

Segundo a autora, este processo leva a uma polaridade estrutural entre “nativos” e “não nativos” na percepção dos moradores, manifestado na recusa ou resistência dos primeiros em relação as propostas trazidas pelos segundos, como o turismo e o ambientalismo - embora exista uma ambiguidade em relação ao turismo, visto como algo nocivo, mas que também “trouxe emprego”. Outro sentimento presente nas falas dos moradores e descrito pela autora é um certo medo que o Abraão “vire uma Angra”, assim como as demais comunidades temem tornarem-se o Abraão, receio que já presenciei ser verbalizado por Cadiquinho, morador do Saco do Céu.

Até onde consegui apurar, o Saco do Céu é a única comunidade da Ilha Grande em que o marisco é encontrado e a prática da mariscagem existe, ainda que a extensão do manguezal tenha sido reduzida por empreendimentos turísticos e grandes propriedades

privadas, além de pessoas banidas de suas terras. Enquanto educadora, ouvi dois relatos⁵² de moradores que tiveram membros de suas famílias expulsos de seus terrenos para que fosse erguido, na década de 1990, o “Coqueiro Verde - Restaurante & Suítes”, empreendimento de Damásio Carvalho. Além de modificar caminhos antigos da comunidade, o proprietário também se apossou de um ponto de água doce de uso comum das famílias locais, chamado pelos moradores de *bicão*.



Figura 6 - Bicão. Frame de vídeo da autora, 2025.

Lembro de caminhar entre os grandes muros verdes da propriedade e me sentir em um labirinto. Nada pode ser visto em terra, mas do mar ou do céu, a vista é ampla, sem obstáculos. Os clientes podem pousar seus helicópteros no heliponto construído nos fundos da propriedade, ou então atracarem suas embarcações de luxo - lanchas, iates e veleiros - no cais e nas poitas dispostas em frente à praia, esta última sem acesso aos moradores. Uma moradora também me relatou que já foi expulsa das proximidades do empreendimento porque estava mariscando. No cardápio do restaurante, não há nenhuma refeição com mariscos, e a média de pratos com peixes e frutos do mar (moquecas, risotos

⁵² Um em sala de aula, de um ex-aluno, outro em campo, no Saco do Céu, de uma liderança comunitária.

e massas) custa entre R\$ 150,0 e R\$ 300,0. O “Coqueiro Verde” está localizado próximo ao cais da escola, dentro de uma área de mangue que foi suprimida. Ao lado do cais, também existe uma outra pousada chamada “Gata Russa”, que anuncia diária em suíte no valor de R\$ 980,0 e tem sacrificado áreas de mangue para “melhorar a vista”, conforme dividido comigo uma moradora.⁵³

Em uma das poucas vezes que caminhei por este labirinto verde (que de verde só tem mesmo a tinta nas paredes), caminhava até a Praia de Fora para tomar banho de mar. Era uma tarde de julho e embora fosse inverno, estava um dia ensolarado. Foi a primeira vez que andei por toda a costeira do Saco do Céu até chegar à Praia de Fora e no caminho fui fazendo alguns registros de outras propriedades que fui encontrando.

Assim que saí do chão de concreto do Coqueiro Verde, andei por uma trilha de terra no meio da mata por alguns metros, até chegar em outro empreendimento que teve início há mais ou menos cinco anos. A “Gruta das Estrelas – Restaurante e Suítes” pertence a Wilza Costa e assim como o anterior, foi edificado em cima do mangue, mais uma vez sacrificado. A entrada principal também é pelo mar e os valores dos pratos seguem o mesmo padrão do empreendimento anterior. No fundo do terreno, suítes foram construídas no declive do morro, correndo o risco de deslizamento, e duas diárias nestas hospedagens custam 2 mil reais.



Figura 7 - Gruta das Estrelas e Coqueiro Verde. Foto da autora, 2025.

⁵³ Esta e as diárias mencionadas a frente foram todas consultadas em janeiro de 2026 no Booking.com, site de hospedagens.

Voltando novamente à trilha e à mata, agora após uma caminhada mais longa, chegamos em uma propriedade do empresário Marco Veloso. Espaço luxuoso, amplo e aberto, sem muros, com uma grande piscina no centro. Do caminho, também consegui ver o cais se alongando ao lado do mangue, também suprimido. Em outro dia, conversando com uma moradora, ela me disse que este empreendimento é um dos mais antigos do Saco do Céu e que o empresário só costuma receber “pessoas ilustres” em seu restaurante, chamado “Almirantado”. Já o “Club MV” tem diárias em suíte anunciadas no valor de R\$ 550,00.

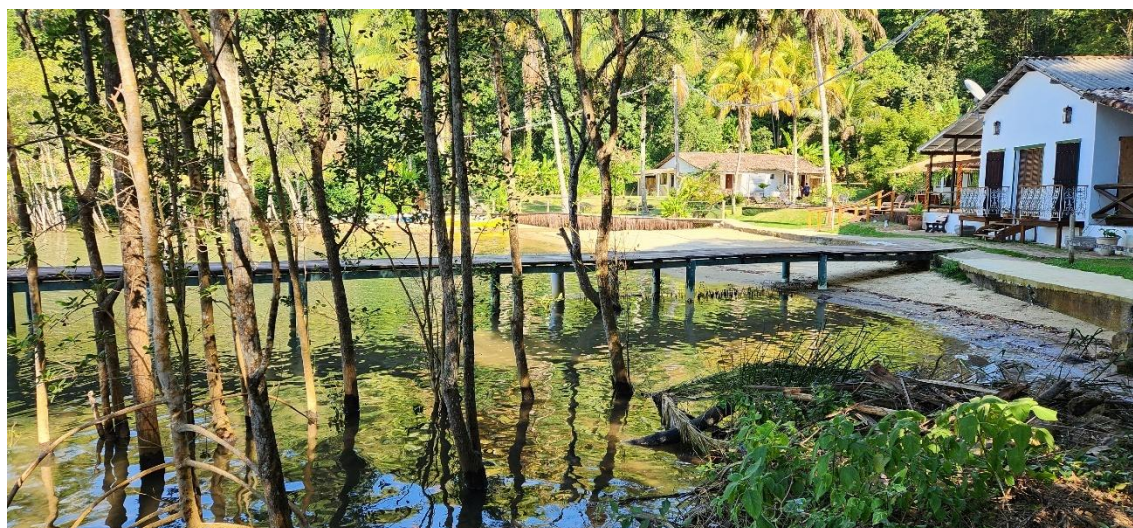


Figura 8 - Almirantado e Club MV. Foto da autora, 2025.

Ao entrar novamente na mata, caminhei por pelo menos vinte minutos até chegar em uma placa curiosamente posicionada de cabeça para baixo em que se lê: “propriedade particular”. Trata-se da entrada da propriedade pertencente a um homem conhecido localmente como “Beira”, localizado na Praia de Fora. Ao fundo, o início da cerca branca que contorna boa parte da propriedade. Exatamente à frente desta placa, está a estrutura do *forno* que cito no item anterior.



Figura 9 – Propriedade de “Beira”. Foto da autora, 2025.

Na fronteira desta propriedade, sobrepondo a ponta da Praia de Fora, há uma outra pertencente à família de Castor de Andrade⁵⁴, que dispõe, dentre outros espaços, de um campo de futebol e um platô construído a partir do corte de um morro, onde seria construído um casarão. Se na Itabira de Drummond (2021) o Pico do Cauê foi afundado para mineração, aqui, o morro foi cortado ao meio com a intenção de se construir uma moradia de luxo.⁵⁵ A foto abaixo mostra o morro decepado, na qual também é possível ver a divisão das propriedades marcada pela cerca branca.

⁵⁴ Castor de Andrade (1926-1997) foi um bicheiro carioca considerado um dos maiores contraventores no Rio de Janeiro durante o século XX.

⁵⁵ Pelo que pude apurar, a obra foi embargada.



Figura 10 - Morro cortado. Foto da autora. 2025.

Conversando por aplicativo de mensagem com um morador da Praia de Fora, ele me contou que existiu nesta área um tipo de mangue chamado mangue-botão ou amora do mar (*Conocarpus erectus*), mais adaptado a solos arenosos onde há pouca disponibilidade de água doce. Ele disse ter memória de brincar com as sementes desta espécie de mangue quando criança, que não existe mais na localidade. A propriedade também fica bem próxima a Praia de Raposinha, um dos três pontos de mariscagem da Enseada das Estrelas. Uma outra moradora de Praia de Fora relatou que quase não se encontra mais mariscos neste ponto e acredita que um dos motivos seja os aterramentos feitos no entorno pela família Andrade.

Do outro lado da enseada do Saco do Céu, mais precisamente na Praia das Caravelas, há uma outra grande propriedade que pertence a um casal de franceses. Em uma pesquisa feita na internet em setembro de 2025, encontrei um anúncio da propriedade sendo vendida por 25 milhões de reais no site de vendas intitulado “Bossa Nova - Sotheby’s International Realty”. Ao consultar novamente no final do mesmo ano, o anúncio havia sido retirado do ar. A “Bossa Nova” é a representante brasileira da Sotheby’s, uma casa de leilões inglesa que atua no setor de obras de artes desde 1744, tal como demonstrado por Nuza (2019) em sua tese sobre o mercado de arte. "O que começou unindo colecionadores e suas obras, transbordou em uma diversidade de produtos, ampla comercialização e um volume espantoso de dinheiro" (Nuza, 2019, p. 101). Incluindo, portanto, a venda de imóveis de altíssimo luxo.⁵⁶

⁵⁶ Em livro recentemente publicado sobre financeirização do espaço, Santos e Prazim (2023) afirmam que a “Bossa Nova Sotheby’s” é responsável pela intermediação destes imóveis principalmente em São Paulo

Ao observar o público (e seus meios de transporte), a infraestrutura, os cardápios e o valor das diárias dos empreendimentos turísticos - que podem ser acessados facilmente em uma pesquisa na internet - nota-se que os mesmos marcam o predomínio de um turismo de luxo sobre o turismo de massa no Saco do Céu.⁵⁷ Em um restaurante localizado na outra ponta do Saco do Céu e inaugurado em 1987, chamado “Reis & Magos”, o mesmo padrão se observa, sendo o mais luxuoso de todos. Ao escrever sobre a comunidade, Santos (2005) também chama a atenção para a elitização:

Em vilarejos menores, como Saco do Céu, o deslocamento de moradores locais por mini empresários pode ser até maior do que no Abraão. Pousadas e restaurantes voltam-se para o atendimento a turistas de maior poder aquisitivo, que chegam em seus próprios barcos, a partir do estabelecimento de uma infraestrutura de serviços dificilmente compatível com os recursos de moradores (p. 387).

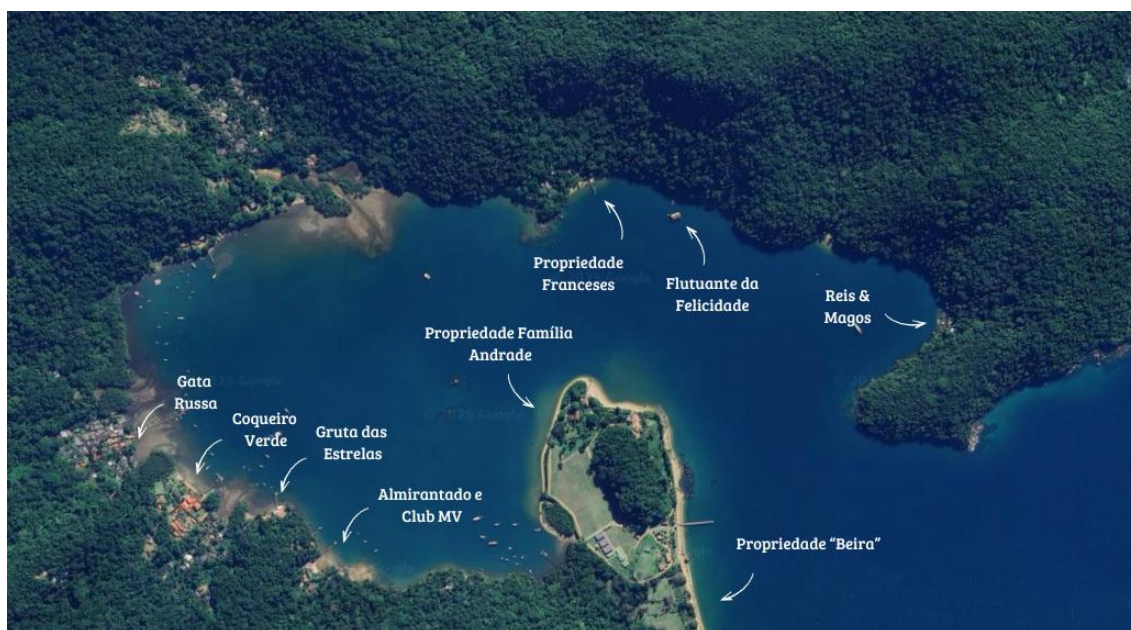


Figura 11 - Empreendimentos turísticos e grandes propriedades. Elaboração da autora, 2026.

e no Rio de Janeiro e que foi criada em 2015 a partir de um investimento da JFL Realty, empresa de Jorge Felipe Lemann, filho de Jorge Paulo Lemann, bilionário brasileiro.

⁵⁷ No final do ano passado, foi aprovada na Câmara de Vereadores uma lei que regulamenta uma taxa turística aos visitantes de Angra dos Reis e Ilha Grande, sendo para esta última cobrada um valor mais alto, que entrou em vigor já em 2026. Embora seja batizada de Taxa de Turismo Sustentável, me parece mais um verniz para aprofundar o turismo de luxo na Ilha Grande e aumentar as arrecadações da prefeitura, prevista para 50 milhões anuais, sem deixar claro como esse recurso será utilizado (CBN Globo, 2025).

Como mencionado anteriormente, toda a região costeira da enseada do Saco do Céu é sobreposta desde 1986 por uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA de Tamoios. A maioria destas propriedades privadas à beira-mar foi instalada após sua criação, com aquisição de licença ambiental da prefeitura para construção. Mais uma vez temos o conservacionismo seletivo em curso. Enquanto determinado braço do Estado, no caso a prefeitura, facilita os cercamentos na região costeira, o órgão ambiental estadual faz “vista grossa”. Recentemente, no entanto, Queila comentou comigo que a atual gestão da UC abriu uma denúncia no Ministério Público (MP) contra os três empreendimentos turísticos que destruíram o mangue (Coqueiro Verde, Gruta das Estrelas e Almirantado).

Chama a atenção também a instalação recente de restaurantes flutuantes, como é o caso do “Flutuante da Felicidade”. Neste caso em particular, o público-alvo não é a elite. No entanto, assim como os demais, estimula o trânsito frequente de embarcações na enseada. Muitas destas embarcações não respeitam a velocidade máxima exigida para navegar dentro de enseadas, que é a de três nós (equivalente a 5,5 km/hora). A velocidade acima do permitido provoca ondulações na água - chamadas localmente de *banzeiro* - que desestabilizam o ecossistema do mangue, acostumado com águas calmas. Em uma de minhas conversas com Cadiquinho, o mesmo me relatou mais um agravante: estas ondulações levam areia até a costa, cobrindo a lama. “Antes a costeira era toda lama, agora é só areia”, ele disse. E continuou: “se continuar assim o manguezal vai morrer, pois ele se alimenta da lama.” Dessa maneira, a movimentação de embarcações rápidas em velocidade acima do permitido dentro da enseada do Saco do Céu ameaça o manguezal e, conseqüentemente, as espécies que vivem nele e a coleta dos mesmos pelos pescadores, pescadoras e marisqueiras da comunidade. Outro impacto das embarcações sobre os manguezais é o descarte inadequado de óleo diesel. Enquanto estava em campo, presenciei um vazamento de grandes quantidades de óleo nas águas estuarinas de *lá adiante* quando a maré estava enchendo.

Cerceadas as possibilidades de plantar, pescar e mariscar, ou mesmo de vender o pescado e o marisco - visto que nenhum dos restaurantes possuem pratos com mariscos em seus cardápios e o pescado não é comprado prioritariamente de pescadores locais⁵⁸ -, muitas famílias se inserem no turismo, seja trabalhando nas pousadas e restaurantes ou

⁵⁸ Além disso, os mesmos não cumprem o pagamento conforme combinado. Um pescador me relatou que chegou a vender pescado para dois destes empreendimentos, mas eles atrasavam o pagamento e o mesmo parou de oferecer.

abrindo seu próprio negócio. É o caso de Cadiquinho, pescador aposentado que possui um restaurante no Saco do Céu. No “Restaurante Caiçara do Cadiquinho”, o mestre serve pratos típicos da culinária caiçara, comprando pescado e mariscos dos pescadores e marisqueiras locais. Outras mestras da culinária local são Maria Lúcia e sua filha Andreia Assis, que também servem pratos caiçaras no restaurante “Alvorada da Ilha”, também comprando de produtores locais. A venda de artesanato também se tornou uma fonte de renda das famílias, protagonizada pelas mulheres, como é o caso de Fabiana Diniz Cruz que faz bordados em ponto cruz e Expedida Cardoso Pereira dos Santos, que trabalha com tricô, crochê e vagonite (Hadama *et al.*, 2024). O transporte de turistas em botes próprios, geralmente realizada por homens, também é uma das atividades realizadas.

Já na casa dos milionários, pousadas e restaurantes, as ocupações em sua maioria não possuem carteira assinada e estabelece a jornada trabalho de seis dias por semana e apenas um de folga, a escala 6x1. Entre as funções estão a de cozinheiro, garçom, faxineiro, marinho, caseiro, entre outras, sendo as três primeiras geralmente assumidas por mulheres e as duas últimas por homens. Na alta temporada o ritmo de trabalho aumenta bem como a jornada de trabalho, em alguns casos, sem pagamento de hora extra ou então, com um pagamento irrisório. Quando trabalhou no Coqueiro Verde, uma moradora me relatou que recebia R\$ 2,50 por hora extra trabalhada e que, nessas condições, se sentia *escravizada*, sem ter tempo para si e para a família. Esta mesma moradora disse que com o tempo, os moradores locais pararam de trabalhar nesta pousada-restaurante devido às condições de trabalho e para suprir a demanda, o dono do Coqueiro Verde passou fretar uma embarcação trazendo trabalhadores e trabalhadoras de fora. Ela chegou a presenciar a indignação de uma trabalhadora oriunda do Rio de Janeiro, que, ao ver as condições de trabalho, pediu para retornar para sua cidade na embarcação do empresário que a mesma chamou de *navio negreiro*.

Reis, caravelas, ingleses, franceses, século XVIII, corpos negros, mulheres, escravidão, navio negreiro, desmatamento. Os elos do turismo extrativista e da especulação imobiliária do contemporâneo com a plantation colonial são fortes na Ilha Grande. Nas palavras de Antonádia Borges: “toda costa foi um lugar de colonialismo”. Ontem ponto de chegada de caravelas europeias, navios tumbeiros, edificação da Casa Grande e do trabalho de corpos negros escravizados nas plantações; hoje o atracamento de iates, o erguimento de casas de milionários, pousadas e restaurantes de luxo que escondem, no fundo de suas cozinhas, mais uma vez, o trabalho explorado de corpos de

jovens e mulheres negras e caiçaras. Ontem e hoje, com destruição das áreas de manguezal.

Assim como Borges (2020) busca compreender a universidade enquanto forma contemporânea de reprodução da plantation, penso que a preservação ambiental naturalista, a exploração do petróleo, a pesca industrial, o turismo extrativista (de massa e de luxo) e a especulação imobiliária também podem ser entendidos como tal. Compreendendo-os de forma articulada, cumprem o mesmo papel: não reconhecem formas de habitar a terra, a floresta, a costa e o mar pelos aquilombamentos caiçaras, ao mesmo tempo que cercam, sequestram e destroem os meios de vida destes povos, promovendo expulsões, confinamento e no caso dos dois últimos, exposição à trabalhos exaustivos e mal remunerados para geração de valor.

Na próxima seção, trago alguns dados a respeito do status fundiário do Saco do Céu e iniciativas já tomadas buscando a regularização. Além disso, discuto os vínculos entre a colonização e a insegurança fundiária existente na comunidade.

“Terra Sonâmbula”

Se dizia daquela terra que era sonâmbula. Porque enquanto os homens dormiam, a terra se movia espaços e tempos afora. Quando despertavam, os habitantes olhavam o novo rosto da paisagem e sabiam que, naquela noite, eles tinham sido visitados pela fantasia do sonho (Mia Couto, 1992).

Em sua narrativa, Mia Couto conta a história fictícia - mas que poderia ser real -, de personagens que vivem em meio à guerra civil moçambicana (1976-1992). Esta guerra, “que não foi feita para vos tirar do país, mas para tirar o país de dentro de vós” (p. 201), deixou marcas profundas na sociedade moçambicana que são sentidas até hoje. Peço licença ao autor e ao povo de Moçambique para estabelecer alguns paralelos entre a sua obra e o status fundiário do Saco do Céu.

Como dito anteriormente, o Saco do Céu se divide em dois núcleos populacionais: um próximo a escola e a Igreja Evangélica e outro próximo a Igreja Católica. Este último, como dito, é também chamado de *Fazenda* devido a uma ampla fazenda que existiu na localidade. Em conversa com Cadiquinho, ele me contou que esta propriedade pegava todo o morro, chegando próximo a onde hoje é a Igreja Evangélica, *lá adiante*, como se

diz no Saco do Céu. A produção principal era de banana, transportada até a praia de burro e *jacá*, espécie de cesto que fica apoiada no burro para carregar a carga. “Era muita banana”, ele disse. Ao lado da Igreja Católica havia um barracão onde as bananas eram armazenadas e posteriormente escoadas para Mangaratiba, chegando às vezes a encher duas embarcações (Cadiquinho *in* Hadama, 2024). Esta fazenda pertencia a Seu João Nóbrega, pai de João Cosme, conhecido por todos como Seu Nanande.

Cadiquinho também conta de outro grande proprietário de terra do Saco do Céu chamado Juca Jesuíno. O seu negócio era criação de bois e o gado era levado para pastar na Praia do Leste (que hoje é sobreposta pela Reserva Biológica da Praia do Sul), pois no Saco do Céu não tinha área de pasto. Foioia conta que esta travessia durava cerca de quatro a cinco horas a cavalo e o trabalho feito por jovens da comunidade. “Os jovens aqui todos faziam isso, era um meio de sobrevivência” (Foioia *in* Hadama *et al*, 2024, p. 74). O abate dos animais era feito no Saco do Céu, no pé de manga próximo ao rancho do Cadico, pai de Cadiquinho, ambos que existem no local até hoje.

Cadiquinho também conta que havia muitas roças de mandioca no Saco do Céu e cerca de oito casas de farinha. Estas lembranças são de quando ele era criança, tinha por volta de onze anos. Hoje com 63, podemos dizer que estas memórias são do início da década de 1970. Ele pegou o final da fazenda, da produção de gado e das roças de aipim, e acredito que o fim das produções esteja relacionado à criação do PEIG nessa mesma década, que sobrepôs boa parte das terras do Saco do Céu, proibindo a produção de alimentos e também a criação de animais de grande porte como cavalos, burros e porcos. Pode-se criar no Saco do Céu apenas galinha e pato, animais recorrentemente encontrados nos quintais dos moradores.

As terras, então, começaram a ser vendidas e loteadas. Famílias foram removidas, algumas sem pagamento, outras com um pagamento irrisório. Este foi o caso da família de Cadiquinho, que morava no morro e ao receber o pagamento, usou o dinheiro para construir uma casa mais abaixo, onde sua mãe mora hoje. Segundo me contou, quem comprou essas terras da família de Nanande se chamava Luís Pinto, este que por sua vez fez um “acordo” com Marco Veloso - proprietário do Club MV e do Almirantado - para lotear as terras.⁵⁹ No entanto, a família de Cadiquinho não possui segurança em relação à terra, realidade da maior parte dos moradores do lado da *Fazenda*. É o caso também de

⁵⁹ Não se sabe ao certo os termos deste acordo, havendo dúvidas entre alguns moradores até mesmo se houve de fato.

moradores que receberam doação de alguns terrenos dos proprietários da antiga fazenda, mas sem nenhuma formalização dessa transação. Cadiquinho também me contou a história de um curandeiro que morava no alto do morro, sozinho, e que também foi removido em troca de uma “merreca”. Seu nome era Antônio César e o mesmo curava pessoas feridas. Após a remoção, foi morar na parte de baixo do Saco do Céu, começou a beber e “se entregou”, falecendo pouco depois.

Outra área delicada, ainda no lado da *Fazenda*, é aquela onde está localizado o campo de futebol, a obra de saneamento básico abandonada pela prefeitura e o gramado onde fica o rancho de Cadico citado anteriormente, na beira do manguezal. Estas terras eram de propriedade de Fernando Almeida, mas depois foram vendidas para Ricardo Ferreira, atual proprietário. Queila me contou que Fatinha e outros núcleos familiares moravam mais próximos deste local, mas que foram deslocados para as terras mais acima do morro por Fernando Almeida quando era proprietário, pois estava interessado na área à beira-mar. Em troca, as famílias acreditavam que haviam recebido um documento de doação das terras. No entanto, ao consultar um destes documentos - que com “muito custo” Queila e Andreia tiveram acesso - trata-se, na verdade, de uma notificação de 1999 que reafirma a propriedade da terra por Fernando Almeida, reconhece a presença das famílias nestas terras, mas as impede de construir e ampliar suas casas sem a autorização do proprietário.⁶⁰

Ofícios redigidos pela Secretaria de Habitação da Prefeitura de Angra dos Reis, um primeiro direcionado à Superintendência da Baía da Ilha Grande do INEA e um segundo à Procuradoria Geral do Município (PGM), ambos de 2015 (ver Anexos A e B), mostram um interesse da prefeitura, à época, de regularização fundiária deste lado do Saco do Céu. Segundo os ofícios, esta iniciativa foi movida a partir da procura da prefeitura por moradores e moradoras da comunidade interessados na regularização fundiária. Embora os imóveis estivessem regularizados, ou seja, com RIP (Registro Imobiliária Patrimonial), os ofícios relatam que os moradores vinham tendo problemas para construir, reformar ou ampliar seus imóveis devido ao aumento da família.⁶¹ No ofício mais recente, a Secretaria também afirma que havia sido procurada por Fernando

⁶⁰ O documento está registrado no Cartório do 2º Ofício de Justiça de Angra dos Reis.

⁶¹ Queila foi um destes casos. Ela relatou que teve problemas com a prefeitura de Angra na construção de sua varanda, pois estavam exigindo licença ambiental. Quando foi notificada, ela provocou: “e as pousadas construídas no manguê do outro lado?”. Mais uma manifestação do conservacionismo seletivo. Após sua resposta, o IMAAR (Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis) não a incomodou mais.

Almeida, interessado em alienar a parte ocupada de suas terras, tanto por moradores quanto pelos equipamentos comunitários, o que também era de interesse da prefeitura, pois previa construir uma estação de tratamento de esgoto na localidade.

Nos documentos, a Secretaria de Habitação diz ter o interesse de

implementar, na localidade, uma intervenção urbanística integrada, na qual seria executada a regularização fundiária, a partir de um projeto de loteamento em toda a área ocupada pela comunidade, inclusive no trecho de propriedade particular. Em decorrência do projeto de loteamento, além da regularização fundiária, planejamos executar uma série de projetos de infraestrutura urbana em benefício dos moradores locais. Tais ações deverão ser precedidas pela cessão, ao município, de toda a área referente ao projeto.

O ofício de fevereiro afirma que a área é passível de implementação do projeto, pois é classificada como Zona de Ocupação Controlada (ZOC-1), estabelecida pelo Plano de Manejo da APA de Tamoios (previsto no Decreto 44.175/2013). Destinado ao INEA, a Secretaria de Habitação propõe no ofício um trabalho em conjunto com o órgão estadual e menciona uma foto de satélite da área, a qual não tive acesso. Já no ofício de maio, direcionado a PGM, a Secretaria solicita um parecer jurídico do órgão municipal, justificando que o Plano de Manejo da APA de Tamoios apontava restrições para parcelamento, dificultando a proposta. Embora existisse a boa vontade da Secretaria de Habitação na regularização fundiária, o processo não foi à frente. A obra de tratamento de esgoto foi iniciada, mas não concluída, deixando parte da estrutura abandonada no terreno, conforme foto abaixo. Visando ressignificar as ruínas, grafites foram feitos nos tanques abandonados.



Figura 12 - Projeto de tratamento de esgoto abandonado pela prefeitura. Foto da autora, 2021.

Outro dado compartilhado pelos moradores é que teria havido uma iniciativa do então proprietário Fernando Almeida de regularização fundiária via INCRA, mas que aparentemente não foi à frente (ver Box 6).

Box 6 - Processo de Regularização Fundiária (INCRA)

Na Audiência Pública do Plano Diretor (julho/2025) da qual participaram Queila e outros moradores do Saco do Céu, um servidor do IMAAR (Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis) conhecido como “Dudu Brasileiro” informou aos moradores de que haveria um processo de regularização fundiária tramitando no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), movida por Fernando Almeida e até então desconhecido pelos moradores. Ainda segundo a mesma fonte, o processo do Saco do Céu tramitava junto com o processo do Quilombo do Bracuí. Enquanto a situação do Bracuí avançou, a do Saco do Céu ficou parada. No início de janeiro, eu fiz uma consulta ao INCRA pelo Fala.BR para ter acesso ao número do

processo e dois dias depois, fui respondida. Disseram que não foi localizado no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do INCRA nenhum processo envolvendo a localidade e sugeriram entrar em contato com o SPU (Serviço de Patrimônio da União). Fiz a solicitação pelo Fale Conosco da SPU RJ no dia 09/02/26, mas até o fechamento desta dissertação não tive retorno.⁶² Como dito anteriormente, no entanto, as terras pertencentes a Fernando Almeida foram vendidas a Ricardo Ferreira, atual proprietário. Nesse sentido, caso o processo seja retomado, pouco efeito terá visto que não pertence mais ao autor do processo.

Quanto a *lá adiante*, como já descrito no item anterior, o proprietário do restaurante e pousada Coqueiro Verde é denunciado por alguns moradores por ter removido famílias - neste caso, sem nenhuma restituição -, além de ter mudado caminhos e se apropriado de espaços comunitários. Em entrevista à Revista Náutica - canal de vídeos de plataforma na internet voltado para o “mundo náutico”, leia-se embarcações de luxo - Damásio Carvalho, proprietário do Coqueiro Verde, diz ter construído o empreendimento em terras herdadas pelo pai, também de nome Damásio. Por esse motivo, o filho é chamado pelos moradores e moradoras do Saco do Céu de Damasinho. Segundo me disse uma moradora: “o pai era bom, o filho é ruim”. Damásio é irmão de Dona Nereide, esta que foi casada com Seu Nanande, o mesmo casal que tem a casa destacada na Cartografia Social da Enseada das Estrelas e também está representado na obra de saneamento abandonada.⁶³ Juntos, portanto, as duas famílias eram donas das terras de toda a extensão do Saco do Céu.

Ao retomar a tese de Vasconcellos (2006), uma coincidência me chamou a atenção: um dos escravagistas que possuía fazenda na Enseada das Estrelas no período colonial chamava-se Cândido Teixeira de Carvalho. Além da Enseada das Estrelas, o mesmo também possuía propriedades no Abraão e no centro de Angra dos Reis, sendo descrito como um dos maiores escravagistas do município. “Carvalho”, que tem origem portuguesa, também aparece no sobrenome de Damasinho, herdado de seu pai, assim

⁶² Agradeço à Luíza Wehbe Sabino do nosso grupo de orientação por ter me auxiliado nesta investigação.

⁶³ Dona Nereide e Seu Nanande são recorrentemente lembrados pelos moradores e moradoras do Saco do Céu, pois ajudavam as famílias locais com transporte, atendimento médico e assistencial. O livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande” é dedicado ao casal.

como as terras. Seria então essa herança - do nome e das terras - um legado colonial?⁶⁴ Outro lugar que o sobrenome Carvalho aparece é no nome da escola municipal do Saco do Céu: Monsenhor Pinto de Carvalho. “Monsenhor” é um título honorífico da Igreja Católica, concedido pelo Papa a alguns padres como forma de reconhecimento por serviços “relevantes” prestados à Igreja.

Mais uma vez, os elos entre o passado colonial e o presente dito pós-colonial no Saco do Céu se mostram profundos. Enquanto alguns possivelmente são descendentes de uma família escravocrata e continuam com a propriedade da terra; outros podem ser descendentes de escravizados que, por sua vez, continuam sem o direito à terra, embora dela e nela vivam há gerações. Ainda que seja difícil investigar a ancestralidade do povo do Saco do Céu, visto que as famílias foram desmanteladas e seus nomes alterados pelo sistema escravocrata⁶⁵, podemos dizer que seu vínculo com a floresta, a terra, o mar e suas áreas de transição - como já mencionado e será aprofundado na parte II da dissertação -, bem como características fenotípicas, dizem muito sobre a presença indígena e negra nessa ancestralidade. Nesse sentido, a tese de que a comunidade do Saco do Céu é um aquilombamento caiçara só se reforça.

Conforme escrito por Tatiana Dias Gomes, professora de Direito Agrário da Universidade Federal da Bahia (UFBA):

Brancos(as) acumularam terras a partir dos genocídios dos povos originários e africanos, a partir da escravização dos africanos articulada a uma rede capitalista transcontinental, a partir de uma arquitetura jurídica que atribuiu o direito de propriedade privada sobre a terra apenas aos(às) que pudessem pagar por ela ou dispusessem dos meios para fraudá-las/grilá-las. E, a partir de suas redes nos três poderes, direcionaram as políticas governamentais, e os recursos do orçamento público aos seus interesses, em detrimento de outros pontos (Gomes, 2019).

A Lei de Terras de 1850, instituído no Brasil Império e ainda sob o regime escravocrata, é um divisor de águas nesse sentido pois, como dito por Gomes (2019), passou a permitir a propriedade privada da terra somente por meio da compra. Quem

⁶⁴ Esta pergunta assume um tom provocativo, dialogando com a perspectiva de Saidya Hartmann (2021) de fabulação criativa, visto que por limites disciplinares e de tempo, não foi possível respondê-la.

⁶⁵ Ainda assim, Vasconcellos (2006) faz um esforço de restituir informações sobre as famílias escravas de Angra dos Reis, objetivo de sua tese.

possuía esse poder em 1850? Somente pessoas brancas. A partir desta constatação, a autora propõe o conceito de “racismo fundiário”, que ela descreve como uma

(...) complexa rede que articula ações violentas dos brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) índios(as), as formas jurídicas, limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo (Gomes, 2019).

Camila Penna (2022) mostra como a concentração fundiária no país se articula com o racismo estrutural, cunhando o conceito de “seletividade racial”. A acumulação primitiva do capital no Brasil se deu a partir da exploração da população não-branca por meio da expropriação dos territórios da população indígena e da exploração da mão-de-obra de africanos escravizados e isso não pode ser ignorado na discussão sobre o acesso à terra no país na atualidade. A branquitude carrega o privilégio de acesso à terra e a colonialidade e o racismo são as razões desse privilégio, embora devesse ser um direito de todos e todas, conforme previsto na Constituição Federal (1988).

“Roubaram-vos tanto que nem sequer os sonhos são vossos, nada de vossa terra vos pertence, e até o céu e o mar são propriedades de estranhos” (Mia Couto, 1992, p. 201). Enquanto o aquilombamento caiçara do Saco do Céu vive inseguro do ponto de vista fundiário - assim como por outros motivos - a terra “se move por espaços e tempos afora” por aqueles que se dizem donos delas, enquanto os que vivem sobre estas terras jamais são consultados e/ou ouvidos.

Recentemente, uma iniciativa do OTSS em parceria com a AMPEE e a SPU tem buscado conseguir Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para algumas áreas ocupadas por práticas pesqueiras no Saco do Céu, como é o caso do cerco fixo flutuante de Valdeci e o rancho de Cadico. O TAUS é um instrumento jurídico criado para regulamentar áreas da União ocupadas por Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e de uso coletivo por estes povos e comunidades. Na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas (BA), existe uma área sobreposta por um TAUS na região costeira (Sacramento, 2019). No entanto, este termo não é utilizado para regularização fundiária, pois ele não gera direito real sobre a terra sendo, portanto, mais frágil desse ponto de

vista. O que pode ocorrer é a criação de TAUS associados a um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), instrumento específico para regularização fundiária.⁶⁶

Há também a possibilidade de recategorização da UC que sobrepõe à parte costeira do Saco do Céu para Reserva Extrativista Marinha (Resex Marinha). Esta experiência parece estar sendo exitosa em alguns contextos pesqueiros, como em Canavieiras, na Bahia (Carlinhos de Resex de Canavieiras, 2024), e em todo o litoral do Pará (Lima, Nascimento e Leiva, 2024). No entanto, assim como o TAUS, este caminho não é voltado para regularização fundiária, mas para a proteção do ambiente e dos modos de vida associados a ele.

Um caminho possível para regularização fundiária no Saco do Céu (que pode ser estendido para outras próximas) é a integração da comunidade ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Recentemente, o INCRA reconheceu seis comunidades pesqueiras no Brasil na modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), localizadas em Santa Catarina, no Pará e no Ceará. Trata-se de um reconhecimento inédito dentro da política de reforma agrária, alcançada a partir de uma articulação entre INCRA, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e SPU, que busca incluir outros territórios pesqueiros.

⁶⁶ Agradeço à professora Paula Regina Cordeiro (IEAR/UFF) por apresentar essas especificidades do TAUS em reunião do Juçara - Grupo de Estudos de Política da Terra.

Parte II:

Quintais e Composição-Lama das

Mulheres Marisqueiras

Esta segunda parte está dividida em quatro seções, sendo as três primeiras dedicadas aos quintais das marisqueiras e o último a uma síntese das seções anteriores. A primeira seção é dedicada integralmente ao quintal da família de Fatinha, localizado no lado da *Fazenda*, pois foi onde fiquei hospedada durante todo o trabalho de campo da pesquisa. Por este motivo, esta seção é mais longa e dividida em cinco itens. O primeiro item é dedicado a descrição do quintal, que inclui cultivos, criações, as casas e os membros familiares de Fatinha, estabelecendo um diálogo com a etnografia de Nathan Lima Virgílio (2025). Ainda inspirada neste trabalho, que se propõe a discutir as relações e dinâmicas de criação do povo quilombola de Alegre (MG), também abordo as dinâmicas de criação estabelecidas na família extensa de Fatinha, composta por cinco crianças e dois pré-adolescentes, seus netos e netas.

Em seguida, descrevo a ocasião em que tive a oportunidade de pegar *mariscos* e *macaquinhos* - outra espécie de molusco coletado pelas marisqueiras - com Toca, Fatinha e as crianças, estabelecendo conexões com a etnografia realizada por Renata Machado (2019) com as marisqueiras de Matarandiba (BA) e o artigo de Gustavo Belisário (2021) que busca refletir sobre as brincadeiras a partir do ponto de vista das crianças. Em seguida, estabelecendo mais uma vez comparação com o trabalho de Machado (2019), descrevo a segunda etapa do processo da mariscagem, que ocorre nos quintais das marisqueiras: *tirar* o marisco. O último item desta seção é dedicado à descrição da captura de siris, prática que tive a oportunidade de acompanhar Fatinha e seu filho Pitão. Na descrição, discuto o potencial de observação noturna do Saco do Céu bem como a poluição luminosa que ofusca esta qualidade, estabelecendo diálogo com o trabalho de Tania Pereira Dominici e Márcio Ferreira Rangel (2007).

A segunda seção, por sua vez, é dedicada aos quintais de Joana e Mané, marisqueiras de *lá adiante*, e está dividida em dois itens. No primeiro descrevo a primeira visita que fiz às duas, principalmente ao quintal de Joana, em que a mesma me apresentou ao *guaiá*, ao *santola* e à *chave*, sendo os dois primeiros espécies de crustáceos e o segundo de molusco, todos coletados pelas marisqueiras. Além disso, também menciono uma segunda visita que fiz à Joana, na qual ela compartilhou um pouco de suas “histórias antigas”. No segundo item, descrevo o dia em que *peguei* e *tirei* mariscos com Mané, estabelecendo comparações com as outras marisqueiras. Ainda neste momento, também descrevo uma outra visita que fiz à Mané, na qual pude conhecer mais de perto seu quintal, incluindo alguns artefatos da antiga casa de farinha que pertencia à sua família.

A terceira seção, por sua vez, é dedicada a dois outros quintais de marisqueiras que preferiram não ter seus nomes revelados, as quais nomeei de Jandira (a mãe) e Janaína (filha). Narro uma conversa que tivemos na casa de Jandira sobre a relação entre as luas e as marés, estabelecendo uma comparação entre os trabalhos de Renata Machado (2019), Elionice Sacramento (2019) e de Alberto Nishida, Nivaldo Nordi e Rômulo Alves (2006), este último realizado com os coletores de moluscos e crustáceos do estado da Paraíba. Ao final da seção, apresento uma tabela de algumas espécies coletadas pelas marisqueiras do Saco do Céu e suas famílias, tendo como referências para a identificação dos nomes científicos os seguintes sites/materiais: Conquiologistas do Brasil (2025), Guia Ilustrado de Moluscos do Litoral Oeste Potiguar (2014) e Livro Vermelho de Crustáceos do Brasil (2016). Também foram utilizados os trabalhos de Lídia Oshiro (1999), Juan Sales (2022) e Maria Cláudia Grillo, Carlos Ventura e Sérgio Henrique da Silva (1998), este último realizado especificamente no Saco do Céu.

Na quarta e última seção, faço uma síntese das seções anteriores, estabelecendo pontos comuns entre os quintais e destacando o potencial de bem-estar e de sociabilidade feminina proporcionado pela mariscagem. Considerando os corpos das marisqueiras mais velhas, dialogo com o trabalho de Yeison Ramirez (2024) para abordar o tema da deficiência no contexto rural. Também mobilizo a entrevista de Cleomar Ribeiro da Rocha (2024) para discutir a relação de cuidado mútuo entre as marisqueiras e seu território e os impactos que ambos têm sofrido. Em seguida, também aciono a noção de “corpo-território” do feminismo indígena tendo Astrid Ulloa (2021) como referência, destacando a centralidade da lama para o contexto das mulheres marisqueiras. Neste ponto em particular, dialogo com as contribuições de Lucas Coelho Pereira (2021) a respeito da construção imagética da lama como um lugar de atraso e pobreza; e de Renata Machado e Luisa Belaunde (2024), que estabelece pontes entre as mulheres marisqueiras de Matarandiba (BA) e as oleiras da comunidade kichwa lamas na Amazônia Peruana, tendo o gênero, a lua e a lama/barro como vínculos entre elas. Por fim, inspirada no conceito de “composição-terra” de Borges (2020), proponho a noção de composição-lama das marisqueiras do Saco do Céu enquanto uma ontologia combativa (Archie Mafeje) que se contrapõe à composição-plantation representada pela ontologia dos grandes empreendimentos turísticos e privados à beira-mar.

Seção 1: Quintal de Fatinha

Casas, Famílias, Cultivos e Criações

Em julho de 2025, quando desembarquei no cais da *Fazenda* no Saco do Céu, Francisco, Samuel e Renata me esperavam com um carrinho de mão para me ajudarem com as compras. Eu estava com uma mochila grande nas costas e duas sacolas retornáveis de mercado, uma em cada mão, que foram colocadas no carrinho. Fomos revezando a condução enquanto conversávamos. Uma das curiosidades era sobre a disciplina que eu lecionava na escola e também porque eu ficaria ali tantos dias. Samuel, 12 anos, que já havia me perguntado em outra ocasião o que era Sociologia e não havia esquecido da minha resposta, em determinado momento afirmou: “então você veio estudar a sociedade daqui.” Eu sorri e respondi que sim. Nesse momento, lembro que estávamos atravessando o campo de futebol em direção à casa de minha amiga Queila, mãe de Samuel e Francisco -, onde ficaria hospedada pelos próximos sete dias, no quintal de Maria de Fátima, sua sogra, mais conhecida como Fatinha.

Para se chegar ao quintal de Fatinha, existem três caminhos possíveis: um principal a partir do campo de futebol e outros dois em que chegamos por dentro da comunidade. Em nenhum destes acessos há muros ou portões, e por diversas vezes cheguei ao quintal de Fatinha sem perceber que já estava dentro dele, principalmente por este não possuir cerca alguma. Acostumada com as divisões comuns da cidade, aos poucos fui percebendo que ali a delimitação do espaço é dada por outros elementos que não impedem a nossa passagem, mas demarcam que naquele lugar há um lar, como o fogão à lenha e as próprias moradias. O quintal de Fatinha é quase um caminho, pois é comum a passagem de moradores indo de um lado a outro, que atravessam o quintal cumprimentando, em um gesto de pedir licença. *Caminhos* são trechos que ligam uma casa à outra, sendo recorrente os moradores dizerem “encontrei fulano no caminho”.

Seguindo o caminho principal, ao subir levemente o morro, se avista à esquerda um espaço com diversos plantios, como aipim, inhame, mamoeiros, cana, tangerina, limoeiros e bananeiras. Passando por detrás do galinheiro, há diversos eletrodomésticos já sem uso esperando o descarte e que enquanto estão ali, são utilizados pelas crianças

para brincadeiras.⁶⁷ Seguindo à esquerda, alcançamos uma área do quintal com tabuleiros (de plástico e isopor) que improvisam vasos com salsinha, cebolinha, hortelã, jiló, alface e quiabo plantados todos juntos. Neste mesmo local, do chão se ergue um discreto e indispensável pé de boldo, enquanto à frente, aventurando mais a vista, se percebe um pé de chuchu trepado em uma pedra enorme. Ainda nessa área, mais árvores frutíferas: jaboticabeira, pé de tangerina mesclada com laranja e um pequeno bananal com bananas d'água, chamadas por Fatinha de banana *maranhão*. Além desta qualidade, também há no quintal bananas prata e ouro.

Certo dia à noite, enquanto Fatinha fervia no fogão a lenha os siris que havíamos pegado mais cedo, falava empolgada do seu quintal e o quanto sonhava, literalmente, com uma muda de banana da terra. Comentei que poderia levar uma muda da referida banana para ela e Fatinha ficou em uma felicidade só. Desde então, sempre me lembrava da promessa. Isso foi em julho de 2025. Em setembro do mesmo ano, Fatinha me mandou uma mensagem por aplicativo: “e minha muda de banana?”, lembrando-me da promessa. Quando retornei ao Saco do Céu neste mesmo mês com duas mudas de banana da terra, Fatinha abriu um sorriso imenso e cuidou das mudas como se fossem suas filhas até elas irem para a terra. Guardou em um balde para protegê-las das galinhas e o armazenou em um lugar abrigado do sol, deixando a tarefa de plantá-las a seu filho Everaldo, também conhecido como Pitão pois, segundo ela, “ele tem a mão boa”.⁶⁸

Por todo lado que se olha no quintal, há conchas de mariscos. Na entrada das casas, onde é cimentado, também há conchas decorando o chão. É neste quintal que Fatinha, suas filhas e suas netas *tiram* o marisco, para então congelá-lo, processo que será descrito com detalhes mais à frente. Ao lado do galinheiro, um fogão à lenha que Fatinha utiliza para cozinhar marisco e siri, além de esquentar água para o banho, pois nem ela nem as filhas usam chuveiro elétrico, embora chegue energia elétrica no Saco do Céu e em suas casas. Dessa maneira, elas retiram lenha do mato e estão sempre atentas a caixotes e madeiras que podem ser encontrados no caminho, sobretudo nos dias frios.⁶⁹ Ainda no quintal, mais próximo às casas, há outros vasos de plantas ornamentais, como cactos, suculentas e flores de vários tipos, e também temperos, como hortelã-galinha.

⁶⁷ Existe uma embarcação da prefeitura que passa semanalmente no Saco do Céu para o recolhimento de entulhos, móveis e eletrodomésticos sem uso.

⁶⁸ Agradeço a Eduardo Napoli que cedeu gentilmente as mudas de banana, colhidas por ele mesmo do seu roçado, no Sertão do Taquari (Paraty/RJ).

⁶⁹ As áreas de retirada de lenha são todas fora do PEIG e na abrangência da APA de Tamoios.

Lembro da primeira vez que Fatinha me chamou para entrar em sua casa, foi para tomar um café. Sentadas em sua cozinha, Fatinha disse: “a casa é simples, mas é minha”. Então contou como ela foi construída em mutirão com apoio da família. É uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Provisoriamente, moram com ela uma de suas filhas, Rosilene e sua família, composta pelo seu marido e suas filhas Alicia, de 6 anos e Eliza, de 1 ano. Eles moram provisoriamente em um dos quartos da casa de Fatinha, que foi fechado por dentro com tapume e uma abertura feita nos fundos, para que tenham uma saída própria e também mais privacidade. Dividem com Fatinha o banheiro e o tanque de lavar roupas que fica do lado de fora, na lateral da casa, também utilizado como pia da cozinha e do banheiro. É um tanque movimentado e “disputado”, pois é onde se realiza diversas atividades diárias como lavar louças, escovar os dentes, limpar peixe, encher baldes para limpeza, entre outros afazeres.

No quintal de Fatinha, há outras duas casas: a de Pitão e a de Rosemary, chamada por todos de Toca. A casa de Pitão fica ao lado do tanque de Fatinha. Ele mora com sua esposa Queila e seus dois filhos, Jorge Francisco, de 9 anos, e Samuel de 12 anos. Foi na casa de Queila e Pitão que fiquei as primeiras vezes que fui a campo para a pesquisa, pois Queila era minha principal interlocutora desde quando trabalhava no Redes. Quando me desliguei do projeto, ela gentilmente me convidou para ficar em sua casa quando quisesse ir ao Saco do Céu. Queila tem um papel fundamental nos rumos que essa pesquisa tomou, visto que ela permitiu uma maior aproximação com Fatinha, sua sogra, e com toda sua família.

Recentemente, para deixar a casa mais fresca, Pitão e Queila construíram uma varanda e posteriormente, também colocaram forro na casa e abriram uma janela na cozinha, um desejo de Queila. A varanda dá acesso ao quintal por uma escada, fechado parcialmente por uma cerca de madeira com duas aberturas para passagem. Um pé de hibisco compõe como cerca viva junto com a madeira, estabelecendo o limite entre o caminho e o quintal. Embaixo do pé de hibisco, apoiada na cerca, há um caiaque vermelho que pertence a Pitão e ao lado do galinheiro, vários sacos de latinhas vazias para venda. Entre o quintal de Queila e o de Fatinha não há divisões de nenhum tipo, formando um quintal só, integrado.

Da varanda de Queila é possível ver a casa de Josiele, conhecida como Josi ou Toco. Ela também é marisqueira, prática que aprendeu com a sogra. Nesta casa, mora

com o marido e as duas filhas, Nayara de 6 anos e Nicole de 12 anos. Além de marisqueira, Josi possui uma venda bastante movimentada em sua casa chamada de “Cantinho da Barra”, onde comercializa alimentos e bebidas trazidos de Angra. Josi também compõe o Enseada das Estrelas e Suas Raízes como marisqueira e guia local. Nos dias em que estive por lá, era comum ver Queila e Josi conversando, cada uma de suas varandas, geralmente sobre temas relativos à vida comunitária, como a escola e o turismo de base comunitária.

A varanda da casa de Queila também dá acesso, aos fundos, à casa de Jorge dos Santos, conhecido como Buiú, pai de Queila. Após seu pai e sua mãe, Dona Maria Tereza, serem despejados pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Queila e seu marido, com muito sacrifício, construíram uma pequena casa para o casal (ver Box 4). Enquanto morou no Saco do Céu, Dona Tereza tornou-se amiga das marisqueiras, em especial de Fatinha, descendo sempre para a praia com ela para mariscar. Fatinha chegou a comentar comigo que após a partida inesperada da amiga, ficou um bom tempo sem mariscar, em luto. Além de pegar marisco, Dona Tereza também começou a fazer artesanato com as conchas junto com Rosilene, prática que acabou sendo herdada não por ela, mas pela outra filha de Fatinha, Toca.

Box 4 - Despejo Buiú e Tereza

Buiú foi para a Ilha Grande no início da década de 1980 trabalhar no presídio de Dois Rios como mecânico, primeiro sozinho, depois acompanhado de sua esposa Maria Tereza e sua filha Queila, que na época tinha dois anos. No início dos anos 2000, Queila mudou-se para o Saco do Céu e em 2005 foi morar com Pitão. Seus pais, por sua vez, continuaram morando em Dois Rios. Após a demolição do presídio em 1994, a gestão da Vila foi transferida para a UERJ por meio de um Termo de Cessão de Uso estabelecido entre o governo do estado e a universidade, esta que passou a se responsabilizar também pela gestão das casas. Na ocasião do despejo, ocorrido em 2022, Dona Tereza e Buiú estavam no Rio de Janeiro, de onde são oriundos, para uma consulta médica e ao retornarem, encontraram sua casa lacrada com todos seus bens dentro dela. Dona Tereza abriu um processo na Defensoria Pública contra a universidade, mas não teve a oportunidade de recuperar seus pertences, pois faleceu em dezembro de 2024, dilacerando o coração de Queila e de toda a família, um corte

ainda a cicatrizar. Acompanhei esse processo de perto enquanto educadora do projeto Redes e foi a partir desta experiência e de conversas com Queila que obtive estas informações.

A casa de Toca fica bem em frente à casa de Fatinha, onde ela mora com as três filhas, uma adolescente e duas crianças: Renata, de 13 anos; Maria Luiza, de 6 anos; e Anna Liz, de 1 ano. Toca tem uma outra filha mais velha que mora em Barra Mansa, Marcelly, hoje com 20 anos.⁷⁰ Ela faz enfermagem e recentemente, descobriu que está grávida. Logo Toca será avó e Fatinha, bisavó. Toca é separada do pai das três filhas mais velhas e também do pai da filha mais nova. Dessa forma, é mãe solo e responsável pela maior parte das responsabilidades de criação de suas filhas, que envolve cuidar, educar e prover. A casa em que vivem é de um dos seus irmãos que atualmente mora em Japari e cedeu a casa para a irmã e as sobrinhas. Em sua cozinha, há duas janelas que dão vista para o quintal e recentemente, Toca aumentou a abertura de uma delas, trocando o material: de alumínio para madeira.

O galinheiro no quintal é do marido de Rosilene. A família já criou galinha antes, mas por conta da dificuldade de conciliar o plantio com a criação - que destroem os roçados - pararam. Com a retomada da criação de galinhas, sempre que plantam precisam colocar em vaso no alto ou então cercar para proteger dos animais. Foi o que Pitão fez quando plantou as mudas de banana da terra, cercando-as com rede de pesca enrolada em pedaços de madeira fincados no chão. Ele e Toca também têm construído uma cerca com bambus no entorno da horta para proteger dos animais. Assim como nos cultivos e criações da Caatinga do Piauí, conforme nos ensina o quilombola Nego Bispo, a família de Fatinha também “cria solto e planta cercado” (Santos, 2023, p. 58).

Além dos galos e galinhas, o quintal e os restos de comida são disputados por vários gatos que, no ápice de suas presenças, chegam a mais ou menos dezenove felinos, todos sem dono. Alguns costumam ficar no quintal durante o dia, mas quando ouvem barulho de talheres e pratos aparecem aos montes. É frequente também revirarem baldes de lixo à procura de comida e os vasos de planta do quintal, sendo frequente a reclamação da família a respeito do comportamento dos felinos.

⁷⁰ Marcelly foi minha aluna no Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega (CEBN), muito antes de imaginar conhecer Toca.

Os animais domésticos, por sua vez, são todos cães, mas há uma diferença na forma de criação. No caso de Princesa, cachorra de Queila e Pitão, é criada solta dentro de casa e na varanda, com acesso restrito ao quintal. Para isso, Queila usa um pedaço de madeira nas duas portas da casa. Já Spike e Scooby - que são irmãos assim como as donas - pertencem respectivamente a Rosilene e Toca. Ambos ficam presos, pois, segundo as irmãs, “eles somem e arrumam confusão na casa dos outros”. Spike fica dentro de casa, preso a um botijão de gás extra de Fatinha⁷¹, sendo levado diariamente para fora para fazer necessidades. Quando soltam *pistolão*, como são chamados os fogos de artifício no Saco do Céu, Spike costuma ficar assustado e fugir. O mesmo acontece quando *ronca trovoadas*, ou seja, quando se ouve barulho de trovão. Fatinha contou que em uma dessas ocasiões, Spike correu quintal abaixo levando o botijão vazio com ele. Já Scooby fica no quintal, abrigado em uma casa feita para ele.

Na casa de Toca e de Fatinha, assim como na casa de Queila, também há madeira nas portas, mas nesse caso, servem para evitar o acesso das crianças pequenas ao quintal, filhas de Rosilene e Toca. A madeira também tem a função de dificultar o acesso dos animais não domésticos à casa, como os gatos, galos e galinhas.

⁷¹ Não existe revendedora de botijão de gás no Saco do Céu e não é possível trazer de Angra sem ser em uma embarcação própria, pois não é permitido transportar no barco da comunidade. Dessa maneira, só tem acesso ao gás quem tem embarcação própria, limitando o acesso ao produto. Há pessoas que compram e revendem na comunidade mais caro, saindo cada botijão entre R\$ 160 e R\$ 170 reais. Diante da dificuldade, ter um botijão extra em casa é uma forma de se resguardar.

Família da Fatinha

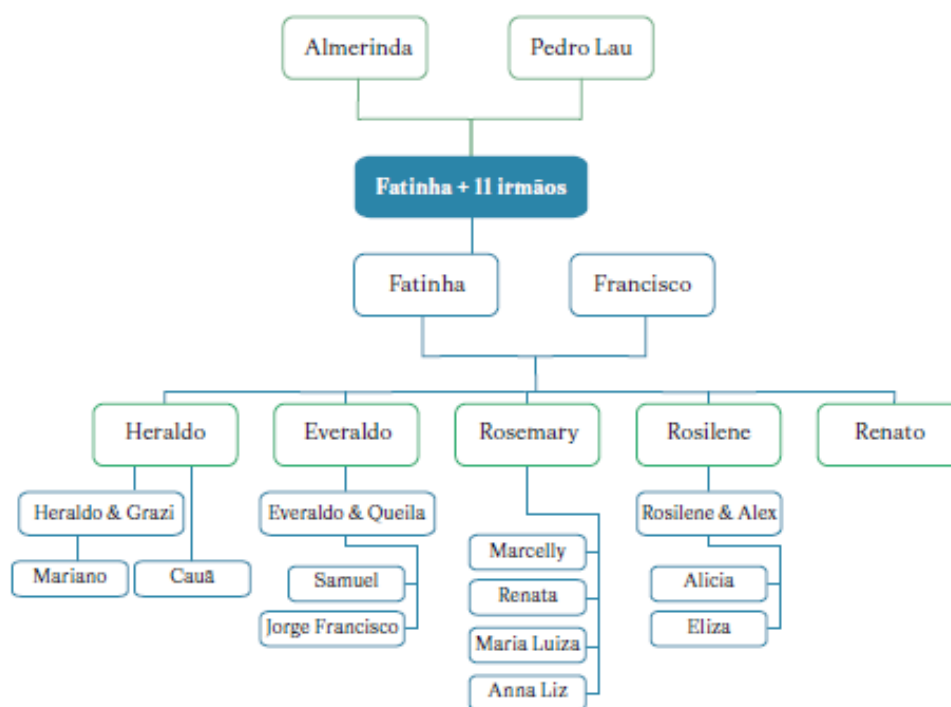


Figura 13 - Árvore Genealógica de Fatinha. Fonte: Hadama *et al* (2024).

Fatinha tem 62 anos. É nascida e criada no Saco do Céu e nunca morou em outro lugar. Também criou seus filhos todos ali com o ex-marido, que é pescador e também mora no Saco do Céu. A mãe de Fatinha, dona Almerinda, é nascida na praia de Matariz (Ilha Grande, RJ) e só depois foi morar no Saco do Céu, onde criou todos os seus filhos com Pedro Lau. Nos últimos anos Almerinda morou no continente, em Angra dos Reis, no bairro do Camorim Pequeno, e faleceu há pouco tempo, em agosto de 2025. Mais uma perda em menos de um ano para Fatinha. Ela a visitava com frequência, chegava a ficar dias na casa da mãe, mas nos últimos tempos não estava conseguindo visitá-la devido à criação das netas. Fatinha também disse que não foi ao enterro porque não gosta de velórios, prefere manter a imagem dela viva na mente. Seu pai também já fez a passagem.

Fatinha é uma mulher quieta e de poucas palavras. Apesar de já saber um pouco a seu respeito por meio da entrevista que concedeu ao livro “Narradores das Estrelas, Histórias de Ilha Grande”, só fui conhecê-la de fato durante o trabalho de campo da pesquisa. Em uma de minhas idas ao Saco do Céu em agosto de 2025, ela gentilmente

ofereceu sua casa para que eu pudesse pernoitar nas minhas próximas visitas, pois como costuma dormir na sala, tem um quarto vago. Assim, a partir de setembro, todas as vezes em que estive no Saco do Céu fiquei hospedada na casa de Fatinha, onde pude ouvir suas histórias, dividir diversas refeições e *pegar* marisco e siri em sua companhia. Quando o quarto estava ocupado pelo seu neto Cauã - que costuma dormir em sua casa quando vai para o Saco do Céu -, dormi com ela na sala. No estreitar de nossa relação, Fatinha foi se soltando e revelando seu coração amoroso e a mulher divertidíssima que é, me fazendo dar boas risadas.

Na primeira noite que dormi em sua casa, Fatinha me mostrou pelo celular fotos de toda a família, a começar pelo seu neto que mora em Angra dos Reis com a mãe. Mostrou também fotos dos outros dois filhos que não conheço, Heraldo que mora em Japariz e Renato que mora em Angra. Em seguida, mostrou-me um vídeo da última festa de aniversário de sua mãe em que a mesma completava 82 anos. Então, ela chegou nesta foto de seus pais, dizendo que queria imprimi-la e enquadrá-la.⁷² A foto foi criada por inteligência artificial após o falecimento da mãe pela irmã de Fatinha, a partir de fotos reais de seus pais.

⁷² Foi meu presente de Natal a Fatinha em dezembro de 2025. Ao abrir a embalagem, seus olhos encheram-se de lágrimas e, em seguida, miraram os meus, agridecida.



Figura 14 – Pedro Lau e Almerinda. Imagem gerada por IA (Aplicativo Eno), 2025.

Fatinha tem a lembrança de ajudar seus pais na roça e de fazer farinha. Enquanto falava dessa época, mostrou em seu braço esquerdo uma cicatriz, resultado de um acidente na roda da casa de farinha de seu pai. A roda, como dito anteriormente, é um artefato do aviamento da casa de farinha utilizada para ralar/triturar a mandioca. Quando perguntei se sua mãe pegava marisco, ela disse que não muito, mas que adorava pescar e pegar *goiá*, crustáceo que “sai da toca” quando se assobia. Fatinha herdou dos pais o gosto pela terra e passou adiante para seus filhos e filhas, que também cuidam do quintal, assim como a mariscagem que, como dito, envolve não só a coleta de moluscos, mas também a de crustáceos. No entanto, há uma distinção de gênero: as mulheres se dedicam mais à coleta de moluscos, enquanto a coleta de crustáceos é mista, realizada por homens e mulheres. Pescar siri, por exemplo, é uma prática que Fatinha costuma realizar acompanhada de seu filho Pitão, este que também pesca para consumo próprio. No entanto, Pitão também já pegou mariscos com as irmãs e a mãe, o que mostra que a ausência de homens na prática não é absoluta.

Há mais ou menos nove anos, Fatinha teve um AVC (Acidente Vascular Cerebral) que debilitou o lado esquerdo do seu corpo, deixando sequelas maiores em seu braço

esquerdo, que não consegue movimentar - somente alguns dedos. Por esse motivo, ela faz tudo com o braço direito e às vezes fica brava com o esquerdo por ele não se movimentar. Fatinha disse que o AVC tem relação com a falta de sono, pois na época trabalhava de faxineira no posto de saúde e ainda cuidava de seu pai que estava doente. Logo, não dormia bem. Após o incidente, ela se aposentou por invalidez. Ainda assim, é difícil vê-la parada, pois está sempre executando alguma tarefa doméstica, seja em sua casa ou no quintal. Fatinha é metódica e gosta de deixar sua casa sempre limpa e organizada, vive limpando o fogão. No quintal, é comum vê-la varrendo o chão ou estendendo roupa.

Convivendo com Fatinha e sua família extensa, que inclui seus três filhos, genro, nora e sete netos, além do pai de Queila, não é difícil perceber que o quintal é uma extensão de suas casas e, ao mesmo tempo, uma ponte entre elas. A circulação dos membros da família pelo quintal é diária, além de toda sua extensão ser palco de brincadeiras para as crianças da família de Fatinha e também de crianças amigas, como as filhas de Josi. Do mesmo modo, é no quintal onde limpa-se peixe e siri, *tira-se* o marisco, esquentam-se água para o banho, cozinha-se alguns alimentos, estende-se roupas limpas, cria-se animais, cultivam-se plantas e inúmeras outras tarefas. Na etnografia de Virgílio (2025) realizada na comunidade quilombola de Alegre, localizada no município de Januária (MG), o autor também observa a importância do quintal para o dia a dia da casa de Dona Zilda:

Em outro momento do texto, me deterei na descrição do quintal da casa de Dona Zilda, espaço que, como eu observaria nos dias seguintes, era central para o dia a dia da casa, sendo local de reunião para refeições, espaço de brincadeiras para as crianças, de cultivo de plantas, criação de animais e de preparo do alimento. Sendo assim, misturando-se ao quintal das casas de suas irmãs, o quintal de Dona Zilda compreendia o maior e talvez mais frequentado espaço da casa, seja pelos humanos que por lá passavam durante o dia, seja pelos diversos animais de criação que circulavam e viviam por ali (p. 52).

No próximo item, ainda inspirada na etnografia de Virgílio (2025) que busca descrever e discutir as relações e dinâmicas de criação do povo quilombola de Alegre, também aponto as dinâmicas de criação e cuidado estabelecidas no quintal de Fatinha e como elas se relacionam com as dimensões do trabalho dos adultos e da educação escolar das crianças.

Dinâmica das crianças

Convivendo com as mulheres do Saco do Céu enquanto trabalhava como educadora popular, havia reparado que a presença de crianças nas reuniões era uma regra. Este fato demandava que em nosso material de trabalho sempre houvesse materiais de desenho para as crianças, como lápis de cor, canetinhas e folhas de papel sulfite. No caso de atividades formativas maiores, era necessário a contratação de uma equipe de educadores que ficava encarregada de brincar e interagir com as crianças para que as mães pudessem participar das reuniões com tranquilidade, sendo um espaço formativo tanto para as mães, quanto para as crianças. No entanto, somente convivendo e conversando por alguns dias com a família de Fatinha pude entender como essa lida com as crianças ocorre no cotidiano e como ela se relaciona com a mariscagem e com turismo, particularmente neste contexto familiar.

Em uma de minhas primeiras idas à comunidade após ter iniciado o mestrado, Rosi me contou que estava trabalhando em um restaurante do Saco do Céu como garçone. Nós já nos conhecíamos pois ela participava com frequência das atividades do Redes e tinha a expectativa de mariscar com ela, mas devido a sua rotina de trabalho - uma escala semanal de seis dias de trabalho e um de folga, a escala 6x1 -, conseguimos mariscar juntas apenas uma vez. Com o marido também trabalhando fora e sem a existência de uma creche na comunidade, Rosilene recorreu à família para ajudá-la na criação da filha pequena e também da filha mais velha quando chega da escola. Assim, durante seis dias na semana, Fatinha e Toca ficam com Eliza e Alicia para que Rosi possa trabalhar no empreendimento.

Rosi - ou Zilene, como é chamada por Fatinha - trabalha de 9h às 17h, mas em dias muito movimentados, fica até mais tarde. Caso não tenha movimento, sai um pouco mais cedo. Assim ficou acordado, sem pagamento de horas extras. Ela também não tem carteira assinada, assim como a maioria dos contratos de trabalho nos restaurantes e pousadas do Saco do Céu, embora receba a gorjeta de 10%.⁷³ Como dito anteriormente, ela e o marido moram com Fatinha e estão juntando dinheiro para construir sua casa

⁷³ Marcos Vinícius - morador da Praia de Fora, jovem liderança e ex-aluno meu - relatou que trabalhou no mesmo restaurante em 2023 e se sentia explorado. À época, não havia pagamento de 10%, algo que foi conquistado posteriormente a partir de um movimento dos funcionários que ele iniciou.

própria. Em seu único dia de folga na semana, Rosilene pouco consegue descansar, pois está às voltas com tarefas domésticas e na criação da filha pequena, dificultando a prática da mariscagem com a mãe e a irmã.

Antes de ir trabalhar, Rosilene geralmente desce com as crianças da família que estudam na escola do Saco do Céu para pegarem o barco no cais da *Fazenda* (cais da Igreja Católica). A Escola Municipal Monsenhor Pinto de Carvalho, que oferta o Ensino Fundamental I (até o 5º ano), está localizada no outro lado da enseada e atende não só as crianças do Saco do Céu, mas também as crianças de outras praias que não possuem escola como Praia de Fora, Japariz e Freguesia de Santana. Para que as crianças possam chegar à escola, a prefeitura disponibiliza um transporte marítimo que passa de praia em praia, incluindo o cais da *Fazenda* do Saco do Céu. Da família de Fatinha, estudam nesta escola Alicia (filha de Rosilene), Maria Luiza (filha de Toca) e Francisco (filho de Queila e Pitão). Por ser um CETI (Centro de Ensino de Tempo Integral), as crianças entram às 8h e ficam até às 15h30 na escola.⁷⁴

As crianças mais velhas, como Renata e Samuel, estudam na Vila do Abraão e descem sozinhas para pegar o barco que sai às 6h do mesmo cais. A travessia dura em torno de uma hora e é feita por um barco fretado pela Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega (EMBN), que oferta o Ensino Fundamental II. As aulas iniciam às 7h30 e terminam 12h40, e o transporte escolar costuma chegar no Saco do Céu por volta de 13h50. Ao chegar em casa, Renata ajuda a mãe e a avó no cuidado das crianças Anna Liz e Eliza e também de Maria Luiza e Alicia quando chegam da escola. Quando Toca desce para mariscar ou trabalhar em outra função, visto que além de marisqueira também é manicure, cabeleireira e artesã - fazendo de tudo um pouco para criar suas filhas - Fatinha e Renata ficam com as crianças. Recentemente, Toca também passou a integrar o grupo de marisqueiras que participa de um dos roteiros de Turismo de Base Comunitária (TBC) da AMPEE, espaço que Rosi já participava.

O tema das crianças mais velhas que criam ou cuidam de crianças mais novas é central na análise das dinâmicas de criação no quilombo do Alegre, sendo um papel

⁷⁴ As mães do Saco do Céu são bastante ativas na escola e participam do Conselho de Escola. São muitas as demandas levantadas pelas mães, sendo uma delas o cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME), sobretudo no que diz respeito à educação do campo. As mães reivindicam um currículo diferenciado que valorize os conhecimentos locais e também professores(as) que sejam da comunidade, pois é recorrente a desistência de profissionais da educação que vêm de fora para trabalhar na escola.

predominantemente assumido por meninas mais velhas (Virgílio, 2025). Segundo o autor, é “olhando os meninos” que elas aprendem a alimentar e segurar bebês, acompanhando as expectativas de gênero, visto que suas ajudas são requeridas bem mais cedo do que as dos meninos. Pensando no contexto familiar de Fatinha, ainda que sejam da mesma idade, Samuel, que é primo de Renata, é bem menos requisitado para a função do que ela. O fato de ser irmã de uma criança pequena, devido ao grau mais próximo de parentesco, também contribuiu para ser mais demandada. Nesse sentido, é comum ver Renata com Anna Liz nos braços, cuidando da irmã mais nova assim como de sua prima Eliza, filha de Rosilene. No entanto, não deixa de ter seus momentos de estudo, brincadeiras e passeios, sempre com autorização de sua mãe e acompanhada de algum adulto.

Queila é pesquisadora de campo do Projeto Povos (ver Box 5) na Ilha Grande e também integra o Núcleo Estratégico do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), participando com frequência de reuniões, eventos e formações em diversas comunidades do litoral norte de São Paulo e sul do estado do Rio de Janeiro, ou mesmo em outros estados do Brasil. Dessa maneira, muitas vezes precisa ficar dias fora de casa e também conta com Toca para monitorar os medicamentos e a alimentação do pai, que tem Parkinson, pressão alta e diabetes. Francisco e Samuel, por sua vez, ficam sob responsabilidade de Pitão, este que também ajuda no cuidado do sogro. Ao mesmo tempo, quando Queila está em casa, caso Toca e Fatinha solicitem, também cuida de suas crianças. Em suma, os membros da família de Fatinha, principalmente as mulheres, se ajudam mutuamente, formando uma rede de cuidado e criação das crianças.

Box 5 – Projeto Povos
O Projeto Povos – Território, Identidade e Tradição é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobrás na Bacia de Santos. Conquista do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o projeto tem a finalidade de produzir Cartografias Sociais das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras destes municípios. O objetivo é dar visibilidade às comunidades e aos seus territórios em novos processos de avaliação de impactos e medidas mitigatórias. É executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), participando também a

Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). As cartografias já realizadas podem ser consultadas pelo link: <https://www.otss.org.br/projetos-otss>

Com exceção das crianças pequenas que ficam dentro de casa, as demais, quando chegam da escola, brincam no quintal ou jogam videogame, como é o caso de Samuel e Francisco. Toca e Fatinha contaram de uma situação em que as crianças desceram para a praia sozinhas e “mexeram” com um casal de turistas, que não gostou e depois subiu reclamando. Após esse acontecido, não deixam mais as crianças maiores descerem sozinhas, a não ser que estejam acompanhadas de um adulto, pois tem medo do que pode acontecer com elas. Quando soube disso entendi porque as crianças maiores sempre me chamavam para ir à praia com elas ou então para pular do cais na maré cheia, principalmente Renata e Francisco. Nos dias em que estive no Saco do Céu, acabei “ficando de olho” e brincando com as crianças, ainda que de modo pontual e transitório, colaborando nas refeições ou passeando com elas, que também sempre me chamavam para brincar, sobretudo Maria Luiza e Alicia.

Devido ao turismo, é comum pessoas de fora circularem pelos caminhos da comunidade, embora não tanto quanto no Abraão. Geralmente, são trilheiros indo de uma praia a outra, ou então turistas hospedados em alguma pousada ou veleiro que se aventuram na comunidade. Por não serem conhecidos, logo “estranhos”, geram o medo nas famílias, como descrito acima. Sutilmente, o turismo acaba suprimindo espaços de brincadeira e sociabilidade das crianças antes livres, sem necessariamente precisar da presença de um adulto.

Nas próximas linhas, descrevo a prática de coleta de mariscos que ocorre na praia, na beira do mangue. A narrativa tem como protagonistas Toca, Fatinha, Rosilene e as crianças, que participam da prática cada uma a seu modo e quando é possível. Como geralmente ocorre de manhã, a participação das crianças é mais frequente aos finais de semana e em recesso escolar, visto que durante a semana estão na escola. As crianças menores que ainda não estão em idade escolar, por sua vez, ficam em casa na hora da mariscagem. Sendo muito pequenas, ao levá-las para a praia demandam maior atenção e acabam dificultando a prática. Por isso, geralmente Fatinha e Renata ficam com elas para

que Toca possa mariscar. No entanto, a depender do dia, descem com elas quando o objetivo não é só mariscar, mas aproveitar um dia de folga, como descreverei à frente.

Pegando marisco e brincando de mariscar

Coloquei o despertador para 6h30, mas o galo me acordou antes. Havia combinado de descer para a praia com Toca por volta de 7h30 para mariscar. Neste dia eu havia dormido na casa de Buiú, pai de Queila. Quando avancei pela varanda, avistei Toca na porta de sua casa. “Bora?”, perguntou. Eu assenti e me ofereci para descer primeiro para ver se a maré já tinha *vazado*, como as marisqueiras costumam dizer. Estávamos na lua minguante e a manhã, até aquele momento, sem nuvens. Toca havia comentado que nos dias anteriores a maré estava vazando mais tarde. Quando perguntei o motivo, disse que era o tempo. “O tempo muda, muda a maré”, ela disse.

Toca e sua família moram bem perto da praia, de modo que cheguei em menos de dois minutos. Após descer um pouco o morro, passei por uma pequena ponte sobre o rio que deságua na *barra*, como é chamado o estuário pelas marisqueiras do Saco do Céu. Naquele momento, o rio era só um fio de água e a maior parte lama, sendo possível ver os pequenos buracos onde os caranguejos menores se escondiam. Alguns dias depois, convivendo com Toca e Fatinha, elas me contaram que costumam identificar se a maré está baixa ou não observando o volume do rio, que a depender do ângulo, conseguem ver do quintal. Se está cheio, a maré também está cheia; se está vazio, a maré *vazou*. Minha ansiedade para “ajudar” acabou não permitindo que eu soubesse disso no primeiro dia.

Ao atravessar a ponte, cheguei ao campo de futebol - palco de tantos encontros comunitários - que dá acesso a um extenso gramado à beira-mar com alguns pés de frutas, como manga e acerola, além da casa do caseiro que cuida do terreno.⁷⁵ Ao atravessar o gramado avisto à esquerda o rancho de pesca de Cadico - pai de Cadiquinho e avô de Geovane e Andreia, que são irmãos -, e atrás dele, o mangue e suas raízes expostas. Sob ele e em seu entorno, uma área de solo que transita entre lamacento a arenoso-lodoso, assim deixado pela água do mar que havia recuado. Desse modo, como o rio já havia indicado, a maré estava vazia. Antes de voltar, observei que a maior parte do solo ainda

⁷⁵ O terreno pertence a Ricardo Ferreira, como indicado na Seção 3 da Parte I da dissertação.

estava na sombra: era inverno e o sol ainda não havia ultrapassado completamente o morro do outro lado da ilha.

Retornei para a casa de Toca e do quintal a avistei e a avisei. Ela então pegou os instrumentos de trabalho que já estavam separados - duas colheres de cozinha, dois escurredores de arroz de plástico e um balde grande - e descemos para a praia. Enquanto isso, Fatinha e Renata ficaram nos cuidados de Eliza e Anna Liz. As colheres são utilizadas para cavar o solo, os escurredores para armazenar e lavar os mariscos e o balde para transportar para casa todos que foram coletados. Os instrumentos de trabalho são compartilhados entre Toca e Fatinha, mas elas têm preferências: Toca prefere a colher com cabo. Entre as marisqueiras de Matarandiba (BA), para a função da colher é usado um instrumento chamado de “cavador”, enquanto a função do escurredor de arroz é realizada com um balde ou panela pequena que é chamado(a) de “ajuntador” (Machado, 2019, p. 100).

Desci de chinelos enquanto Toca, descalça. Ao chegarmos na praia, deixei meus chinelos no rancho de Cadico e acompanhando Toca, atravessamos uma faixa de lama mais densa até alcançarmos um ponto mais arenoso, ainda no entorno do mangue. Toca procurou um lugar mais próximo da água do mar, agachou-se e começou a cavoucar. Fiz o mesmo, mas de início cavouquei mais fundo do que devia. Em sua etnografia, Renata Machado (2019) conta um episódio engraçado a respeito disso, ocorrido entre ela e Edna, marisqueira de Matarandiba (BA):

Assim que chegamos na beira do mangue, depositamos os baldes. Edna se preparava para começar o trabalho, vestindo o casaco para se proteger do sol. Enquanto isso, me abaixei na lama e comeci a cavar. Quando ela viu, repreendeu-me dizendo que a maneira correta é cavar sobre a flor da areia (a camada mais fina, clara e seca da lama) e que se eu continuasse daquele jeito cavaria um buraco para me afundar. A minha falta de habilidade gerou risos e, por vários dias, Edna contava as outras marisqueiras esta anedota (Machado, 2019, p. 101).

Ri alto com elas assim que li pois, do mesmo modo que Renata, eu espontaneamente também cavei fundo, mas Toca não percebeu. Quando olhei para ela, observei que cavoucava mais superficialmente a lama - a chamada “flor de areia” - afinal, o jeito correto de mariscar. Tanto no contexto de Matarandiba (BA) quanto do Saco do Céu (RJ), o marisco mais coletado é o Anomalocardia brasiliana, chamado pelas

marisqueiras da Bahia de “chumbinho”, enquanto no Saco do Céu é chamado apenas de *marisco*.

Enquanto remexíamos a lama, Toca e eu conversamos sobre muitos assuntos e fomos assim, conversando e *pegando* marisco. Embora goste de conversar, ela comentou que prefere não parar de mariscar para bater papo, e sim mariscar conversando, como fazíamos. Assim o trabalho rende, visto que existe um tempo para a mariscagem estabelecido pela maré. De cócoras, revezando o peso sobre as pernas, Toca cavouca a lama com a colher até achar os mariscos, juntando-os na mão até encher. Em seguida, os deposita no escorredor pequeno que fica próximo a ela, selecionando os maiores e deixando na lama os muito pequenos. Toca, que tem 38 anos, é muito ágil para pegar mariscos em comparação às outras marisqueiras da família e vai deixando uma marca no solo remexido atrás de si. Quando o escorredor está cheio, vai até o mar para lavar os mariscos, tirando o excesso de areia e lama, e só então deposita no balde.



Figura 15 - Toca mariscando. Foto da autora, 2025.

Observando Toca, fui fazendo o mesmo. Repetimos essa dinâmica por algumas vezes até enchermos o balde. Em pouco tempo, eu, que estava posicionada da mesma maneira que Toca, comecei a sentir uma forte dor na coluna, nas pernas e também nos calcanhares. Em determinado momento, devido a dor, pisei em falso e quase caí. Ela riu. Não aguentei: sentei na lama mesmo. É uma prática que exige muito do corpo e Toca, apesar de experiente, também reclamou de dores nas pernas. Ainda assim, estava sempre muito atenta ao ambiente: a maré que começou a encher, ao cachorro diferente que apareceu na praia, à irmã indo trabalhar. Mesmo focada nos mariscos e na conversa, nada passava despercebido por ela, sejam as pessoas, a maré ou os animais.

Até julho de 2025, eu não conhecia Toca. Devido à sua rotina dedicada à mariscagem, à criação de suas filhas e à outras funções, pouco conseguia participar das reuniões do projeto que trabalhei como educadora. Durante o trabalho de campo da pesquisa, no entanto, ela foi uma das marisqueiras que estreitei maiores laços, visto que fomos mariscar juntas por diversas vezes. Nessas ocasiões, Toca me contou sobre sua vida, seus sonhos e histórias, como a de quando deu à luz a sua filha Maria Luiza no mar.⁷⁶ A maior parte das vezes, Toca falava sobre suas filhas e os desafios de criá-las sozinha. Remexendo a lama, de cócoras, Toca e eu também remexemos emoções, ao passo que ela generosamente me ensinava sobre a mariscagem.

Neste dia, ficamos mariscando por volta de duas horas e conseguimos pegar cinco escorredores, com os quais contribuí muito discretamente. Com a maré começando a encher - o que cobriria o espaço de coleta de mariscos -, Toca chamou para voltarmos para casa. Lavamos no mar os últimos escorredores com mariscos e após escorrer a água, depositamos no balde. Agora vazios, apoiamos os escorredores em cima do balde cheio de mariscos e cada uma segurando um lado da alça, subimos para casa. Mariscar em dupla ou em trio tem as suas vantagens, pois além de ser um momento de conversa, as marisqueiras também se ajudam no transporte do marisco. No contexto de Matarandiba (BA), as marisqueiras que mariscam juntas se chamam mutuamente de “comadres” (Machado, 2019).

⁷⁶ Não existe estrutura hospitalar para realização de partos no Saco do Céu, assim como em nenhuma outra praia da Ilha Grande. Assim, quando as mulheres estão em trabalho de parto, são levadas para a maternidade no centro de Angra dos Reis por uma lancha da Defesa Civil.

Ao apontarmos no quintal, percebemos que Fatinha, Renata e as crianças estavam se organizando para descer e nos encontrar na praia. Era uma quarta-feira, mas sendo julho, as crianças estavam de recesso escolar. Deixamos o balde com os mariscos próximo ao tanque, na sombra, e começamos a conversar. Comentei com Fatinha que havíamos encontrado na praia uma concha maior do que a do vôngole e que Toca estava em dúvida a respeito do nome. Pensou que pudesse ser *tarioba*, então levamos para Fatinha decifrar o mistério. Quando mostrei a concha, ela exclamou: *é macaquinho!*⁷⁷ Mesmo com a concha um pouco clara com o tempo, Fatinha conseguiu identificar detalhes pretos na concha que sacramentavam sua identidade. Foi a deixa para voltarmos para a praia e coletarmos *macaquinhos*, agora com as crianças e Fatinha.

O andar ganhou outro ritmo. Primeiro pelas crianças, mas também por Fatinha. Devido ao AVC, Fatinha caminha devagar, no seu tempo. Devagarinho, atravessamos o campo de futebol até chegarmos à praia. Dessa vez não fomos em direção ao mar, mas às raízes do mangue que ainda não haviam sido cobertas pela água. No mesmo ritmo, fomos caminhando por uma lama mais densa e escura que afundava a cada passo, cuidando também para não espetar os pés nas raízes que saíam do solo. Ainda de pé, Toca conseguiu visualizar um *macaquinho* enterrado na lama, próximo das referidas raízes. Agachou-se e começou a cavar fundo a lama com a colher para retirar o molusco. Ao retirá-lo e limpar a lama da superfície da concha, mostrou-me e continuou procurando mais, com a agilidade que lhe é própria.

⁷⁷ Leninha, marisqueira de *lá adiante*, chama esse molusco também no feminino: *macaquinha*. A princípio, achei que se tratava do mexilhão, mas em conversa com ela no barco da comunidade, me disse que embora sejam parecidos, não são o mesmo molusco, pois o mexilhão é maior.



Figura 16 – *Macaquinho*. Foto da autora, 2025.

Enquanto isso, Alicia admirava-se com os pequenos caranguejos que caminhavam pelo manguezal e os colocava na palma da mão; Francisco tentava coletar *macaquinho*, mas não conseguia encontrar e se sentia frustrado, ao passo que sua tia Toca o ajudava. Em determinado momento, observei que Fatinha também coletava *macaquinho* com a mão direita, enquanto segurava a mão de Anna Liz com a outra. Diferente de Toca, ela não fica de cócoras: curva a coluna até alcançar o chão. No final da coleta-brincadeira, subimos levando alguns *macaquinhos* e bastante lama nos pés e nas mãos, e no caso das crianças, também nas roupas. Era por volta de 10h e a maré já estava bem alta, cobrindo quase toda a lama e alcançando o mangue.

As raízes do mangue citadas na descrição da coleta do *macaquinho* que atravessam o solo pertencem a dois tipos de mangues, o mangue-preto (ou siriúba) e o mangue-branco (tinteira). Estas raízes ficam expostas na maré baixa e carregam o nome técnico de pneumatóforos ou raízes aéreas. Seu papel é realizar trocas gasosas imprescindíveis à sobrevivência da planta, visto que a lama é um solo pouco oxigenado. Os pneumatóforos se desenvolvem a partir de um sistema de raízes radiais que existem horizontalmente abaixo do solo - ou seja, escondidas da nossa vista mesmo na maré baixa - sustentando o mangue. A diferença entre os dois é que no mangue-branco estas raízes existem em menor abundância e são menos desenvolvidas (Atlas dos Manguezais do Brasil, 2018).

Além do mangue-branco e do mangue-preto, há um terceiro tipo de mangue chamado de mangue-vermelho que, ao contrário dos outros dois, apresenta raízes em forma de arco, também chamadas de raízes-escora ou rizóforos, talvez a imagem mais típica quando se imagina o mangue. Estas raízes ficam completamente expostas na maré baixa e penetram na lama, sustentando o mangue. A referência à cor vem da casca da árvore que quando raspada, apresenta uma coloração avermelhada (Atlas dos Manguezais, 2018). No manguezal da *Fazenda* também existe o mangue-vermelho, como pode ser visto na foto abaixo. Quanto ao mangue-preto e o mangue-branco, não soube identificar qual deles existe neste ponto, ou se ambos.⁷⁸



Figura 17 - Francisco e Alicia no manguezal. Foto da autora, 2025.

⁷⁸ Marcos Vinícius, já citado anteriormente, me explicou que o mangue-vermelho em outras regiões pode ter as raízes vermelhas, devido ao impacto das ondas que as descasca, o que não é o caso do Saco do Céu, que mantém suas cascas marrom claras. Quanto à identificação do mangue-preto e mangue-branco, estamos combinando de fazer uma incursão em campo para identificação das espécies nos vários pontos de mariscagem da enseada. Além de caiçara da Praia de Fora, Marcos Vinícius também é estudante de Ciências Biológicas na UFRJ, por meio do Consórcio Cederj.

Conversando depois com Toca, entendi o que quis dizer com “o tempo muda, muda a maré”, citado no início da narrativa desta seção. Ela se referia ao ciclo diário de atração solar que influencia nos movimentos da maré, provocando a maré cheia e a maré seca (Machado, 2019). Com “tempo ruim” o dia todo, nublado ou chuvoso, a maré não vaza, fica cheia, impossibilitando a mariscagem. Neste caso, quando chove, os rios cheios também contribuem para o fenômeno. Já com “tempo bom”, ensolarado, a maré vaza cedo e vai enchendo ao longo do dia, que é perfeita para a prática - a chamada maré seca. Além da influência do sol, a maré e consequentemente a mariscagem também sofrem o efeito do ciclo quinzenal da lua que será melhor discutido na terceira seção desta segunda parte da dissertação.

No quintal de Fatinha, particularmente, a mariscagem depende não só da dinâmica das marés, mas também da dinâmica das crianças menores, como discutido anteriormente. Em dias comuns - ou seja, quando as crianças maiores estão na escola e Rosilene trabalhando no restaurante - o rito segue da seguinte maneira: de manhã, Fatinha fica com as crianças pequenas na casa de Toca, que desce para mariscar. Quando retorna, Toca ajuda sua mãe no almoço e quando pronto, dão de comer às crianças. Após mais ou menos uma hora, dão banho nas pequenas e tentam fazê-las dormir. Este é o momento que Toca e Fatinha se organizam para *tirar* o marisco quando estão com baldes e escorredores cheios no quintal, momento que será descrito no próximo item.

Nesse sentido, Fatinha só consegue mariscar nos dias de folga da filha. Por outro lado, Rosilene também consegue mariscar apenas nos dias que não está trabalhando no restaurante. É a oportunidade de reunir avó, filhas e netas na praia e como estão em três adultas, conseguem dar conta de Eliza e Anna Liz enquanto mariscam. Foi o que ocorreu em um dos dias de setembro que estive no Saco do Céu. Era uma segunda-feira de sol e primeiro dia de lua minguante. As crianças maiores já tinham ido para a escola e descemos eu, Fatinha, Toca, Rosilene, Anna Liz e Eliza para a praia.



Figura 18 - Gerações de marisqueiras. Foto da autora, 2025.

Rosilene marisca de cócoras, similarmente à Toca, mas não alterna as pernas como ela, fica sempre na mesma posição. Fatinha, como descrito no momento da coleta de *macaquinhos*, costuma mariscar em pé, descendo o corpo até o solo. No entanto, quando se cansa, também marisca com os joelhos na lama ou mesmo sentada. As crianças estavam protegidas com camiseta de proteção Ultravioleta (UV) e boné e tinham suas próprias colheres e potes para armazenar os mariscos.



Figura 19 – Eliza brincando de mariscar. Foto da autora, 2025.

Lembro-me que os mariscos, particularmente, chamavam a atenção de Eliza e Anna Liz. Anna, por exemplo, pegava os moluscos depositados no balde, os colocava de volta na lama e, em seguida, os devolvia no balde novamente, agora cheios de lama. Na primeira vez que a vi fazendo isso, em um primeiro impulso, tentei mostrar a ela que os mariscos no balde estavam limpos e deviam ser deixados ali e não ser retirados. Em seguida, teimosamente, ela fez o mesmo movimento de pegar o marisco e colocar de volta na lama. Eu então ri e deixei ela seguir com o que só depois entendi ser uma brincadeira.

Esta situação me lembrou a distinção feita por Belisário (2021), apoiado em Walter Benjamin, entre a brincadeira e o jogo. Enquanto o primeiro é movido pela imaginação e o movimento, o segundo possui regras pré-estabelecidas e está mais próxima da “estética do mundo adulto” (Belisário, 2021, p. 273). Ainda em suas palavras:

“A situação imaginária, portanto, não está submetida às regras. O mundo e as regras estão sujeitos a se transformar frente à imaginação de quem brinca. (...) Para esse autor [Benjamin], as convenções, as regras e a estética do mundo adulto fazem parte do jogo, que ele diferencia da brincadeira por esta enfatizar o movimento, a imaginação” (p. 273).

Ao mostrar a Anna Liz onde os mariscos “deveriam ficar”, sem perceber, tentei adequar seu movimento ao contexto do mundo adulto, esvaziando-o de imaginação. Em sua brincadeira, não há lugar certo para o molusco - o que importava era seu movimento e o que o marisco significava para ela: um objeto do seu brincar.



Figura 20 - Anna Liz brincando com os mariscos. Foto da autora, 2025.

No dia anterior, última dia de lua nova, havíamos descido para a praia eu, Toca e as crianças maiores: Alicia e Maria Luiza. Era domingo e, portanto, não tinham ido à escola. Rosilene, por sua vez, precisava trabalhar, então Fatinha e Renata ficaram com as crianças menores. Quando chegamos na praia, eu e Toca escolhemos um lugar para mariscar, enquanto Maria Luiza escolheu o dela e lá ficou: focada, mariscando. Comentei com Toca, que disse “ela gosta de mariscar”. Assim como a tia e a mãe, Maria Luiza marisca de cócoras. À medida que ia enchendo seu pote, caminhava até a mãe e dizia: “olha, mãe”, toda orgulhosa. Enquanto isso, Alicia estava no mangue pegando mini caranguejos e colocando em seu pote. Quando Maria Luiza encheu o seu de mariscos, os depositou em um dos corredores e foi brincar com sua prima e os caranguejos.

Nesse dia também entramos no mangue para coletar *macaquinhos*. Maria Luzia e Alicia demonstraram interesse e Toca, embora a princípio não quisesse deixá-las pegar - pois exige força - acabou cedendo. Mostrou à filha e à sobrinha como identificá-los e retirá-los da lama. A cada um que conseguiam coletar, vibravam e comemoraram. No caminho para casa, também reunimos parte do lixo que estava na praia para descartá-lo no local correto, isto é, um latão da prefeitura, algo que é recorrentemente feito pelas marisqueiras e as crianças. Renata também pega e *tira* marisco, mas pelo que pude

acompanhar, raramente desce para a praia pois geralmente está na escola ou ajudando na criação das irmãs.⁷⁹

Sejam maiores ou menores, a presença das crianças dá outra qualidade à mariscagem, promovendo não só um momento de convivência com suas mães, tias e avós, mas também formativa, visto que envolve um reconhecimento do “maretório” pelas últimas. Além disso, a prática permite o compartilhamento⁸⁰ de conhecimentos entre as mulheres e as crianças, que vão além da oralidade, envolvendo também o engajamento corporal (Machado, 2019), ou seja, o aprendizado a partir da observação do corpo em interação com o ambiente. Renata Machado mostra como a brincadeira das crianças também cumpre o papel de familiarizá-las com o ambiente e forjarem o seu corpo, em uma aprendizagem contínua que ocorre por meio da experimentação e da descoberta. Nas palavras da autora:

As meninas começam ainda bem jovens a catar mariscos, a maioria das marisqueiras com que conversei disse ter começado com 10 ou 12 anos a fazer esse trabalho. Apesar de já acompanharem suas mães ainda quando eram menores, faziam mais para ajudar ou brincar. E brincar ocupa um sentido específico de inserção paulatina no mundo pesqueiro. Uma inserção que abrange tanto a mariscagem quanto a pesca. Essa aproximação, ou maneiras de brincar, garante uma fabricação contínua e continuada do corpo. (Machado, 2019, p. 113-114).

No item a seguir, descrevo a segunda etapa da prática da mariscagem, que envolve a retirada da carne da concha do marisco, chamada pelas marisqueiras de *tirar* o marisco. Esta segunda etapa ocorre no quintal e descrevo como a prática ocorreu no quintal de Fatinha nos dias em que pude acompanhá-la.

⁷⁹ Neste dia (28/09/2025) foi a Festa de São Cosme e Damião da Igreja Católica do Saco do Céu, que carrega o nome dos santos gêmeos. Ela começou de manhã com uma missa e depois do almoço, houve um bingo no salão da Igreja. Como fui mariscar com Toca e as crianças de manhã, participei apenas do bingo. Embora Toca, Fatinha e as crianças tenham descido comigo, ficaram pouco tempo e logo voltaram para casa.

⁸⁰ Uso a noção de “compartilhamento” ao invés de “troca” tendo como referência Santos (2023), pois entendo ser mais adequada ao contexto das marisqueiras. Ele diz: “(...) troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham.” (Santos, 2023, p. 21)

Tirando marisco

Em outro dia de folga de Rosilene, por volta de 7h30, desceram apenas Toca e Fatinha para a praia, enquanto Renata ficou com sua irmã Anna Liz. Eu desci em seguida, pois ainda estava tomando café. Quando cheguei na praia, estava Toca mariscando de um lado e Fatinha de outro. Era o primeiro dia de lua nova, o dia estava ensolarado e a maré seca. Escolhi ficar ao lado de Fatinha, pois sabia que não teria esta oportunidade com frequência. Por volta de 10 horas, subimos para casa levando um balde e um escorredor de inox grande cheios de mariscos, além de um caixote de madeira que Fatinha encontrou no manguezal e que seria utilizado como apoio para *tirar* o marisco, além de lenha depois que secasse.



Figura 21 - Mariscos no quintal. Foto da autora, 2025.

Os mariscos podem ficar no quintal por até três dias, se não, estragam. Além disso, precisam ficar abrigados do sol. Já os *macaquinhos* devem ser fervidos no mesmo dia e assim como os mariscos, não podem tomar sol. Toca disse não gostar do gosto do *macaquinho*, que só *tira* para vender mesmo. No dia que coletou, ferveu e abriu o molusco apenas para que eu pudesse ver e experimentar.

Esta etapa ocorre depois do almoço, no quintal, no momento da soneca da tarde das crianças pequenas, como dito anteriormente. Já as crianças grandes geralmente estão por perto brincando, visto que já chegaram da escola. Em outro dia que estávamos apenas eu e Fatinha *tirando* marisco no quintal - pois Toca estava fazendo a unha de uma cliente -, Alicia, filha de 6 anos de Rosi, interrompeu sua brincadeira e aproximou-se interessada. Pegou um tabuleiro pequeno para apoiar os mariscos e sentou conosco, ajudando no trabalho.

Para *tirar* marisco, o primeiro passo é deixá-los de molho por um tempo na água doce. Segundo Fatinha, os mariscos só podem ser lavados em água doce se for *tirar* no mesmo dia, se não ele fica duro. Também é comum deixar acumular mariscos de ao menos dois dias de mariscagem para *tirar* de uma vez. Enquanto Fatinha vai preparando a lenha para acender o fogo, Toca escore a água dos mariscos para depositá-los em uma panela grande. Este processo pode ser feito tanto com o escorredor grande quanto ir transferindo os mariscos em porções para uma bacia com as palmas das mãos juntas, como faz Mané, marisqueira de *lá adiante*.

Ao colocar a panela no fogão a lenha com os mariscos, o calor aos poucos libera a água do próprio molusco, abrindo-o naturalmente. O processo com os *macaquinhos* é semelhante. Quando todos já estão abertos, são levados para uma bacia com água em temperatura ambiente para resfriá-los, ao passo que uma nova panela com mariscos vai para o fogão. Enquanto a segunda panela está no fogo, Fatinha e Toca se reuniram para *tirar* o marisco, em um espaço de trabalho próximo ao fogão organizado da seguinte maneira: no centro um caixote (o mesmo pego no manguezal) para apoiar a bacia com os mariscos fervidos e um pote para depositar a carne. Os mariscos não podem ficar no chão se não as galinhas e os gatos mexem, por isso o caixote. No seu entorno, estão dispostas pequenas cadeiras de madeira para sentar e um balde para descartar as conchas do marisco. Ao se sentarem, Fatinha e Toca apoiaram tabuleiros de alumínio em seus colos. Com uma escumadeira furada, foram pegando porções de mariscos abertos e ainda quentes, deixando escorrer um pouco a água e depositando-os em seguida no tabuleiro.

Peguei também um tabuleiro e me juntei a elas para ajudar, acompanhando seus movimentos.

Um por um, elas separaram a carne do marisco da concha e vão acumulando nas mãos, assim como fazem para mariscar. Quando a mão está cheia, depositam a carne no pote. Fatinha faz esse processo com apenas uma mão, enquanto a outra apoia no tabuleiro. Toca usa as duas. Quando toda a carne dos mariscos do tabuleiro é retirada, elas viram o tabuleiro no balde para descartar as conchas e o processo recomeça, sempre com muita conversa. *Tirando* e conversando, assim o trabalho acontece. Toca diz preferir *pegar* marisco do que *tirar*, enquanto Fatinha diz gostar dos dois, não tem preferência.



Figura 22 - Toca e Fatinha tirando mariscos. Foto da autora, 2025.

Retiradas as carnes de todas os mariscos, elas são depositadas em um saco plástico e pesadas em uma balança para alimentos. Com a quantidade de mariscos pegos apenas nesse dia, Toca e Fatinha conseguiram 1,5 kg de marisco, que foram congelados para posterior venda.

Devida à proximidade de suas casas do manguezal, as marisqueiras do Saco do Céu fazem o processo de separar a carne da concha do marisco em seus quintais. Já em Matarandiba (BA), as marisqueiras fazem o mesmo processo em uma cabana de palha próxima ao mangue chamada por elas de “Caboto”, onde há um fogão a lenha, uma mesa e algumas cadeiras de plástico e um amontoado de cascas de mariscos e ostras (Machado, 2019). Lá a caminhada é longa do manguezal até a vila, sendo inviável carregar os mariscos até suas casas, conforme descreve a autora. Outra diferença é que enquanto no

Saco do Céu esse processo é chamado de *tirar* marisco, em Matarandiba (BA) é chamado de *catar* marisco. Apesar das pequenas diferenças, o processo como um todo é muito semelhante: feito após o almoço, usando o fogo para a abertura dos mariscos e, em seguida, o processo de separar a carne da concha do marisco, um por um, regado a bastante conversa.

Segundo um acordo feito pelas marisqueiras locais, elas estabeleceram o valor fixo de R\$ 80,00 para o kg do marisco. Foi um sistema que elas desenvolveram para valorizarem o marisco e também o seu trabalho. Anteriormente, cada uma vendia por um valor, geralmente bem abaixo deste. Aos poucos, estabeleceram um valor comum para o kg que foi aumentando progressivamente, até chegarem ao atual. Geralmente elas possuem clientes fixos, como Toca, que costuma vender para Luiz Antônio, irmão do ex-prefeito de Angra, Fernando Jordão. Com exceção do Restaurante Caiçara do Cadiquinho e do Alvorada da Ilha, restaurante de dona Maria Lúcia, nenhum outro restaurante compra mariscos das marisqueiras. Além de cozinheira, Maria Lúcia também pesca em seu caiaque e faz roça e horta em seu quintal, nos fundos de sua casa.⁸¹

As marisqueiras não só vendem, como também comem o marisco (e gostam muito). No dia em que fomos mariscar todas juntas, dia de folga de Rosilene, voltamos para casa por volta de 11h para fazer um macarrão com marisco. Elas participariam de uma reunião da AMPEE às 13h e preferiram subir cedo para fazer tudo com calma, visto que ainda tinham que dar banho nas crianças.⁸²

Quando chegamos, Rosilene tirou 1 kg de marisco do congelador de Toca e deixou embaixo da água da torneira para descongelar mais rápido, enquanto enchia uma panela grande com água para cozinhar o macarrão. Em seguida, ela e Toca deram banho em Eliza e Anna Liz, enquanto eu piquei o alho, a cebola e os tomates. Finalizado o banho, Rosilene refogou o alho e a cebola e, em seguida, adicionou os tomates picados. Com a água já fervendo, adicionou o macarrão, mais ou menos um pacote e meio. Depois de mexer mais um pouco o refogado, colocou na panela os mariscos e um molho de tomate

⁸¹ Quando casados, Maria Lúcia e Cadiquinho tiveram um restaurante bastante conhecido, também de nome Alvorada da Ilha. Leninha, marisqueira de *lá adiante*, disse que ela chegou a vender 15 kg de marisco para eles. Quando o restaurante fechou, a demanda caiu. Hoje ela marisca apenas para consumo próprio e muito raramente para venda.

⁸² A reunião ocorreu no dia 29 de setembro, no restaurante de Dona Maria Lúcia, e teve o objetivo de conversar com os moradores e moradoras sobre o que é TBC e apresentar novamente os roteiros da Enseada das Estrelas e Suas Raízes.

pronto, misturando tudo. Para incrementar o tempero, além do sal, Rosilene também picou salsinha e cebolinha frescas colhidas do quintal. Compramos queijo ralado e refrigerante no “Cantinho da Barra”, venda de Josi, para acompanhar e então almoçamos. Após a refeição, Fatinha assim disse: “Aqui passa fome quem quer”, lembrando-nos da origem daquele marisco que havíamos acabado de comer.



Figura 23 - Macarrão com marisco. Foto da autora, 2025.

O item a seguir é dedicado à prática de capturar siris realizada por Fatinha e seu filho Pitão, a qual acompanhei por duas vezes e que ocorre à noite. Descrevo o cenário noturno do Saco do Céu, considerado um dos mais bonitos do Brasil para observação (Pereira Dominici & Ferreira Rangel, 2017), além de discutir o tema da poluição luminosa promovida pelas pousadas-restaurantes na enseada.

“Pegar siri é comigo mesmo!”

disse Fatinha na supracitada reunião da AMPEE após se apresentar como marisqueira. Das vezes em que estive no Saco do Céu por mais tempo, Fatinha sempre falava de pegar siri e assim fomos por duas vezes. Pitão também gosta muito da prática e nos acompanhou nas ocasiões.

O siri é pego sempre à noite. Na primeira vez descemos para a praia por volta de 18h40 e na segunda às 19h. Dois fatores são primordiais para realizar a prática: a maré precisa estar cheia (mas não muito, como é típico de luas cheia e nova) e não pode estar ventando demais. Os siris caminham submersos nas águas do mar e o vento dificulta encontrá-los devido às ondulações que provoca. O local de captura dos siris é no entorno do mangue, exatamente no mesmo lugar onde se marisca na maré baixa. Em alguns pontos, nosso corpo fica submerso até acima do joelho. O terreno em que pisamos alterna-se entre arenoso e lamacento e é preciso estar atento aos corais e pedras para não se machucar, assim como os buracos que se formam na areia causados pelas embarcações. Em um destes buracos, Fatinha havia fincado uma madeira para identificá-lo e, assim, ninguém cair. Para garantir a segurança do grupo, os mais experientes vão à frente, avisando de possíveis riscos, enquanto os menos experientes vão atrás.



Figura 24 - Madeira sinalizando buraco. Foto da autora, 2025.

Os instrumentos de trabalho são lanterna, físgas e um tabuleiro grande (que pode ser uma caixa de isopor ou de plástico, usado para armazenar pescado). Fatinha e eu colocamos casaco para nos proteger do frio, enquanto Pitão não se preocupou com isso. As físgas são cabos de vassoura com pregos ou ferros nas pontas para físgar o siri. Já a lanterna ajuda a localizar o siri embaixo da água. Cada instrumento fica em uma mão. O tabuleiro, por sua vez, é utilizado para armazenar os siris que vão sendo capturados e como ficamos sempre em movimento, alguém precisa ficar responsável por guiá-lo na água com a físga. Como tenho pouca experiência, fiquei nesta função enquanto Fatinha e Pitão capturavam os siris.

É um tipo de pesca que exige muita atenção: os siris são velozes e podem sumir da nossa vista com rapidez. Demorou para que meus olhos encontrassem o primeiro siri, enquanto Fatinha e Pitão já tinham pego vários. Fiquei sempre próxima de Fatinha, atrás ou ao lado, e notei como ela se divertia procurando e perseguindo os siris, bem como seu entusiasmo quando conseguia capturá-los. O movimento precisa ser certo e, de preferência, no centro do seu corpo, para não ter risco de escapar. Ela e Pitão também iam me mostrando os outros animais que encontravam pelo caminho: tartarugas, peixes-agulhas, águas vivas e lulas, estas que também eram alvo da físga.

Pitão ficava mais à frente de nós, às vezes indo longe, sumindo de nossa vista como os siris. Quando voltava, depositava no tabuleiro os siris que havia pegado, geralmente de dois a quatro que vinham presos em sua físga. Embora tenha a visão comprometida devido a uma toxoplasmose - Pitão recebe auxílio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) por esse motivo - tem muita destreza e físgou a maioria dos siris. Acontece que Pitão não usa apenas a visão para físgar os siris, mas todo o seu corpo e o aprendizado que nele tem incorporado. Na primeira vez, foram capturados mais ou menos trinta siris, sendo de dois tipos: um menor e mais comum, que tem as pernas azuis, conhecido como “siri azul” (*Callinectes danae*); e um maior e mais difícil de encontrar, marrom, chamado de *siri candeia*.⁸³

O céu é um espetáculo à parte. Por diversas vezes eu olhava para cima para contemplar as estrelas. Na primeira vez não consegui encontrar a lua (estava minguante), mas na segunda ela estava à vista, bem acima de nossas cabeças, crescente. Entendi como nunca o significado de *Saco do Céu e Enseada das Estrelas*, pois nunca havia observado

⁸³ Não consegui identificar a espécie.

essa paisagem noturna. Outro cenário que também me chamou a atenção, provocando não admiração, mas incômodo, foram as inúmeras e fortes luzes artificiais dos empreendimentos turísticos que colonizam a escuridão galáctica: as pousadas-restaurantes “Gruta das Estrelas” e o “Coqueiro Verde”.



Figura 25 - Poluição luminosa. Foto da autora, 2026.

Pereira Dominici & Ferreira Rangel (2017) elegem o Saco do Céu, assim como o Observatório do Pico dos Dias (MG), como dois locais do Brasil com potencial de observação do céu noturno e, por esse motivo, apontam para a importância do reconhecimento deste patrimônio natural, inclusive como forma de protegê-los da poluição luminosa. Em determinado momento do artigo, os autores trazem a entrevista de um morador da comunidade realizada em 2016, cujo nome não foi relevado. Assim ele disse: “Saco do Céu já não tem mais o reflexo das estrelas no mar, que lhe deu o seu nome. Há muita poluição luminosa. É necessária uma iluminação racional!” (p. 54-55).

Retornamos por volta 20h ou 20h30, das duas vezes saindo pelo outro lado da praia, mais distantes do mangue e próximos das embarcações de madeira e fibra atracadas. Ao chegarmos em casa, duas panelas com água foram colocadas no fogão à lenha por Fatinha: uma para o banho e outra para ferver os siris, que precisam ser cozidos no mesmo dia, ainda que não sejam consumidos imediatamente. Antes, no entanto, Fatinha os transfere para um balde e os lava em água doce, para só depois colocá-los em fervura.

“Eles ficam bons quando ficam vermelhos”, disse Fatinha. Quando atingiram a coloração, Fatinha os retirou da panela com uma escumadeira furada e os depositou em um tabuleiro.



Figura 26 - Fatinha e o fogão a lenha. Frame de vídeo da autora, 2025.

Os siris podem ser consumidos por até três dias. Na primeira vez, ajudei Fatinha a tirar a casca e as patas, estas que ela separou para congelar e posteriormente consumir. Na ocasião, Toca fez uma sopa de siri deliciosa com batata, cenoura e macarrão, reunindo toda a família na casa de Queila para jantar. Era inverno, estava frio no Saco do Céu e a sopa nos aqueceu. Na segunda vez, Fatinha fez siri refogado.

Ao menos nos dias em que estive por lá, as crianças não participaram do processo de pegar os siris, acredito que pela segurança. No momento de fervê-los, como ocorre no quintal, é frequente elas ficarem por perto, como Alicia, que sempre se encanta com os crustáceos. Como ocorre à noite e Rosilene já está em casa, é uma prática que Fatinha

consegue fazer com mais frequência, pois independe da dinâmica de cuidado e criação das crianças.



Figura 27 - Alicia e os siris. Foto da autora, 2025.

A seção seguinte é dedicada aos quintais de duas marisqueiras de *lá adiante* que visitei durante o trabalho de campo, Joana Ignez e Marilene Raimundo, mais conhecida como Mané. Nestes encontros, tive a oportunidade de *pegar e tirar marisco* com Mané, e no intervalo entre as duas etapas, almoçar em sua companhia. Embora não tenha conseguido mariscar com Joana, por motivos que descrevo à frente, tivemos dois encontros em que mariscamos palavras. Ainda que não tenha conhecido o quintal de Leninha, também marisqueira de *lá adiante*, a cito em alguns momentos em referência às conversas que tivemos no barco da comunidade, na travessia de Angra para o Saco do Céu (ou então do Saco do Céu para Angra), como é feito em outros momentos do texto. Descrevo estes encontros e o que aprendi com estas mulheres.

Seção 2: Quintais de Joana e Mané

Visitando as marisqueiras de *lá adiante*

Em uma manhã de julho de 2025, após um incentivo de Queila, minha orientadora de campo, fui fazer uma visita a Joana e Mané, marisqueiras de *lá adiante*. Estava um pouco ansiosa, visto que não sabia se as encontraria ou não, se seria um bom momento. Em outra ocasião, quando dividi com Queila esse receio de chegar na casa das pessoas sem ter sido convidada, ela disse o seguinte: “Lais, aqui é assim. Não fica esperando ninguém chamar, porque ninguém chama. Vai e você sempre será muito bem-recebida.” Foi exatamente o que aconteceu.

Saindo do quintal de Fatinha, passei pela ponte e atravessei o campo de futebol até chegar ao caminho à beira da praia. Passei pela casa de Seu Nanande e Dona Nereide, que está em reforma para receber o posto de saúde da comunidade; e a Igreja Católica, que em dezembro foi palco da Festa de Natal Solidário das Crianças, realizada pela AMPEE todos os anos (ver Box 7). Um pouco mais à frente, adentrei a mata e caminhei por uma trilha larga ao nível do mar por aproximadamente dez minutos, beirando o manguezal. À direita, em determinado momento, encontro uma grande extensão de terra com área desmatada e uma placa escrito “propriedade particular”, possivelmente a área dos loteamentos de Marco Veloso que Cadiquinho me descreveu. Um pouco mais a frente, agora à esquerda, avisto um terreno à beira da praia pertencente ao proprietário do restaurante “Flutuante da Felicidade”. No terreno, há uma câmara fria utilizada para armazenar o pescado que abastece o restaurante, a maior parte dele vindo do centro de Angra dos Reis e vendido por atravessadores.⁸⁴

Box 7 – Festa de Natal Solidário das Crianças
A festa acontece há oito anos, mas foi a primeira vez que participei. Ele ocorreu no salão da Igreja Católica, em frente ao cais da <i>Fazenda</i> , com início às 10h e término por volta de 15h. Nas laterais do salão, havia uma piscina de bolinha para as crianças

⁸⁴ Os atravessadores são profissionais que compram o pescado dos pescadores a um preço baixo e revendem a um preço maior, desvalorizando o pescado e o trabalho dos pescadores.

pequenas e um pula-pula para as maiores, além de uma equipe de animadores chamada “Tio Gil” que realizou jogos e brincadeiras durante todo o dia com as crianças. Comida havia aos montes: além de risoto de frango servido como almoço, as crianças também podiam comer, gratuitamente, algodão-doce, pipoca, açaí, “fini” e frutas diversas. Após o almoço, todas as crianças ganharam presentes, minis panetones e ainda um saco cheio de doces do Papai Noel, interpretado por um dos animadores. Para finalizar a festa, houve ainda o corte de um bolo que foi distribuído também para todas as crianças. Havia crianças de várias idades, de colo a pré-adolescentes. À frente do evento, somente mulheres, bem como na participação - observei apenas um homem que levou sua enteada. A AMPEE não possui apoiadores fixos do evento, então todo ano pede ajuda a parceiros para realização da festa e conta também com a doação de alimentos da comunidade. Após o encerramento do evento, as mulheres que estavam à frente da organização e também as apoiadoras, sem nada ser dito, começaram a limpar o salão, a cozinha e os banheiros do local, em um mutirão espontâneo, divertido e solidário, o qual também participei.

Em poucos minutos, atravessei uma pequena ponte sob o rio que desemboca no manguezal, chegando a um caminho asfaltado onde à direita se vê o muro da Igreja Evangélica e a esquerda o muro do terreno onde vive a família de Leninha. Do caminho, pude ver o extenso quintal de sua casa cheio de árvores. Em poucos passos, cheguei ao portão azul da escola e então virei à esquerda, alcançando o beco que dá acesso ao portão da casa de Joana, que estava aberto. Ao chamá-la, Joana veio me receber sorridente e bastante agitada, como de costume. Estava havendo uma pequena obra em sua casa e também recebia família e amigos. Ainda assim, me chamou para entrar e tomar um café. Quando entramos na cozinha, cumprimentei Valdeci, esposo de Joana, e um dos filhos do casal que ajudava o pai na obra. Sentamos na mesa, eu e Joana, e tomando café, começamos a conversar.

Aproveitei a oportunidade para falar da pesquisa e que gostaria de mariscar com ela. Joana então comentou que estava com o joelho esquerdo inchado e sentindo dor há dias e por esse motivo, não tem conseguido mariscar. Ela tem o menisco rompido e artrose no mesmo joelho e comentou que em breve faria uma cirurgia que exigiria um repouso de três meses no pós-operatório. Joana também disse que tem seis pinos e uma platina na

coluna. Em certa ocasião que a vi mariscar⁸⁵, ela comentou que realizava a prática com os dois joelhos na lama para poder poupar a coluna. Em outro dia que a visitei, já depois da cirurgia, comentei dessa lembrança e ela me disse brincando: “pois é, fui poupar a coluna, pegou o joelho”. Joana ainda não é aposentada, segundo ela, porque nunca contribuiu, mas tem o desejo de receber o benefício.⁸⁶

Ainda assim, Joana demonstrou interesse na pesquisa e perguntou se “era para falar das coisas antigas”. Nesse outro dia que a visitei, também tomando café em sua cozinha, ela me contou muitas histórias. Disse que no passado, enquanto Valdeci estava no mar pescando, ela mariscava acompanhada dos filhos pequenos. Pegava muito marisco e também ostra, “eram sacos e sacos que eu vendia”. Joana também contou de um grave acidente doméstico que sua filha Luana sofreu quando criança, com uma panela de água fervendo. Luana ficou internada cerca de trinta dias e carrega marcas do ocorrido em seu corpo até hoje, com 34 anos. “Quem salvou minha filha foi Deus e Nossa Senhora, porque rezei muito”, disse Joana. No dia do acidente, ela estava sozinha com as crianças, mas recebeu apoio da comunidade para levar a filha ao hospital. Ao retornar para casa depois da internação, Luana foi recebida no Saco do Céu com fogos em comemoração à sua recuperação, segundo me contou Joana.

Como dito anteriormente, Luana também é marisqueira e mora na Praia de Fora. O ponto de mariscagem mais próximo a sua casa é o da Praia da Raposinha, mas ultimamente não tem conseguido encontrar mariscos por lá⁸⁷ e tem priorizado mariscar no ponto mais próximo a casa de sua mãe. No primeiro dia que visitei Joana, ela me mostrou os mariscos que Luana havia coletado no dia anterior e reparei que estavam bem gordos. Neste mesmo dia, Luana, uma amiga e as crianças, netos de Joana, estavam na costeira pegando *guaiá*, nas palavras de Joana. Querendo contribuir com a pesquisa, ela disse que quando chegassem poderia me mostrar. Gostei da ideia. Em seguida, comentei que havia pegado siri com Fatinha e Pitão naquela semana. Joana então me contou que antigamente, ao invés da lanterna, ela pegava siri com tocha, feito com pau e um tecido na ponta que era acendido com óleo. Para capturar os siris, utilizava facão.

⁸⁵ Foi em agosto de 2024, durante uma atividade escolar organizada por mim e pela AMPEE, em que levamos estudantes e professores do CE Brigadeiro Nóbrega para fazerem um dos roteiros de TBC que prevê uma vivência com as marisqueiras.

⁸⁶ Ao consultar a legislação a respeito da aposentadoria rural, Joana já tem o direito de se aposentar por idade, pois a idade mínima é de 55 anos e Joana tem 58 (Brasil, 1988, art. 201 § 7º, alínea II).

⁸⁷ Em certa ocasião, no entanto, Joana me contou que havia coletado inúmeras *tariobas* no respectivo ponto.

Depois de conversarmos mais um pouco, com receio de estar atrapalhando, disse que faria uma visita a Mané, mas que voltava à tarde para ver o *guaiá*, caso não fosse um problema. Ela me incentivou e disse para eu voltar sim, me levando até o portão. Após nos despedirmos, segui o caminho do beco em direção ao mar, passando por um galinheiro e, em seguida, pelo rancho do Valdeci coberto de redes de pesca.⁸⁸ Em poucos segundos, chego à praia e ao virar à direita, também ao quintal da família de Mané - amplo, todo gramado e em frente à praia e ao mangue. São aproximadamente sete casas, todas integradas em um mesmo terreno, sem muros - nem entre elas, nem entre elas e a praia. Não sabia exatamente qual casa era a de Mané, então fui entrando e perguntando. Uma de suas sobrinhas me ajudou a encontrar sua casa e então a chamei.



Figura 28 - Vista do quintal de Mané. Foto da autora, 2025.

Mané me atendeu e me chamou para entrar, pois estava terminando de fazer o almoço. Atravessamos a sala, a copa e chegamos então em sua cozinha, no fundo da casa, que é integrada com uma varanda, bastante arejada. Enquanto ela terminava o almoço, falei um pouco da pesquisa e perguntei se poderíamos mariscar no dia seguinte. Antes de me responder, no entanto, foi até o marido - que estava em casa, provavelmente no quarto - para perguntar se ele iria precisar dela. Eu continuei na cozinha. Quando retornou, Mané disse que sim. Conversamos ainda mais um pouco e ela me mostrou os brownies que o

⁸⁸ A cada quinze dias, Valdeci e sua equipe de trabalho retira a rede de seu cerco (que fica na Enseada do Abraão) para manutenção, feita por ele mesmo.

filho dela faz para vender. Ele trabalha no restaurante da Praia de Fora e também os vende lá. Ela separou em um saquinho várias partes da massa dos brownies - aquelas que sobram quando se corta a massa do tabuleiro no formato para venda - e me deu para levar. Agradei e disse que, além de mim, as crianças (netas e netas de Fatinha) também iam adorar. Quando o almoço ficou pronto, perguntou se eu queria almoçar. Agradei novamente, mas achei melhor me despedir para não tomar mais o seu tempo.

Quando retornei à casa de Joana, o portão continuava aberto e a casa cheia. Estava acontecendo um churrasco, com música e cerveja. Encontrei Joana e ela disse que tinha tentado me ligar para falar que Luana já tinha voltado. Como no Saco do Céu não tem sinal de telefone e não estava conectada a nenhum WiFi, não recebi a ligação. Joana então me levou até o fundo da casa para ver os crustáceos que estavam sendo fervidos no fogão a lenha, ao lado da churrasqueira. No chão, em uma caixa de armazenar pescado, havia alguns ainda vivos que Joana foi erguendo e me explicando a diferença entre eles. Primeiro me mostrou o *santola*, uma espécie de crustáceo grande e de tom arroxeado, tanto o corpo/cabeça quanto as patas. Em seguida, exibiu o *guaiá*, uma espécie menor e marrom, descrevendo o modo de pegá-lo: “A gente assovia. Pega um pauzinho, coloca no buraco com isca, assovia e pega”. Trata-se da mesma espécie mencionada na Seção 1, chamada por Fatinha de *goiá*.



Figura 29 – *Guaiá* e *santola*. Frame de vídeo da autora, 2025.

Na panela, sendo fervido junto com os crustáceos, havia um único molusco chamado pelas marisqueiras de *chave*. Com uma escumadeira, Joana o tirou da água para me mostrar. Fiquei maravilhada com a beleza do molusco, que tem sua concha no formato de búzio. Trata-se do *Macrocypraea zebra*, muito comum no litoral das Américas e do Caribe (Bernardes, 2020). Ainda segundo o artigo citado, o nome “zebra” faz referência aos desenhos na superfície da concha. Depois conversando com Toca, ela me disse que costuma encontrar esse tipo de molusco na Praia das Caravelas, na enseada do Saco do Céu.



Figura 30 – *Chave*. Print de vídeo da autora, 2025.

Em outro dia, Joana me contou de outro molusco que é mais raro de encontrar e que fica fixo nas rochas, chamado por ela de *caracol*. Naquele momento não tinha nenhuma concha do molusco, mas me mostrou uma parte dele que fica em sua entrada, protegendo-o. Joana tinha vários guardados em um copo de plástico que, segundo ela, seriam usados pela família para jogar *purrinha*. Trata-se de um jogo em que a pessoa precisa descobrir quantos objetos - no caso, a parte do *caracol* - o outro tem na mão.



Figura 31 - Parte do *caracol*. Foto da autora, 2026.

Neste mesmo dia, Joana também me falou de uma outra espécie de molusco que ela chama de *preguai*, encontrado na areia e muito abundante em épocas que *ronca trovoadas*, referindo-se aos dias de chuva. Em julho de 2025, enquanto visitava as marisqueiras de *lá adiante*, Toca encontrou este molusco enquanto mariscava e guardou para me mostrar e experimentar quando voltasse. Após lavá-lo e fervê-lo na água doce, retirou o molusco da concha com um garfo e me deu para experimentar. Senti alguns grãos de areia e comentei com ela, que disse: “é assim mesmo”. Leninha me disse certa vez que por conta dos grãos de areia que insistem em ficar no *praguaí* - como ela chama o molusco - muitas pessoas não gostam de comê-lo.

Somente no dia que Joana me mostrou o *caracol* - já em fevereiro de 2026, o último campo que fiz antes de fechar o texto da dissertação - entendi que a mariscagem não se trata apenas de *pegar* e *tirar* marisco, mas a coleta e o processamento de toda a diversidade de espécies de moluscos e crustáceos coletados por elas. As marisqueiras já vinham me mostrando isso na prática, ao me mostrarem os diferentes animais marinhos que coletavam, mas não havia perguntado diretamente a respeito, até aquele dia. Fiz a mesma pergunta depois para Fatinha e Mané, que disseram o mesmo. Em Matarandiba (BA), a mariscagem também é entendido dessa maneira (Machado, 2019). Nesse sentido, a mariscagem não se limita ao espaço da lama, nem somente a coleta do marisco: ela se

estende à areia, à costeira, às rochas e em muitos outros lugares que desconheço, assim como as espécies que vivem associados a estes ambientes.

No dia do churrasco na casa de Joana, ela gentilmente me convidou para almoçar e aceitei. Além de *santola* e *guaiá*, havia também carne de frango e de boi feitos na churrasqueira, além de salada de maionese, vinagrete e arroz. Enquanto conversava com os amigos e família de Joana - já com um copo de cerveja na mão que ela havia me dado -, sem eu saber, ela preparava um marisco refogado com molho de tomate para acompanhar o meu prato, pois havia comentado que não comia carne vermelha. Quando ela chegou até a mim com o prato de marisco, eu fiquei completamente sem jeito e agradecida pelo cuidado e gentileza.

No início de outubro Joana me mandou mensagem por aplicativo avisando que tinha operado e que havia corrido tudo bem. Em áudio, assim ela me disse: “Se Deus quiser...o pior já passou. Daqui a pouco vou estar aí boa pra pegar marisco de novo”. Assim espero, Joana.



Figura 32 – Joana Ignez. Acervo AMPEE. Foto de Eduardo Napoli, 2023.

No próximo item, descrevo o dia em que *peguei e tirei* marisco com Mané, no ponto de mariscagem próximo ao quintal de sua família. Apresento também este quintal,

cheio de cultivos diversos e memórias dos tempos de trabalho na roça e na casa de farinha que pertencia a família.

Mariscando com Mané

Era sábado e o terceiro dia de lua nova. Embora tivesse chovido no dia anterior, o dia amanheceu com sol. Acordei bem cedo e fiz o trajeto da casa de Queila até a casa de Mané, *lá adiante*. Cheguei às 7h30, como havíamos combinado. Mané estava tomando café-da-manhã e ao me convidar, me sentei à mesa com ela. Quando terminou, Mané foi calma e silenciosamente pegando os escorredores, balde e uma colher - pois tinha levado a minha própria colher da casa de Queila - e fomos caminhando para a praia, descalças. A maré estava seca e fui seguindo a direção de Mané. Após passarmos por um estreito fio de água doce, atravessamos o cais por baixo até chegarmos, em poucos segundos, à área que ela costuma mariscar: próximo a foz do rio, no entorno do mangue. Mané então agachou-se, apoiou o escorredor e o balde próximo de si e com os joelhos na lama - assim como Joana - começou a cavoucar. Fiz o mesmo.

Na área escolhida por Mané, frequentemente ela se levantava e procurava um outro ponto, buscando aquele mais abundante de mariscos. Eu a seguia, levando além do escorredor, também o balde. Ao me ver fazendo isso, zombou de mim, visto que o que precisa ficar perto da marisqueira é o escorredor, não o balde. Afinal, antes de depositar os mariscos no balde, inevitavelmente precisaremos levantar e lavá-los no mar. Ainda que estivesse mariscando há alguns dias com Toca, não me atentei para isso e rimos da situação juntas. Mané reveza a posição do seu corpo entre estar de joelhos ou então sentada, apoiada na coxa, ficando toda cheia de lama. Marisca calmamente, no seu tempo, e disse que se dependesse dela, ficava mariscando o dia todo.

Mané adquiriu uma síndrome relacionada ao nervo do punho, chamada de “síndrome do túnel do carpo”. Essa condição faz com que ela perca frequentemente a força e a sensibilidade das mãos, dificultando até mesmo fechá-las. À noite, sente suas mãos formigando. Comentou que precisava fazer cirurgia, mas o fato de ter anemia falciforme - uma condição hereditária que não tem cura, embora tenha tratamento - dificulta a realização do procedimento. Precisa então, primeiro, estabilizar a anemia. Por esses motivos, Mané não tem conseguido mariscar tanto quanto antigamente. Já abriu um

processo no INSS para se aposentar como marisqueira e está aguardando. Enquanto a aposentadoria não sai, Mané também atua na pescaria junto a seu marido, limpando e armazenando o pescado que ele traz do mar. Por esse motivo, recebe auxílio defeso da pesca do camarão, principal espécie que o marido captura. Contou que antigamente também ia pescar com o marido, mas que adoeceu e não foi mais. Segundo Mané, ela vomitava muito e não saía da cama. Quando perguntei o que era, ela disse: “foi depressão”. Mané também atua na frente de Turismo de Base Comunitária (TBC) da AMPEE, mostrando aos turistas que vêm visitar o Saco do Céu - e também para pesquisadoras de fora, como eu - aquilo que ela fez a vida inteira e conhece muito bem.

Enquanto mariscava e conversava com Mané, notei que os mariscos eram abundantes e gordos, assim como reparei na casa de Joana. Depois conversando com Jaisa, ela comentou que muito provavelmente isso tem relação com a frequência da coleta: enquanto na *Fazenda* a coleta é mais comum, o mesmo não ocorre *lá adiante*, visto que, por questões de saúde, tanto Joana quanto Mané não têm mariscado com tanta frequência. Leninha, que também utiliza este mesmo ponto de mariscagem, como dito anteriormente, hoje só marisca para consumo próprio ou então para venda esporádica. Assim como Joana e Mané, Leninha também tem precisado dar atenção à saúde - ela tem bursite e tendão rompido em um dos braços e costuma ir três vezes na semana para o centro de Angra dos Reis para fazer fisioterapia. No entanto, além da frequência da coleta de mariscos, a lua também tem uma influência no tamanho do molusco, como veremos à frente.

Em determinado momento, Mané chamou para voltarmos para casa pois precisava fazer o almoço. Lavamos os últimos escorredores com mariscos na água do mar, depositamos no balde e seguimos para sua casa. Como não estava tão pesado, me ofereci para carregar o balde sozinha. Ao chegarmos em seu quintal, apoiei o balde na sombra, lavamos nossos pés na água da mangueira e entramos em sua casa.

No dia anterior, quando fui chamá-la para mariscar, Mané já havia me convidado para almoçar e anunciado o cardápio: camarão frito na farinha “panko”, um tipo de farinha de rosca japonesa, mais crocante que a comum. Eu a auxiliei, empanando o camarão, picando temperos e lavando a louça. Para acompanhar o camarão, Mané também fez um molho de maionese com cebola roxa delicioso. Quando a primeira leva de camarão foi frita, ela me deu um para experimentar, perguntou se estava bom. O sabor estava indescritível, divino. Além de marisqueira, Mané é uma “cozinheira de mão de cheia”, como se diz. Quando o almoço ficou pronto, a ajudei a montar a mesa. Ela chamou o

marido, montou seu prato e o serviu, uma prática antiga que o casal mantém. Em seguida, ela sentou conosco para almoçar.



Figura 33 - Camarão frito na farinha “panko”. Foto da autora, 2025.

Após o almoço, fiquei na dúvida se Mané queria descansar ou se queria continuar o processo da mariscagem. Então perguntei se queria minha ajuda para *tirar* marisco. Ela disse: “se não for atrapalhar...”. Mané é tímida, como eu. Obviamente, fiquei para acompanhar a segunda etapa.

Mané então colocou uma toquinha de cozinha na cabeça e, em seguida, jogou água doce no balde onde estavam os mariscos que coletamos. Enquanto deixava-os ali de molho, foi acendendo o fogão a lenha feito de tijolos e uma peça de ferro colocada em cima, com dois buracos para apoiar as panelas. O fogão fica no quintal, embaixo de um pé de cacau e em frente a sua casa, em um espaço rodeado de plantas de vários tipos:

raízes, temperos, ervas e flores. Quando o fogo acendeu, Mané fez uma concha com as mãos e foi retirando os mariscos do balde em pequenas porções e colocando em uma panela grande. Ao terminar o processo, colocou a panela no fogão e tampou parcialmente, observando de tempo em tempo os mariscos sendo fervidos. Como dito na seção anterior, o calor do fogo atua na abertura dos mariscos, possibilitando a retirada da carne da concha pela marisqueira posteriormente. Quando os mariscos estão todos abertos, Mané utiliza uma outra técnica: tira a panela do fogão e a chacoalha. Assim, alguns mariscos já saem sozinhos das conchas, facilitando o trabalho da marisqueira.



Figura 34 - Mané e os mariscos. Frame de vídeo da autora, 2025.

Esta técnica de chacoalhar os mariscos após a fervura foi compartilhada por Mané a Toca em outra ocasião que a visitei. Toca estava voltando da Praia de Fora pois tinha ido fazer unha e cabelo de algumas clientes. Ao nos ver no quintal, aproveitou para fazer

uma pausa e prosear. Em determinado momento, enquanto falávamos sobre a mariscagem, Toca comentou que não gostava de *tirar* marisco. Foi a deixa para Mané compartilhar o conhecimento.



Figura 35 - Mariscos sendo fervidos. Frame de vídeo da autora, 2025.

Para a etapa de *tirar* marisco, Mané utilizou a mesa na varanda da casa de sua mãe, localizada ao lado do fogão a lenha. Transferiu os mariscos da panela para uma bacia grande e a depositou na mesa. Ao seu lado, apoiou uma outra bacia menor para armazenarmos a carne do marisco. Em seguida, com as mãos em forma de concha, mais uma vez, pegou um punhado de mariscos e colocou a sua frente, diretamente na mesa. Ela estava coberta com uma toalha impermeável que Mané havia higienizado antes. Em seguida, repetiu o movimento, colocando os mariscos de novo na mesa, agora à minha frente. Em seguida, começamos a retirar a carne do marisco, um por um, deixando as

conchas ali mesmo na mesa, que depois seriam arrastadas para o balde que havíamos utilizado para a coleta de mariscos mais cedo. Mané retira a carne da concha do marisco com apenas uma mão, assim como Fatinha. Em certa nostalgia, Mané contou que antigamente sua mãe colocava os filhos em roda no chão pra *tirar* marisco, todos juntos.

Após alguns minutos de conversa, o quintal foi invadido por um barulho ensurdecedor causado por uma sequência de helicópteros que aterrissavam no Coqueiro Verde. Foram mais de dez, um atrás do outro. Mané e sua família moram ao lado da pousada-restaurant de luxo. Vendo meu espanto, Mané lamentou: “isso aí é direto”, dizendo ser muito comum especialmente aos finais de semana, feriados e no verão. Mané demonstrou preocupação com o abalo do som sobre o mangue e os animais. Em seguida, também comentou o quanto o barulho dificulta o sono durante o dia, seja das crianças ou então dos pescadores que precisam dormir de dia para pescar à noite, como é o caso da pesca de camarão, feita com a técnica do arrasto.⁸⁹ Nesse sentido, além da poluição luminosa destacada na seção anterior em que descrevo a pesca de siri, estes empreendimentos de luxo também promovem uma poluição sonora que desestabiliza o modo de vida local de humanos e não humanos.

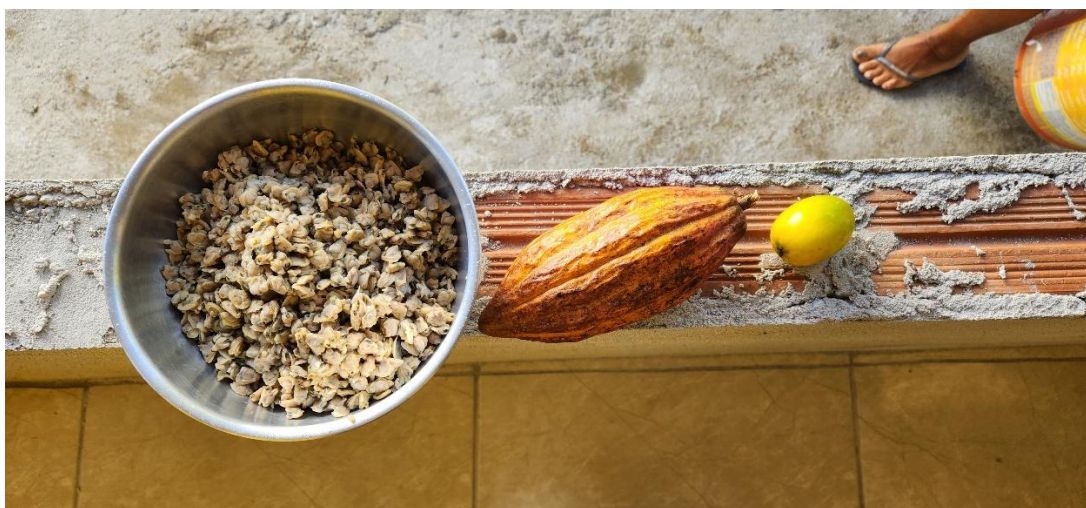


Figura 36 - Carne dos mariscos e frutos do quintal. Foto da autora, 2025.

⁸⁹ A pesca de arrasto de camarão é realizada por meio de uma rede específica que é puxada pela embarcação ao longo do fundo (na maioria dos casos), capturando os camarões que vivem associados ao sedimento.

Quando terminamos de *tirar* todos os mariscos, limpamos o espaço e Mané congelou o fruto de seu trabalho que será posteriormente consumido ou vendido, caso apareça alguém interessado. Ao me despedir, dei um abraço longo em Mané, agradei pelo dia e disse para ela se cuidar. Mané tem 57 anos e disse que sempre viveu no Saco do Céu. Assim como Joana, é uma mulher generosa, preocupada com o outro e que detém inúmeros conhecimentos que são percebidos no sabor da sua comida, na serenidade do seu mariscar e na beleza e diversidade do seu quintal.⁹⁰

Depois desse dia, voltei a visitar Mané apenas em dezembro. Quando me viu em seu quintal, me cobrou: “vem pra cá e não vem visitar a amiga, né.” Foi o jeito dela dizer que estava com saudade. Neste dia andamos pelo quintal de sua família e ela foi me mostrando os cultivos e contando histórias. Falou dos “tempos antigos” em que ela trabalhava com sua família na roça e fazia farinha, lembrando como era divertido. Mostrou-me os fornos da antiga casa de farinha que sua mãe ainda guardava (eram três, dois grandes e um pequeno) e mencionou que a família também tinha a *roda* - o mesmo artefato que Fatinha machucou o braço quando mais nova -, mas não sabia onde estava. No fundo do terreno, avistei uma roça de aipim e cana, que Mané disse ser do seu irmão, um pé de acerola, entre outras árvores frutíferas. Ela também mostrou orgulhosa os dois pés de café ao lado de sua casa, carregados.

⁹⁰ Antes de me despedir de Mané, me ofereci para conversar com sua neta que ficou o tempo todo no quarto, mala vi, nem mesmo no almoço. Explico: Iasmin Jordão era minha aluna na Vila do Abraão, no 1º ano do Ensino Médio, mas pouco frequentou as aulas no primeiro semestre do ano letivo. Quando estávamos pegando marisco na praia, Mané comentou preocupada a ausência da neta na escola. A mãe de Iasmin mora no continente, em Angra dos Reis, mas é Mané quem cuida da neta, chamando-a todos os dias de manhã para pegar o barco, mas ela não sai da cama. Na conversa, Iasmin disse que quer fazer Biologia Marinha, mas que estava desanimada com a escola desde o 9º ano. Tentei convencê-la a voltar a frequentar a escola, mas não adiantou. Não a vi em nenhuma aula minha no semestre seguinte. Em dezembro de 2025, no entanto, a encontrei no barco da comunidade e ao me cumprimentar, disse: “professora, ano que vem vou voltar para a escola”. Fiquei feliz com a iniciativa e disse que eu a estaria esperando.



Figura 37 - Fornos da casa de farinha. Foto da autora, 2025.

No próximo item, relato um encontro que tive com duas outras marisqueiras do Saco do Céu, mãe e filha, que terão seus nomes substituídos por nomes fictícios. Na ocasião, conversamos sobre a mariscagem e a relação entre as fases da lua e as marés, tema que discuto dialogando com Nishida *et al* (2006), Machado (2019) e Sacramento (2019).

Seção 3: Outros quintais / Sobre luas e marés

Guiada pela leitura da etnografia de Machado (2019), ganhei um interesse distinto acerca da influência das fases da lua sobre as marés. Logo, desde a primeira vez que estive em campo, perguntei às marisqueiras que encontrava a respeito, mas ninguém parecia querer descrever com certeza essa relação e atender ao meu anseio por uma resposta. Fatinha me disse uma vez: “esse negócio das luas eu não sei não!”. Toca disse a mesma coisa. Quando perguntei a Josi, ela sugeriu falar com o Vaguinho, pescador e irmão de Valdeci. Ele é chamado de “Maju Coutinho”⁹¹ do Saco do Céu, pois sempre sabe a previsão do tempo, se vai cair vento ou não, em qual lua estamos. No entanto, eu queria investigar essa relação com as marisqueiras e assim segui, sempre perguntando quando tinha oportunidade.

⁹¹ Maria Júlia dos Santos Coutinho Moura, mais conhecida como Maju Coutinho, é jornalista e apresentadora do programa Fantástico, da Globo.

Já em dezembro de 2025, quando fui visitar Janaína, outra marisqueira do Saco do Céu, ela me deu o caminho das pedras, ou melhor, das luas. Quem me levou até ela foi sua neta. Ao entrar na casa e chamar sua avó, retornou dizendo: “minha vó já vem, ela tá limpando siri”. Quando Janaína veio me receber, estava com uma toquinha de cozinha na cabeça. Sentamos na mesa da varanda de sua casa e começamos a conversar.

Iniciei a prosa perguntando se ela também pegava siri, ela disse que não. Os siris que limpava haviam sido pegos pelo seu marido na pesca do camarão, que às vezes vem na rede de arrasto. Não querendo tomar muito seu tempo, a chamei para mariscar no dia seguinte, mas ela disse que ia depender da maré. Comentou que a maré estava *vazando* à tarde e em alguns dias, nem estava *vazando*. Quando perguntei o motivo, ela disse: “eu acho que é a lua, mas eu não sei bem. Quem sabe é minha mãe”. Estávamos na lua minguante. Ao demonstrar interesse no assunto, ela me convidou para visitar sua mãe e conversarmos. Ela tem ido ver Jandira, sua mãe, com frequência, pois a mesma não tem passado bem de saúde. Topei a visita imediatamente.

Fomos dois dias depois, após o almoço, ainda na lua minguante. Estava um dia ensolarado e bastante quente. Quando cheguei à casa de Janaína, ela estava com uma garrafinha de água com gelo e pronta para irmos. Ao chegarmos no quintal de sua mãe, Jandira, uma mulher de 78 anos, estava estendendo roupa no varal em frente a sua casa. Perguntou se queríamos água e enquanto ela foi buscar, eu e Janaína nos sentamos nas cadeiras de plástico com almofadas na varanda de sua casa. Ao voltar com a água, também sentou conosco. Estava um vento agradável e lembro de Jandira comentar que era vento de chuva. Uma sabedoria das “pessoas do mar” que nunca erra: na madrugada do dia seguinte, depois que já havia ido embora, choveu forte e a comunidade ficou sem energia elétrica por dois dias. Próximo a casa de Jandira, havia alguns galhos de feijão preto produzidos pela família. Em breve iriam debulhar, que a mais velha explicou ser da seguinte forma: forra-se o chão e vai batendo com madeira para as favas abrirem e liberarem os feijões.

Em determinado momento da prosa, Janaína comentou sobre a maré, que não estava *vazando* direito. Sua mãe então disse: “ela tá assim, vai e volta. É a lua.” Olhei para Janaína e nos comunicamos sem dizer uma palavra. Então engatei perguntar à sua mãe sobre quais eram as melhores luas para mariscar. Ela respondeu: “lua nova e cheia”, justamente as luas de “maré grande”, como chamado pelos pescadores e marisqueiras de Matarandiba (Machado, 2019), que será melhor explicado à frente. Eu já havia comentado

com Janaína sobre a pesquisa de Renata e ao ouvir sua mãe, ela disse: “então tava certo, Lais”. Jandira também é marisqueira, mas não tem conseguido mariscar mais como antigamente. “Não dá mais pra mim”, disse ela, destacando a dificuldade de carregar os baldes com mariscos.

Janaína mariscou durante muitos anos e é aposentada como marisqueira. No entanto, quando sente saudade, desce para a praia e pega marisco. Certo dia, tive a oportunidade de *tirar* marisco com ela na varanda de sua casa. Devido a um aneurisma que debilitou seu braço direito, Janaína *tira* marisco apenas com a mão esquerda. Em determinado momento, ela encontrou um molusco bivalve chamado pelas marisqueiras do Saco do Céu de *tarioba*. Ao abrir a concha, me mostrou já rindo. Perguntou o que me lembrava e quando olhei, vi que a carne da *tarioba* era muito semelhante a uma vulva. Caímos na risada. Neste mesmo dia ela também compartilhou que antigamente encontrava pérolas dentro dos mariscos.

Voltando à relação entre as luas e a maré, a “maré grande” é uma denominação local dos pescadores e marisqueiras de Matarandiba (BA) caracterizado como um período propício para a pesca e principalmente para a mariscagem. Nesta maré, há um avanço e um recuo expressivo das águas, ocorrendo durante as luas cheia e nova, como dito por Jandira. Já nos dias de lua crescente e minguante, os pescadores e marisqueiras de Matarandiba (BA) classificam como dias de “maré morta” pois “a maré perde sua oscilação, não enche totalmente, nem esvazia por completo, deixando, na maior parte do tempo, descoberta a pequena faixa de areia branca que a comunidade convencionou chamar de restinga” (Machado, 2019, p. 94). Em uma das conversas que tive com Fatinha, ela chamou esta paisagem de *meia maré*, enquanto o momento em que a praia e a lama estão mais visíveis, com amplo espaço para a mariscagem - como ocorre na “maré grande” - ela chamou de *maré seca*. “Fica um praião”, nas palavras de Fatinha.

Além disso, ainda dialogando com Machado (2019), os dias de maré morta são menos propícios a pesca e a mariscagem pois tanto os mariscos quanto os peixes estão mais escassos. “A maré não gera perigo, mas também não traz vida” (p. 94). Além disso, também menciona que a cada dia as marisqueiras ajustam um pouco a ida para a mariscagem de 30 minutos ou até 1h30, a depender se estão na “maré grande” ou na “maré morta”. Isso me fez lembrar de uma das conversas que tive com Leninha no barco da comunidade, durante a travessia do centro de Angra para o Saco do Céu, sob as águas da Baía da Ilha Grande. Ela disse que na lua minguante o marisco fica magro, justamente

nos dias de “maré morta”. Nessa mesma conversa, Leninha também comentou que “todo dia a maré enche um pouco mais tarde” e ao ver minha expressão curiosa, acrescentou: “só percebe essas coisas quem vive lá”, referindo-se ao Saco do Céu.

Dessa maneira, tanto no contexto do Saco do Céu (RJ) quanto de Matarandiba (BA), “o tempo da marisqueira se conjuga em meio às temporalidades da maré” (Machado, 2019, p. 116), visto que a dinâmica de trabalho e de vida das marisqueiras - e acréscimo também de vida dos mariscos, visto que eles também dependem da maré - está entrosada com o movimento das águas, que é por sua vez influenciado pela força de atração do sol e da lua, principalmente.

Outros dois trabalhos que discutem os conhecimentos da relação entre as luas e as marés em contextos pesqueiros são os de Nishida *et al* (2006) e Sacramento (2019). O primeiro trabalho foi realizado entre 1997 e 2001 com coletores de crustáceos e moluscos do estado da Paraíba, mais precisamente nos estuários do rio Mamanguape e do rio Paraíba do Norte. Os autores mostram como os coletores organizam suas atividades de coleta a partir de um conhecimento profundo do ciclo lunar e sua influência sobre as variações das marés, também dando nomes à estas variações. Quando a amplitude entre a maré alta e a maré baixa são máximas, variação que ocorre nas luas nova e cheia, os coletores chamam de “maré de lua” ou “maré de sigízia”. Já quando esta amplitude é mínima, como ocorre nas luas crescente e minguante, os coletores chamam de “maré de quadratura” ou “maré morta”, similarmente aos pescadores e marisqueiras de Matarandiba (BA).

Além destas nomeações, segundo Nishida *et al.* (2006), os coletores da Paraíba também nomeiam as marés de transição. A “maré de lua” (variação máxima entre as marés, luas cheia e nova) é sucedida pela “maré de quebramento” (variação entre as marés começa a diminuir) e esta, por sua vez, pela “maré de quarto” ou “maré de quadratura” (pequena variação entre as marés), até chegar à “maré morta” (variação mínima entre as marés, luas minguante e crescente). Fazendo o movimento contrário, da “maré morta” à “maré de lua”, os coletores também nomeiam duas outras fases de transição: a “cabeça de água morta”, que são os últimos dias de “maré morta”, ou seja, das luas minguante e crescente; e a “maré de lançamento”, que é quando a variação de amplitude entre as marés começa a aumentar gradativamente, até chegar em seu grau máximo, que é a “maré de lua”, ou seja, luas cheia e nova. A ilustração abaixo, retirado da obra dos autores, ilustra bem essa associação entre as fases da lua e as nomeações das marés

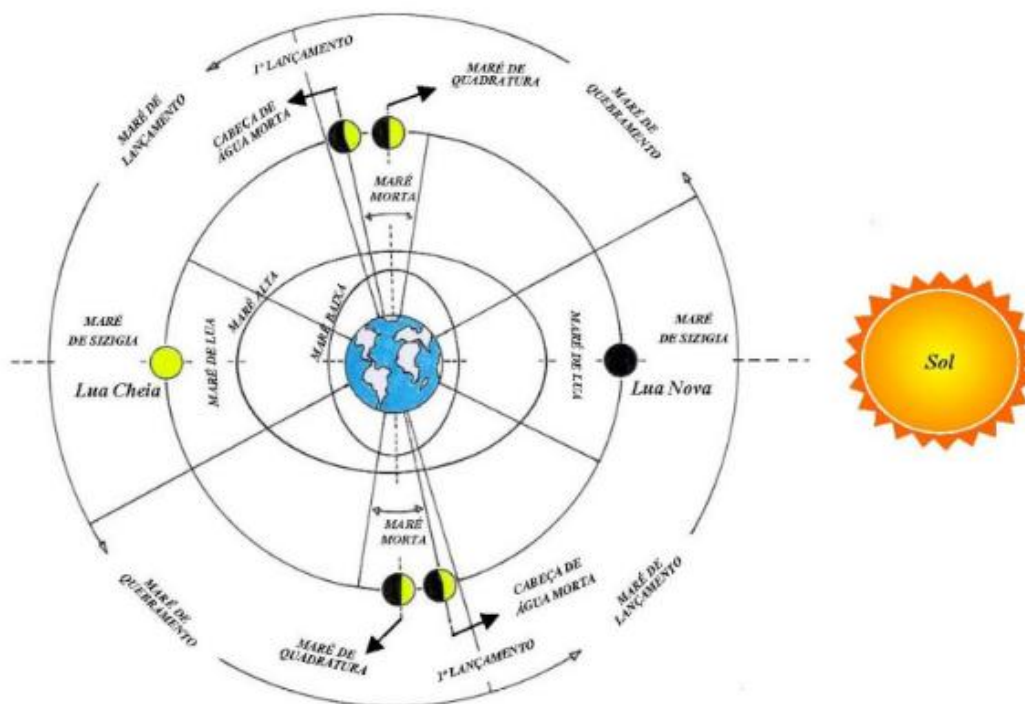


Figura 38 – Variações da maré associadas ao ciclo lunar. Fonte: Nishida *et al* (2006).

Na comunidade quilombola e pesqueira de Conceição de Salinas (BA) a nomeação das variações da maré são semelhantes aos contextos anteriores. A “maré grande” também é o melhor momento para a pesca e mariscagem, pois garante uma maior diversidade e abundância de pescados e um tempo de trabalho maior, visto que a maré permanece baixa por mais tempo (Sacramento, 2019). O ápice da “maré grande” é chamado de “cabeça d’água”, que é

o estágio crescente que se apresenta a partir do terceiro e quarto dia do período da maré grande. Trata-se da maior maré do período da maré boa e que sinaliza o abrir lugar para a maré igual. Na sequência, a maré quebra para iniciar um novo ciclo decrescente, o ciclo da maré pequena. Na cabeça d’água a maré de luta por sustento é mais intensa (Sacramento, 2019, p. 165).

A “maré pequena” faz oposição à “maré grande”, configurando um período pouco propício para a pesca. A “maré morta” também aparece no contexto dos pescadores e marisqueiras de Conceição de Salinas e “tem raiz na maré pequena, mas se destaca por ausência de energias/força da lua e/ou do vento que possibilite o movimento de subir e descer das águas em uma velocidade considerada normal” (p. 168). No entanto, a

militante-pesquisadora, como a autora se autointitula, chama a atenção para a importância destas marés, pois elas garantem o descanso das espécies e também para que possam se reproduzir. Nesse sentido, o conhecimento local sobre a relação do ciclo lunar com as marés e com os animais marinhos é também uma forma de proteção das espécies, podendo auxiliar na determinação das épocas de defeso, algo que é discutido por Nishida *et al.* (2006).

As marés de transição são nomeadas em Conceição de Salinas (BA) de forma similar ao contexto dos estuários do rio Mamanguape e do rio Paraíba do Norte (PR). Enquanto a “maré de lançamento” anuncia a chegada da “maré grande”, quando a maré “quebra” está sinalizando o início da “maré pequena”, o que na Paraíba é chamado de “maré que quebramento”.

Outro ponto relevante quanto à relação da dimensão do tempo com a prática da mariscagem e os mariscos é as estações do ano. Em uma das primeiras conversas que tive com Jaisa sobre a pesquisa, ela me disse que a melhor época para pegar mariscos era durante os meses de junho, julho e agosto, no período do inverno. Quando perguntei porquê, ela disse; “aí precisa ver com as marisqueiras”. Conversando certo dia com Leninha no barco da comunidade, ela me explicou que no verão os mariscos ficam mais expostos ao calor e ao sol e por esse motivo, morrem mais facilmente. Janaína também me disse em uma de nossas conversas que os mariscos não sobrevivem na areia pois ela esquenta mais rápido que a lama, por isso preferem este tipo de solo. Dessa maneira, o “temperamento dos mariscos” é afinado a temperaturas mais amenas, o que explica eles se abrirem tão facilmente no momento da fervura.

Outro fator negativo para os mariscos e as marisqueiras do Saco do Céu no verão é excessivo trânsito de embarcações de turismo. Além de levarem areia até a costa, cobrindo a lama e os mariscos conforme discutido na Seção 2 da Parte I da dissertação, a água do mar também fica muito suja de óleo e esgoto. O Coqueiro Verde, por exemplo, a maior pousada-restaurante do Saco do Céu, não possui tratamento de esgoto, que é todo depositado no mar.

Na tabela abaixo, sistematizo as espécies de moluscos e crustáceos que as marisqueiras me apresentaram, seja por meio da prática ou durante uma conversa. Como demonstrado ao longo das seções, acompanhei a coleta e beneficiamento apenas do *marisco*, do *macaquinho (a)* e de *siris*, sendo um destes chamado pelas marisqueiras especificamente de *siri candeia*. A coleta dos dois primeiros é protagonizada

exclusivamente pelas mulheres, acompanhada ou não de suas crianças, enquanto os segundos, por sua vez, também têm participação dos homens da família. As informações da última coluna da tabela são dados que aprendi na convivência com as marisqueiras. Já os nomes científicos e as espécies daqueles que foram identificados, realizei a consulta nas seguintes fontes: Conquiliologistas do Brasil (2025) e Guia Ilustrado de Moluscos do Litoral Oeste Potiguar (2014) para os moluscos e Livro Vermelho de Crustáceos do Brasil (2016), Oshiro (1999) e Sales (2022) para os crustáceos. Os campos em branco assim estão pois não consegui identificar os nomes científicos.

Tabela 2 – Moluscos e crustáceos coletados no Saco do Céu

Nome local	Nome científico	Tipo de Espécie	Dados
<i>Marisco</i>	<u>Anomalocardia brasiliana</u>	Molusco Bivalvia	Muito abundante no Saco do Céu e o mais coletado. Encontrado sob a lama e na beira do mangue na maré baixa. Conhecido popularmente como vôngole ou berbigão.
<i>Macaquinho / Macaquinha</i>		Molusco Bivalvia	Concha preta, semelhante ao mexilhão, mas menor. Encontrado sob a lama e dentro do mangue na maré baixa.
<i>Mijão / Papa Limão</i>	<u>Dalocardia muricata</u>	Molusco Bivalvia	Esguicha água por isso “mijão”. Usada antigamente para ralar coco.
<i>Tarioba</i>	<u>Iphigennia brasiliana</u>	Molusco Bivalvia	Carne semelhante à vulva.
<i>Preguaí ou praguaí</i>	<u>Strombus pugilis</u>	Molusco Gastropoda	Abundante quando <i>ronca trovada</i> . Encontrado na areia.
<i>Siri</i>	<u>Callinectes danae</u>	Crustáceo	Pernas azuis. Encontrado sobre a lama e submerso em águas rasas na maré cheia.
<i>Siri candeia</i>	<u>Achelous spinimanus</u>	Crustáceo	Coloração marrom. Encontrado sobre a lama e submerso em águas rasas na maré cheia.
<i>Goiá / Guaiá</i>	<u>Menippe nodifrons</u>	Crustáceo	Sai da toca quando se assovia. Coloração marrom. Encontrado na costeira.
<i>Santola</i>		Crustáceo	Coloração roxa. Encontrado na costeira.
<i>Chave</i>	<u>Macrocypraea zebra</u>	Molusco Gastropoda	Concha marrom com desenhos em sua superfície. Encontrado na costeira.
<i>Caracol</i>		Molusco Gastropoda	Encontrado nas rochas.

Na próxima e última seção, busco fazer uma síntese das seções anteriores e aprofundar na perspectiva ontológica das marisqueiras do Saco do Céu. Inspirada no conceito de “composição-terra” de Borges (2020), proponho a noção de composição-lama das marisqueiras em oposição à composição-plantation representada pela ontologia dos grandes empreendimentos turísticos e privados à beira-mar.

Seção 4: Composição-lama

Nesta segunda parte do trabalho, parti dos quintais das mulheres pois entendo que eles são extensões de suas casas, todos dispondo de cultivos variados para alimentação, temperos, cuidados medicinais e/ou ornamentação, marcando a relação das mesmas com a terra. Ao mesmo tempo, estes quintais também são extensões da praia e do manguezal. Vivenciando a prática da coleta de moluscos e crustáceos, percebi que estes espaços estão conectados em um fio nada linear que une a captura, que ocorre no manguezal e na costeira; o beneficiamento, que acontece nos quintais; e o armazenamento e consumo e/ou comercialização, que se processa dentro de suas casas, em suas cozinhas. No caso da coleta de mariscos, em particular, as mulheres são protagonistas de todo o processo, sem intermediários. Além disso, estes processos ocorrem em um contexto familiar que envolve relações de afeto e parentesco onde trabalho e vida não se separam. Isto é perceptível em todos os quintais que visitei, seja o de Fatinha, de Joana, de Mané, de Janaína e de Jandira. Não por acaso, Fatinha assim descreve a mariscagem:

É bom, uma terapia. Trazemos as crianças, elas brincam, ficam com a roupa e os cabelos cheios de lama. Trabalhamos com nossos filhos perto da gente. O marido passa lá embaixo, ‘o vem aqui pegar o balde’. A gente sobe para casa e ainda leva a lenha. Dá banho nas crianças, cozinha o marisco, tira a carne. Tem gente que não valoriza. (Leonardo, Maria de Fátima. Hadama *et al.*, 2024, p. 21-22)

“Trabalhar com os filhos perto da gente” é uma das vantagens mais repetidas pelas marisqueiras. Tendo algumas delas já trabalhado em restaurante ou pousada, ou então acompanhado familiares e amigas nestes empregos, sabem que o tempo de trabalho dedicado aos tentáculos da plantation à beira-mar significa menos tempo dedicado à criação, convivência e cuidado de suas crianças. Em umas das manhãs que marisquei com

Toca, após cumprimentarmos sua irmã indo trabalhar no restaurante, conversamos brevemente sobre as vantagens de se trabalhar na mariscagem. Além de ter as crianças por perto, a mariscagem permite uma gestão do tempo feita pelas próprias marisqueiras em associação com a maré, e não por um superior extrator. Como disse Eliete Paraguaçu (Ilha de Maré, BA): “É o mar que determina meu trabalho. Eu não tenho patrão. Eu adoro dizer isso: ‘eu não tenho patrão’. Quem determina é a maré. É ela que diz a hora que eu vou e a hora que eu volto” (Mulheres das Águas, 2016).

Além de determinar o ritmo do trabalho, a maré também não discrimina corpos. Ramirez (2024), ao investigar a relação entre deficiência, ruralidade e campesinato, mostra como o corpo com deficiência no contexto agrário é lido como improdutivo. A terra, por outro lado, não absorve as distinções hierárquicas criadas pelos seres humanos: ela acolhe todos os corpos pois “tudo é um e tudo é parente” (LIEFERS, *et al.*, 2021 *apud* Ramirez, 2024, tradução do Google). Todas as marisqueiras mais velhas com quem conversei ao longo da pesquisa possuem alguma deficiência adquirida, como é o caso de Fatinha e Janaína, a primeira que teve um AVC e a segunda um aneurisma; ou alguma limitação física gerada por adoecimentos que estiveram ou estão em tratamento, como a coluna e o joelho de Joana, as mãos de Mané ou mesmo o braço de Leninha. No entanto, elas adaptam seus corpos para as atividades domésticas, para a criação das crianças e também para a prática da mariscagem quando a realizam.

Por outro lado, no contexto das desigualdades de gênero que atravessam nossas relações, a mariscagem ainda representa um espaço de sociabilidade feminina, em que as mulheres podem conversar sobre questões que as afetam mutuamente, criando um espaço íntimo de desabafos, risos e brincadeiras. O bem-estar gerado pela prática, que é descrito por Fatinha como uma “terapia”, é reflexo disso. Sua amiga Tereza, mãe de Queila, dizia, por exemplo, que a mariscagem era seu “Rivotril”.⁹² Ou quando Mané diz que, se dependesse dela, mariscava o dia inteiro. Convivendo com as marisqueiras do Saco do Céu e suas “comadres” (Machado, 2019), percebo que é unânime entre elas o quanto a prática representa um lugar positivo emocionalmente para elas, o que também aparece em outros trabalhos (Machado, 2019; Castro, 2019; Rocha, 2024).

⁹² Nome comercial do clonazepam, medicamento que age sobre o sistema nervoso central, reduzindo rapidamente os sintomas de tensão e a ansiedade.

Cleomar Ribeiro da Rocha (2024), liderança quilombola e pescadora do Quilombo do Cumbe, no Ceará, ao denunciar os impactos que a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro) provocou em sua comunidade, demonstra a relação de cuidado mútuo entre ela e o manguezal:

Era o meu autocuidado: trabalhar na maré, ver as marés, a cheia, a seca. Nós temos os processos dentro dos territórios, somos cuidadas, até para trabalhar! **O manguezal cuida, cuida de nós.** No trabalho, não sentimos que estamos trabalhando, nós sentimos cuidadas. Dali, a gente leva o alimento. Tive que sair [para luta] para fazer esse papel do cuidado. (Rocha, 2024, p. 121, grifo meu)

Tendo seu acesso ao território restringido e ao vê-lo sendo invadido e degradado não só pela carcinicultura, mas também pelas usinas eólicas, Cleomar não pode ser mais cuidada e diz sofrer e adoecer pois, nas suas palavras, “nós somos o território, essa dor está em nós” (p. 121). Dessa maneira, cuidar do território também é autocuidado, pois preserva uma parte de si que está vinculada a ele. Quando os empreendimentos turísticos destroem as áreas de manguezais, estão também soterrando uma parte da vida das marisqueiras do Saco do Céu, além de um fragmento de suas histórias, seus conhecimentos, suas ancestralidades. Assim como o conservacionismo seletivo também o fez ao cercar e restringir o acesso à terra e à floresta. O manguezal não significa para elas apenas uma fonte de alimento e renda, mas de bem-estar, fonte de energia vital.

Um conceito interessante nesse sentido é o de corpo-território, desenvolvida pelo feminismo indígena latino-americano. Ele mostra que as mulheres indígenas, ao se embrenharem na luta pelos seus territórios e pela proteção de seus corpos, inclusive da violência misógina, levam para estes espaços de luta suas próprias ontologias. Nas palavras de Ulloa (2021):

(...) as ações coletivas dos povos indígenas na defesa territorial contra o extrativismo tornaram visível a relação corpo-território, o que implicou um posicionamento político que responde a diversas ontologias e epistemologias em torno do ser, do existir e do sentir com e no território (p. 39, tradução pelo Google Tradutor).

Esta noção pode também ser articulada em outros contextos, como no caso das

mulheres caíças e marisqueiras do Saco do Céu ao enfrentarem o avanço da plantation à beira-mar. Um exemplo nesse sentido é a construção de roteiros de turismo que partam de suas próprias realidades e que são conduzidos por eles, como é o caso do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido pela AMPEE. Todos são acompanhados por guias de turismo locais, que conhecem o espaço e as histórias de suas comunidades.⁹³ Além dos guias, há também o envolvimento de *mestres* e *mestras* da comunidade, geralmente artesãos e artesãs, mestres da culinária local, além dos próprios pescadores e marisqueiras, que participam compartilhando conhecimentos, guiando uma vivência ou mesmo oferecendo almoço ou café-da-manhã. Os roteiros são pagos e todos os moradores que participam recebem uma contribuição, que é repassada pela Associação.

No entendimento da diretoria da AMPEE, o Turismo de Base Comunitária (TBC) não é somente uma fonte de renda, mas um instrumento de luta e permanência no território.⁹⁴ Diante da presença inevitável do turismo, esta é uma forma de dar visibilidade a seus modos de vida usando a “arma” do inimigo. Dessa maneira, elas subvertem a lógica extrativista do turismo convencional e empresarial, pois valorizam as práticas e conhecimentos locais e fazem a gestão autônoma dos roteiros por meio de uma entidade coletiva, representativa dos moradores, pescadores, pescadoras e marisqueiras.

⁹³ Digo “suas comunidades”, no plural, pois dois roteiros ocorrem no Saco do Céu, um na Praia de Fora e outro em Freguesia de Santana, envolvendo moradores das respectivas comunidades.

⁹⁴ A principal referência da AMPEE para os roteiros é a Rede Nhandereko, frente de Turismo de Base Comunitária (TBC) do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).



Figura 39 - Roteiro de mariscagem da AMPEE. Flyer Digital.

No caso do roteiro de mariscagem, como pode ser visto acima, a apresentação afirma o Saco do Céu como uma vila de pescadores e marisqueiras, dando destaque para o mangue e os conhecimentos das marisqueiras sobre as marés. A praia onde o banho de mar ocorre é chamada pelo seu nome local, que é praia da Aguada e não praia do Amor, como foi batizada pelo turismo extrativista. O almoço anunciado, por sua vez, é servido em um restaurante caçara local e o prato feito com os próprios mariscos coletados: macarrão com vôngole. Dessa maneira, dialogando com Ulloa (2021), podemos dizer que esta forma de conduzir roteiros turísticos, que tem a participação da maioria das marisqueiras que visitei, dentre outras, é também um posicionamento político alinhado às ontologias destas mulheres.

Outro exemplo nesse sentido, entendendo a universidade e a pesquisa também como um espaço político, é a autoetnografia coletiva de Sacramento (2019). A autora desenvolve uma metodologia de pesquisa intitulada “com os pés na lama e o corpo imerso nas águas”, fruto de seu vínculo ancestral com o Quilombo Conceição de Salinas (BA), comunidade pesqueira e quilombola que “tem tempos e modos de vida próprios” (p. 35). Usando recorrentemente metáforas relativas à tradição pesqueira que estruturam seu trabalho - a exemplo dos capítulos de sua dissertação que são divididas em Maré de Lançamentos I, II, III e IV - também subverte as epistemologias consolidadas na academia e cria a sua própria, alinhada à ontologia do seu lugar de origem.

Nesse sentido, as mulheres indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadoras, marisqueiras, entre outras, nos ensinam sobre outras formas de ser, de viver, de lutar e até mesmo de fazer pesquisa, profundamente associadas aos seus ambientes, este composto não só de seres humanos, mas também de seres não humanos. Sendo assim, essas mulheres são o território e o território faz parte delas. No caso específico das mulheres marisqueiras, isto se manifesta na relação delas com o mar, a maré, o mangue, a lama, a terra, a floresta, os mariscos, os caranguejos, os siris, os peixes, a lua, o sol, as estrelas e muitos outros seres não humanos, animados e inanimados, com os quais elas estão entrosadas.

A lama do mangue tem uma importância particular. Em sua etnografia acerca da lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA), Lucas Coelho Pereira (2021) mostra como a imagem do mangue e o solo lodoso a ele associado foi construída pela literatura brasileira como um lugar abjeto e de miséria. Um exemplo nesse sentido é o romance “Homens e Caranguejos” (Castro, 1967 *apud* Pereira, 2021), obra de um escritor recifense que utiliza a estética da fome para falar dos manguezais e das pessoas que vivem nele e dele. Em sua perspectiva, o conjunto mangue-lama seria um lugar precário e sujo, feito para os caranguejos, e os homens (usado aqui em seu sentido universalizante, apagando a existência das mulheres) associados a eles, caranguejos também se tornariam, desumanizando-os. Outro exemplo trazido pelo autor é a visão das empresas de carcinicultura sobre este mesmo ambiente:

Melo (2016) analisa o olhar dos carcinicultores para o manguezal. Na narrativa dos empreendedores, o mangue é descrito como um lugar fétido, podre, insalubre e incapaz de proporcionar uma vida digna para

quem quer se seja. As empresas aparecem como grande salvação, bastião do desenvolvimento e quase redenção frente a uma vida miserável, degradante e desumanizadora. Apenas a ‘elevação’ à condição de ‘trabalhadores’ poderia livrar marisqueiros, catadores de caranguejo e demais povos extrativistas da situação de sub-humanidade imposta pela lama (Pereira, 2021, p. 18).

Na Introdução, comentei sobre como os jovens estudantes do Saco do Céu que estudam no Abraão sofrem com preconceito e discriminações, por serem associados a um lugar lamacento, reforçando este estereótipo. Nesse sentido, vemos que a semiótica negativa do mangue e da lama ganhou alicerce no imaginário social brasileiro, justificando, por sua vez, o alicerce de empreendimentos privados nesses territórios como salvadores daqueles que nestes ambientes vivem. O que vemos, no entanto, é que são estas empresas e empresários - pautando-se em um olhar colonizador sobre o outro, como é típico da plantation - que desumaniza aqueles e aquelas que vivem entrelaçados à lama e ao mangue ao destruir seus ambientes, seus modos de vida e empurrá-los para os empregos precários oferecidos por estes mesmos empresários.

Ao recusarem estes empregos, manterem seu modo de vida envolvido na lama e protegerem seu corpo-território, as mulheres marisqueiras resistem à zumbificação, ou seja, à transformação dos corpos em dóceis e rentáveis pela e para a plantation, esvaziando-os de sua longa história (Borges, 2020). Evidentemente, esse processo de zumbificação não é totalizante, havendo, mesmo dentro da plantation, manifestações de desobediência a ela e de uso estratégico de seus tentáculos. Não como zumbi, mas como Zumbi dos Palmares, que vira o conceito do avesso e promove o aquilombamento.⁹⁵ No entanto, há limites, e a transformação de pessoas em mortos-vivos pela plantation é persistente. Marcos Vinícius também compartilhou, certa vez, como se sentia incomodado quando trabalhava no turismo extrativista, pois ninguém estava interessado nas histórias do seu lugar, mas somente na paisagem e nas fotos.

Borges (2020) traz a história de Bongwiwe⁹⁶, jovem sul-africana e de origem rural para explicar os processos de zumbificação, por um lado, e de desembruxamento, por

⁹⁵ O caso de Marcos Vinícius trazido anteriormente, que se organizou com os funcionários do restaurante para receber os 10%, é um exemplo disso. Outro, são os moradores e moradoras que trabalham esporadicamente nestes empregos, sobretudo na alta temporada, para juntarem dinheiro e investirem na qualidade de vida de suas famílias.

⁹⁶ Neta de Mangaliso Khubeka, importante liderança do *Landless Peoples Movement* (Movimento dos Povos Sem Terra) em Kwazulu-Natal.

outro. Ao entrar na Universidade de Joanesburgo e começar a trabalhar em uma companhia aérea como comissária de bordo, encontrou barreiras para realizar suas obrigações rituais com seus ancestrais em sua terra de origem, o que exigia licenças periódicas tanto dos estudos, quanto do trabalho. No entanto, nenhuma das instituições aceitaram estas condições, fazendo com que ela as abandonasse. Em conversa com Antonádia, assim ela disse: “na cidade não havia espaço para pessoas, somente para zumbis” (Bongiwe *apud* Borges, 2020, p. 9). Dessa maneira, ao recusar esse processo de zumbificação, a jovem teria passado por um processo de desembruxamento / de aquilombamento que condiz com a afirmação de sua composição-terra (Borges, 2020).

Ainda na perspectiva da autora, a afirmação da composição-terra e a recusa da composição-plantation⁹⁷ reflete uma ontologia combativa, conceito desenvolvido pelo antropólogo sul-africano Archie Mafeje. Segundo o autor, a ontologia combativa refere-se a uma interlocução autêntica que interpela e desfaz a dualidade Eu e Outro, dissolvendo um conceito clássico da Antropologia: a alteridade. Essa proposta analítica tem o potencial de “reconhecer a validade e a inteligibilidade de toda experiência, a despeito de um referencial, um olhar, uma lógica ou uma apreciação que lhe sejam exteriores” (Borges *et al.*, 2015, p. 363). Trata-se, portanto, de uma crítica à forma colonial de produção de conhecimento, e conforme discute Borges (2020), também às formas de ser e de viver dentro e a partir da plantation, não importa o lugar no qual ela se manifeste (na terra, no mar ou na universidade).

Vinculadas ao seu território ancestral e projetando uma vida fora da lógica do capital, as marisqueiras do Saco do Céu também se opõem às ontologias colonialistas e capitalistas que sustentam a plantation à beira-mar, reforçando suas composições-terra, ou melhor, suas composições-lama. Seus pés estão afundados na lama assim como a raiz do mangue que o sustenta, lama esta que se espalha pelos seus corpos: joelhos, mãos, roupas e cabelos, como aparece em diversos momentos ao longo da narrativa. Uma lama que, ao contrário do que muitos descrevem equivocadamente, é um lugar de vida e diversidade. Machado e Belaunde (2024) assim definem a lama/barro:

⁹⁷ Segundo Borges (2020), a composição-plantation existe enquanto “predadora de um Outro constituído para fins de perpetuação dos próprios meios de produção - que se tornam inquestionáveis - e sua principal mercadoria (...)” (p. 3). No contexto deste trabalho, esse “Outro” seria justamente as mulheres, jovens e negros, caçaras ou migrantes, que tem sua força-de-trabalho explorada para a reprodução do turismo extrativista e do lucro dos empresários do setor.

A lama/barro existe na transição entre os estados sólido e líquido, bem como entre os estados de decomposição, limpeza e sujeira, uma vez que a dinâmica da mistura desses elementos gera processos de compostagem, ou seja, a regeneração da fertilidade do solo através da proliferação de múltiplas vidas orgânicas. Lama é solo vivo, composto e compostagem (p. 2).

A lama sustenta uma diversidade de vidas que só existe no ecossistema do manguezal, classificado como de alta complexidade biológica. Este solo, que tem em sua composição uma mistura de terra, água doce e salgada, realiza uma ciclagem de nutrientes por meio da morte de folhas, troncos e animais, fornecendo nutrientes para que outros organismos possam se desenvolver, principalmente aqueles que estão nas primeiras fases de vida, como larvas de peixes e crustáceos. Por isso os manguezais são chamados de “berçários”, pois permitem a procriação e a criação de diferentes espécies. Os mariscos também fazem parte dos animais beneficiados por essa ciclagem, esses que, por sua vez, filtram a água (Zhao e Wu, 2024). Nesse sentido, a lama e o mangue realizam um processo de adubação dos oceanos.⁹⁸

Com seus corpos próximos à lama, as marisqueiras também fazem parte deste composto fértil, junto às crianças que neste composto são criadas. Por ser um solo pouco oxigenado (Machado e Belaunde, 2024) ao ser remexido pelas marisqueiras, possibilita trocas gasosas entre os seres que vivem nesse solo e o ar. Assim como os caranguejos ao construírem suas tocas embaixo do solo ou os pneumatóforos (raízes dos mangue-preto e mangue-branco) ao romperem a lama para manterem o mangue vivo.⁹⁹ Dessa maneira, as marisqueiras, os crustáceos, os moluscos e o mangue formam uma rede de associações que mantém o manguezal vivo e fértil, ecossistema este que tem um papel poderoso para o combate às mudanças climáticas, visto a sua alta capacidade de absorção de carbono (Dahdouh-Guebas et al., 2020 *apud* Machado e Belaunde, 2024). Estima-se que um hectare de manguezal no Brasil pode armazenar entre duas ou quatro vezes mais carbono do que um mesmo hectare de outro bioma, e por esse motivo, vem sendo chamado de “carbono azul” (Escobar, 2023).

⁹⁸ Estas informações foram consultadas na entrevista com o pesquisador Régis Augusto Pescinell (Unesp), disponível em InforMar (2019).

⁹⁹ Agradeço à Renata Machado por trazer à tona esta perspectiva ecológica na Qualificação de Mestrado e que ainda está incipiente em meu trabalho, mas que pretendo aprofundar em pesquisas futuras.

Considerações Finais

A areia branca e fina, geralmente buscada pelos turistas, é também um solo com pouca diversidade biológica, terreno em que o marisco não resiste, falece. O Saco do Céu, por sua vez, tem uma paisagem diferente. A lama preta e densa compõe a região costeira, juntamente com o mangue que tem suas raízes fincadas na lama, acostumado com águas salobras e os movimentos das marés. Além disso, é uma comunidade bastante povoada e onde vivem famílias que estabelecem relações com a terra, a lama, o mangue e a maré, como vimos no decorrer do texto. No encontro entre a terra e as águas doce e salgada que constitui a lama, existem lógicas de vida diversas que inclui humanos e não humanos em constante interação. No entanto, nas últimas décadas, essa lama vem sendo sobreposta por areia e cimento - um produto industrial cinza que embranquece ao sufocar a terra e a lama.

A região costeira da parte continental de Angra dos Reis e a Vila do Abraão, na Ilha Grande, são recorrentemente reconhecidos por outras praias como um presente que não se quer futuro para seus lugares. Os aterros, os condomínios e hotéis, o trânsito de embarcações (com turistas e petróleo), o sumiço do marisco, o trabalho precarizado: o “desenvolvimento” que as comunidades pesqueiras e caiçaras não querem para si, movidos pela especulação imobiliária e o turismo extrativista. Ao mesmo tempo, um presente-futuro que se conecta com um passado que também promoveu destruições escalares, ao sequestrar pessoas de várias partes do continente africano e submetê-las a um regime de trabalho escravo nas plantações em todo o continente americano, incluindo o Brasil e a Ilha Grande, que estão ligados a África pelas águas do Oceano Atlântico.¹⁰⁰ “Da diáspora negra ao território das águas”, título da dissertação de mestrado de Elionice Sacramento, publicada posteriormente como livro, diz muito sobre os elos entre este passado-presente-futuro.

Aliás, este passado da Ilha Grande e particularmente do Saco do Céu requer uma atenção mais detida de pesquisas arqueológicas e historiográficas. O presente trabalho traz algumas pistas e referências, mas não aprofunda por não ser o seu objetivo, abrindo caminhos para novas pesquisas que busquem tratar do assunto. O que se quis destacar aqui, a partir de fontes bibliográficas e do trabalho de campo, é a presença das ancestralidades africana e indígena no modo de vida desta comunidade caiçara e

¹⁰⁰ Lembrou-me o diálogo entre o jovem moçambicano Kindzu e seu amigo indiano Surendra, personagens do livro de Mia Couto (1992), em que afirmam serem eles, “os da costa”, habitantes não de um continente, mas de um oceano; no caso deles, o Oceano Índico.

pesqueira, constituindo o que chamamos de aquilombamento caiçara, este sim objeto de pesquisa desta dissertação. Convivendo com as marisqueiras do Saco do Céu e suas famílias, que me ensinaram sobre seus modos de ser e de viver, entendi que estes se definem pelas temporalidades da maré, pelos seus quintais, pela dinâmica familiar e pelo entrosamento com os moluscos, crustáceos e peixes que dividem com elas e eles este pedaço de chão - meio terra, meio areia, meio lama, meio água.

O que se argumenta neste trabalho é que a ontologia das marisqueiras do Saco do Céu e suas famílias é incompatível com o modo de funcionamento da plantation à beira-mar, pois possuem formas de se relacionar com o tempo, o espaço e os seres que habitam este lugar de formas completamente distintas. Isto é perceptível na preocupação de Mané com os animais diante do barulho dos helicópteros e no regime de trabalho no turismo que não permite a Rosilene dedicar-se à mariscagem, por exemplo. Outros exemplos trazidos ao longo do texto são o excesso de iluminação das pousadas que impede a visualização das estrelas (no céu e no mar); nos aterramentos de propriedades que acabam com espécies de mangue e diminuem a disponibilidade (e diversidade) de mariscos; nas legislações ambientais que são definidas sem a consulta e participação das pessoas que vivem em suas áreas de abrangência; entre muitas outras.

Enquanto a plantation à beira-mar é monótona e promove interdições, expulsões, desmatamentos, aterramentos, cercamentos e exploração de corpos - geralmente negros, femininos e jovens - para acumulação de capital e desfrute de endinheirados, as mulheres marisqueiras do Saco do Céu são diversas e constroem quintais integrados com seus familiares, o mangue e a praia, sem muros; usam a terra para plantar e colher, assim como o mar, a lama, a areia e a costeira que também são fontes de alimento e renda; seus corpos são adaptados a esse ambiente, cada uma a seu modo, em um regime de trabalho e vida geridos por elas em associação com a maré. Vê-se que são formas de existir ontologicamente opostas, em que a primeira se sobrepõe à segunda, como a areia que aterra a lama, enquanto esta resiste. A plantation é somente areia: mono e branca; o aquilombamento caiçara é também lama: diversa e preta.

Esta pesquisa está incompleta. Ela possui lacunas e “pontas soltas” para serem puxadas por novas pesquisas, como é o caso da questão fundiária do Saco do Céu. Embora tenha discutido o tema na Seção 3 da Parte I do trabalho, o mesmo necessita de uma pesquisa aprofundada que envolva mais consultas em arquivos e aos moradores e moradoras. Esta é uma demanda da comunidade sempre marcada a mim por Queila, que

diz: “do que adianta termos projetos para isso ou aquilo se não temos regularização fundiária?”. Sem segurança fundiária o quilombamento caiçara não dorme tranquilo. Uma das expectativas de Queila em relação a este trabalho de dissertação, aliás, é que ele seja utilizado como ferramenta de luta em processos de regularização fundiária e também para a construção de protocolos de consulta¹⁰¹, visto ser ele um registro daquilo que o Saco do Céu é: uma comunidade pesqueira e caiçara de ocupação ancestral, um quilombamento caiçara.

Outro ponto que merece maior atenção é o profundo conhecimento ecológico das mulheres marisqueiras do Saco do Céu - incluindo também a Praia de Fora, comunidade que não consegui alcançar -, que muito pode contribuir para o manejo das espécies e do manguezal, buscando protegê-los. O potencial de absorção de carbono dos manguezais sinalizada ao final da Seção 4 da Parte II do trabalho é um aceno para outro futuro possível, visto sua destruição. Conhecer o modo de ser e de viver destas mulheres e de suas famílias, ou seja, dos quilombamentos caiçaras, é aprender sobre outras sociabilidades entre humanos e não humanos em contexto de catástrofe ambiental, uma tentativa de “adiar o fim do mundo” (Krenak, 2020). Pretendo desenvolver esta abordagem no doutorado futuramente, como um desdobramento desta pesquisa e das relações que construí e continuo construindo com estas mulheres.

Por fim, é preciso reafirmar que esta pesquisa foi realizada a muitas mãos. Cada pessoa que dedicou seu tempo para me receber e dividir comigo o que sabe e o que pesquisa há muito mais tempo - seja com palavras, documentos ou o próprio corpo - fez ser possível esta etnografia. Todos estes encontros, aliás, muito acolhedores, sempre acompanhados de alguma refeição - o que é característico do Saco do Céu. A abordagem desta pesquisa, particularmente, teve uma influência central de minhas orientadoras de pesquisa, tanto da universidade quanto da beira do mar e do mangue. Espero que tenha conseguido garantir na escrita tudo aquilo que aprendemos juntos e juntas, pois enquanto educadora, não posso ver de outra maneira a pesquisa se não como um processo também educativo.

¹⁰¹ Protocolos de consulta são documentos construídos por povos e comunidades tradicionais fundamentados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece “a consulta prévia, livre e informada” às organizações desses povos e comunidades para qualquer medida legal ou administrativa que os afete.

REFERÊNCIAS

- BELISÁRIO, Gustavo. Café-com-leite, piques e gigantes: brincando no acampamento Canaã (MST – DF). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 255-283, maio/ago. 2021.
- BERNARDES, Júlio. Um “mamute” é descoberto no fundo do mar em ilha brasileira. **Jornal da USP**, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/um-mamute-e-descoberto-no-fundo-do-mar-em-ilha-brasileira/>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- BLANC, Guillaume. **The invention of Green Colonialism**. Polity Press. 2022.
- BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 29, p. 23-42, 2009.
- BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu** (40), pp. 197-227, jan.jun, 2013.
- BORGES, Antonádia; COSTA, Ana Carolina; BELISÁRIO, Gustavo; CIRNE, Michelle; LIMA, Natascha; VIANA, Talita; PATERNIANI, Stella. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 347-369, maio/ago. 2015.
- BORGES, Antonádia. Very Rural Background: Os Desafios da Constituição Terra da África do Sul e do Zimbábue à Chamada Educação Superior. **Revista de Antropologia**, v. 63, p. 1-30, 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.959, de 29 de julho de 2009. Aprova a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 3, 30 set. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso em: 31 jan. 2026.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018.
- BRASIL. Instrução Normativa Ibama nº 105, de 20 de julho de 2006. Estabelece regras de ordenamento pesqueiro para a extração de mexilhões Perna-perna em Águas de Domínio da União no Litoral Sudeste e Sul do Brasil. **Diário Oficial da União**, 24 jul. 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/monitoramento-da-aquicultura-e-da-pesca-1/declaracao-de-estoque/marinho/in_ibama_na_105_de_20_de_julho_2006.pdf Acesso em: 31 jan. 2026.

TERESA Gestão de Territórios e Saberes. **Cadê o marisco?** 2021. Vídeo online (23 min). Publicado por Nathalia Fogliati Piccirillo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nAQ9hkR8Pz4>. Acesso em 01 fev 2026.

CARDOSO, Neuseli; MACIEL, Alba Costa. **Cura, sabor e magia nos quintais da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023.

CARLINHOS DAS RESEX DE CANAVIEIRAS. **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

CASTRO, Érika Souza Vieira de. **Parceiras de maré**: uma etnografia sobre as pescadoras do Bom Jesus, Sergipe. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. 2019.

CBN GLOBO. **Ilha Grande, patrimônio mundial da Unesco, passará a ter Taxa de Turismo Sustentável**; entenda. Rio de Janeiro, RJ, 2025. Disponível em: <https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2025/11/19/ilha-grande-patrimonio-mundial-da-unesco-passara-a-ter-taxa-de-turismo-sustentavel-entenda.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2026.

CEZAR, Lilian, Theis, Rafaella. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ. **Revista de Antropologia**, v.63, n.3. 2020.

CONQUILIOLOGISTAS DO BRASIL. **Conchas Brasil**. São Paulo: Conquiliologistas do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://conchasbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

DIAZ, Vicente. No Island is an Island. Pp. 90-108. In: TEVES, Stephanie Nohelani; SMITH, Andrea; RAHEJA, MICHELLE H. **Native Studies Keywords**. University of Arizona Press, 2015.

DETTOGNI, Rafaela Duarte Paes. **Baianos na Vila do Abraão**: a rede social migratória sob a perspectiva de jovens migrantes. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; NOGARA, Paulo José Navajas. **O nosso lugar virou parque**: estudo socioambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e Mares Simbolismo e Imaginário**. 1 ed. [S.l.]: Editora HUCITEC-UPAUB, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

DOS SANTOS BRASIL, Ana Cláudia; GONÇALVES DA SILVA, Sérgio Henrique. Spatial distribution of Polychaeta in a soft-bottom community at Saco do Céu, Ilha Grande, Rio de Janeiro, Brazil. **Boletim de Ciências Marinhas**, University of Miami, v. 67, n. 1, p. 103-112, jul. 2000. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/umrsmas/bullmar/2000/00000067/00000001/art00010>. Acesso em: 20/10/2025.

ESCOBAR, Herton. Recheados de “carbono azul”, manguezais ganham destaque no combate às mudanças climáticas. Brasil de Fato, 7 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/07/recheados-de-carbono-azul-manguezais-ganham-destaque-no-combate-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

EXTRA GLOBO. Ilha Grande às vésperas do Réveillon: esgoto no mar assusta visitantes na Praia do Abraão. **Extra Globo**, 31 dez. 2025. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/noticia/2025/12/ilha-grande-as-vesperas-do-reveillon-esgoto-no-mar-assusta-visitantes-na-praia-do-abraao.ghhtml>. Acesso em: 31 jan. 2026.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FRANÇA Nascimento, Jéssica da Silva. 2022. **Soberania alimentar em maretórios: dinâmicas socioculturais nas marés e nos mangues e a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, Belém-PA: Universidade do Estado do Pará.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIPERJ. **Cerco fixo flutuante: uma arte de pesca sustentável**. Angra dos Reis: FIPERJ, 2018.

GENTE do mar – Damásio e Márcia (Coqueiro Verde), 2015. Vídeo online (10 min.). Publicado pelo Canal da Revista Náutica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KnKIC7ZLC1U>. Acesso em: 31 jan. 2026.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.

GOMES, Tatiana Dias. **Racismo Fundiário: A elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor**. CPT Bahia. Disponível em: <https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracaode-terras-no-brasil-tem-cor/>. Acesso em: 14 fev. 2026.

GRILLOT, Maria Cláudia Guimarães; VENTURA, Carlos Renato R.; SILVA, Sérgio Henrique Gonçalves. Spatial distribution of Bivalvia (Mollusca) in the soft-bottoms of Ilha Grande Bay, Rio de Janeiro, Brazil. **Revista Brasileira de Oceanografia**, v. 46, n. 1, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rboce/a/wr5CfpD78tbfJpcZVLfScCh/?lang=en>. Acesso em: 20 out 2025.

HADAMA, Amanda; ASSIS, Andreia; SANTOS, Jaísa; LARA, Queila (orgs.). **Narradores das estrelas: histórias de Ilha Grande**. 1. ed. Angra dos Reis: Lema Edições, 2024.

HARAWAY, Donna. **Fica com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições. 2023.

HARNEY, Stefano; Moten, Fred. **The Undercommons: Fugitive Planning & Black Study**. Introdução de Jack Halberstam. Wivenhoe; Nova York; Port Watson: Minor Compositions, 2013. 166 p.

HARTMANN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, Clara. PATERNIANI, Stella Z., ARIAS, André. **Pensamento negro radical: antologia de ensaios**. São Paulo: Crocodilo edições, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

LIMA, Paulo Victor Sousa; NASCIMENTO, Jessica da Silva França; LEIVA, Francisco Javier Araos. Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral do Pará, Brasil. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e96380, p. 67-91, maio de 2024.

LULA da Fonte (PP/PE). Altera a lei de concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, às coletoras de mariscos, crustáceos e moluscos. PL nº 596/2025. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2485064>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MACHADO, Renata Freitas. **As folhas vermelhas do mangue**: uma etnografia sobre os mortos, a morte e a maré (Matarandiba, BA). 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MACHADO, Renata Freitas; BELAUNDE, Luisa Elvira. Nos caminhos da lama: diálogos entre oleiras e marisqueiras através das fronteiras etnográficas sul-americanas. **Horizontes Antropológicos**, v. 67, USP, 2024.

MACHADO, Lia Osório. **Angra dos Reis**: por que olhar para o passado? Diagnóstico socioambiental do município de Angra dos Reis. Rio de Janeiro: Convênio FURNAS-UFRJ, 1995.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MARQUES, Ana Claudia. Comerford, John. O engenho etnográfico. Apresentação. In: Palmeira, Moacir; Castro, Elisa Guaraná de; Laguens, João (org.). **Uma etnografia retrospectiva: escritos de Moacir Palmeira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2025.

MÁXIMO, Jaqueline. **Cadê o marisco que estava aqui?**: histórias do cotidiano e o impacto do sumiço do marisco na vida das marisqueiras da Tararaca, Angra dos Reis/RJ, Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Territórios e Saberes) – Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2023.

MENDONÇA, Teresa Cristina. **Que paraíso é esse?**: a turismização da Ilha Grande. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. In: MASP; AFTERALL. **Arte e descolonização**. São Paulo: MASP, 2020.

MULHERES caiçaras e as Unidades de Conservação - Araçatiba, Ilha Grande – Angra dos Reis, RJ. Vídeo online (10 min). Publicado no canal Lafé Produções Audiovisuais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aURG7hyapl0&t=391s>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MULHERES das águas, 2016. Vídeo online (32 min.). Publicado pelo canal VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8>. Acesso em: 31 jan. 2026.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. “Quilombos”: mudança social e conservantismo? In: UCPA [União dos Coletivos Pan-Africanistas]. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018. Pp. 66-79

NISHIDA, Alberto K., NORDI, Nivaldo; ALVES, Rômulo RN. The lunar-tide cycle viewed by crustacean and mollusc gatherers in the State of Paraíba, Northeast Brazil and their influence in collection attitudes. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** (2:1), 2006.

NUZA, Darli Pereira. **Entre Feiras**: Uma poética sobre feiras e o mercado de arte e tecnologia. 2019. f. Tese (Doutorado em Arte) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019

O ECOSSISTEMA Manguezal. 2019. Vídeo online (8 min). Publicado pelo canal InforMar Ubatuba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=czHVzcbQ8H8>
Acessoem: 31 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989.

OSHIRO, Lúcia Miyako Yoshii. Aspectos reprodutivos do caranguejo guaiá, *Menippe nodifrons* Stimpson (Crustacea, Decapoda, Xanthidae) da Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 16, n. 3, p. 827–834, 1999.

ROCHA, Cleomar Ribeiro da. A carnicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna. In: PAIM, Elisângela; FURTADO, Fabrina. **Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Rosa Luxemburgo e Editora Funilaria. 2024.

RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202133pt, 2021.

PAIXÃO, Carolina Franco. **A educação ambiental a serviço dos povos e comunidades tradicionais**: conflitos territoriais e ambientais em Angra dos Reis/RJ. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. **Estudos: Sociedade & Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30 (2), p. 1-25, jul./dez. 2022.

PEREIRA DOMINICI, T.; FERREIRA RANGEL, M. Utilizando conceitos de patrimônio como uma estratégia de proteção do direito à luz das estrelas. **Museologia e Patrimônio**, v. 10, n. 1, 2017.

PEREIRA, Lucas Coelho. **Maré de Lua** - Capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA). 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PETROBRÁS. Etapa 4. Comunicação Bacia de Santos. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos/etapa-4> . Acesso em: 31 jan. 2026.

PINHEIRO, Marcelo Antonio Amaro; BOOS, Harry (org.). **Livro vermelho dos crustáceos do Brasil: avaliação 2010–2014**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Carcinologia, 2016. 466 p.

PRADO, Rosane Manhães. Espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224, out. 2003.

PRADO, Rosane Manhães. Depois que entrou o “Imbamba”: percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. (Coleção Ilha Grande).

PRADO, Rosane Manhães; CATÃO, Helena. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de Unidade de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 83-93, 2010.

PREFEITURA Municipal de Angra dos Reis. TurisAngra divulga balanço da alta temporada. **Portal da Prefeitura de Angra dos Reis**, 28 mar. 2023. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=65467&IndexSigla=imp. Acesso em: 31 jan. 2026.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RAMIREZ, Yeison Andres. **Relatos desde las cercas: Un estudio sobre Discapacidad, Ruralidad y Campesinado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RECORD. Paula Varejão aprende a coletar vôngoles em Ilha Grande (RJ) [vídeo]. **O Brasil Que Dá Gosto**, 06 abr. 2025. Disponível em: <https://record.r7.com/o-brasil-que-da-gosto/video/paula-varejao-aprende-a-coletar-vongoles-em-ilha-grande-rj-06042025/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

RESEX de Canavieiras, Carlinhos da. **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

PIMENTEL, Lais Amanda Ribeiro. **Escola é território: contribuições para o PPP de uma escola do campo do norte da Ilha Grande**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato Sensu). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Territórios e Saberes, Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense. 2023.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Ambiente - INEA. Resolução n. 39, de 17 de agosto de 2011: aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 19 ago. 2011, nº 165, p. 15. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-ilha-grande/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto 44.175, de 25 de abril de 2013: aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da APA de Tamoios – APA Tamoios. **Diário Oficial do Estado**, 26 abril. 2013, nº 44175, p. 1. Disponível em:

<https://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/apa-de-tamoios/>. Acesso em 1 fev, 2026.

SACRAMENTO, Elionice. **Da diáspora negra ao território de Terra e Águas:** ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas-BA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SALES, Juan Jorge Gomes de. **Estrutura populacional do siri-candeia *Achelous spinimanus* (Latreille, 1819) (Crustacea, Brachyura, Portunidae) na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em um período de oito anos (2011–2018).** 2022. 42 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande: nota de pesquisa. **História, Ciências, Saúde.** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, supl., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/gwdBmWvLLTrcmYd6gyVrn9R/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVA, Gustavo Henrique Gonzaga da; MARTINS, Inês Xavier; RABELO, Emanuelle Fontenele; SILVA, Ellano José da. **Guia ilustrado de moluscos do litoral oeste potiguar.** Mossoró: Editora Universitária da UFERSA (EdUFERSA), 2014. 130 p.

SILVA, João Paulo Araújo (2018). **Homens e mulheres de “riba mar”:** a pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

SOUZA, Janaína Nascimento Simões de. **Identidade e representação:** os moradores da Praia do Aventureiro – Ilha Grande – RJ. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TABOSA, Luana Patrineri. **A Japuíba é nossa** – da formação do conflito à construção de um bairro (1950-1980). 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

TENÓRIO, Maria Cristina. Povoamento pré-histórico da Ilha Grande. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande:** do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. (Coleção Ilha Grande).

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo:** sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

ULLOA, Astrid. Repolitizar la vida, defender los cuerpos-territorios y colectivizar las acciones desde los feminismos indígenas. **Ecología Política,** Barcelona, n. 61, p. 38-48. 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27120357>. Acesso em: 31 jan. 2026.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. **Famílias escravas em Angra dos Reis – 1801-1888**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras. 2021.

VIRGÍLIO, Nathan Lima. **Criando meninos e meninas de respeito: relações e dinâmicas de criação do povo quilombola de Alegre – MG**. 2025. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

ZHAO, Fei; WU, Jinni. The Role of Shellfish Aquaculture in Coastal Habitat Restoration. **International Journal of Marine Science**, Zhejiang, China, Vol. 14, No. 4, 2024. Disponível em: <https://www.aquapublisher.com/index.php/ijms/article/html/3887>. Acesso em: 31 jan. 2026.

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DA SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO AO INEA/SUPERINTENDÊNCIA DA BAÍA DA ILHA GRANDE



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Habitação

OFÍCIO Nº 110/SOH.SSH/2015

Angra dos Reis, 09 de Fevereiro de 2015.

Da: SOH.SSH – SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO

Prezado Senhor:

Há alguns anos, a então Secretaria de Habitação foi procurada por moradores da comunidade do Saco do Céu (Ilha Grande), reivindicando uma solução para os problemas, vividos por eles, decorrentes da irregularidade fundiária de seus imóveis. Mesmo as casas já regularizadas, ou seja, com RIP, seus moradores tinham problemas em fazer obras de reforma e/ou de acréscimos por conta da evolução da composição familiar. Logo em seguida, uma equipe técnica da secretaria reuniu-se com funcionários da SPU-RJ para tratar da questão. Entretanto, na época, não houve interesse por parte desta prefeitura e as ações foram interrompidas.

A partir do início do ano de 2013, com a retomada do Programa de Regularização Fundiária, esse projeto voltou à pauta. Recentemente, fomos procurados por representantes da comunidade em questão, recolocando o problema. Além disso, temos que documentar o local onde a administração municipal pretende construir uma estação de tratamento de esgoto.

A nossa proposta para a questão é implementar, na localidade, uma intervenção urbanística integrada, na qual seria executada a regularização fundiária, a partir de um projeto de loteamento em toda a área ocupada pela comunidade. Em decorrência do projeto de loteamento, além da regularização fundiária, planejamos executar uma série de projetos de infraestrutura urbana em benefício dos moradores locais. Tais ações deverão ser precedidas pelo aforamento, ao município, de toda a área referente ao projeto. A legislação urbanística para o local, estabelecida pelo Plano de Manejo da APA de Tamoios, através do Decreto 44.175/2013, aponta que a porção ocupada está identificada como "Zona de Ocupação Controlada (ZOC-1)", sendo, portanto, passível de comportar projetos de reordenamento urbanístico.

Nesse sentido, solicitamos que essa Superintendência aponte os possíveis elementos relativos ao projeto de seu interesse, para que trabalhar em conjunto, visando a melhor solução para a comunidade.

Segue, em anexo, foto de satélite com a área objeto de nosso trabalho.

Atenciosamente,

Marcelo dos Santos Oliveira
Subsecretário de Habitação
CPF: 755.871.067-72

Jefferson Deccache
Secretário de Obras, Habitação
e Serviços Públicos
431.857.707-49

Para: INEA/Superintendência da Baía da Ilha Grande
Av. Luigi Amêndola nº 236 – Parque da Palmeiras
Angra dos Reis – RJ
A/C: Dr. Roberto Félix

Praça da Guarda Marinha Greenhalg nº59-C-São Bento
Email: shb@angra.rj.gov.br
Tel: (024) 33687322

ANEXO B - OFÍCIO DA SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Estado do Rio de Janeiro
Município de Angra dos Reis
Secretaria de Obras, Habitação e Serviços Públicos
Subsecretaria de Habitação

MM Nº 086/2015/SOH.SSH

Angra dos Reis - RJ, 26 de Maio de 2015.

Da: SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO

Para: PGM

Assunto: Parecer jurídico.

Sr. Procurador-Geral,

Há alguns anos, a então Secretaria de Habitação foi procurada por moradores da comunidade do Saco do Céu (Ilha Grande), reivindicando uma solução para os problemas, vividos por eles, decorrentes da irregularidade fundiária de seus imóveis. Mesmo as casas já regularizadas, ou seja, com RIP, seus moradores tinham problemas em fazer obras de reforma e/ou de acréscimos por conta da evolução da composição familiar. Logo em seguida, uma equipe técnica da secretaria reuniu-se com funcionários da SPU-RJ para tratar da questão. Ocorre que, na época, não houve interesse por parte desta prefeitura e as ações foram interrompidas.

A partir do início do ano de 2013, com a retomada do Programa de Regularização Fundiária, esse projeto voltou à pauta. Recentemente, além de representantes da comunidade em questão, também fomos procurados pelo atual proprietário de um terreno ainda em nome de Fernando Almeida, que é ocupado parcialmente pela comunidade local e onde a administração municipal pretende construir uma estação de tratamento de esgoto. Esse senhor se diz interessado na alienação da parte ocupada, tanto por moradores, quanto por equipamentos comunitários, uma vez que paga o foro de toda a área.

A nossa proposta para a questão é implementar, na localidade, uma intervenção urbanística integrada, na qual seria executada a regularização fundiária, a partir de um projeto de loteamento em toda a área ocupada pela comunidade, inclusive no trecho de propriedade particular. Em decorrência do projeto de loteamento, além da regularização fundiária, planejamos executar uma série de projetos de infraestrutura urbana em benefício dos moradores locais. Tais ações deverão ser precedidas pela cessão, ao município, de toda a área referente ao projeto. A legislação urbanística para o local, tanto a municipal, quanto a estadual, estabelecida pelo Plano de Manejo da APA de Tamoios, através do Decreto 44.175/2013, apontam restrições para parcelamento, dificultando, dessa forma a nossa proposta.

Isto posto, solicitamos a V. Sa. que, após os estudos pertinentes, nos encaminhe uma proposta para a solução do problema colocado.

Atenciosamente,

Praça da Guarda Marinha Greenhalg nº 59-C-São Bento
Email: shb@angra.rj.gov.br
Tel. (024) 33778695